

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração do Fluxo de Caixa	11

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	13
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	14
DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009	15
Demonstração do Valor Adicionado	16

Relatório da Administração	18
----------------------------	----

Notas Explicativas	40
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	147
---	-----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	148
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	150
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	151
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	152

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	66.605
Preferenciais	100.739
Total	167.344
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	07/12/2011	Juros sobre Capital Próprio	15/05/2012	Ordinária		0,41168
Reunião do Conselho de Administração	07/12/2011	Juros sobre Capital Próprio	15/05/2012	Preferencial		0,45285
Assembléia Geral Extraordinária	29/04/2011	Dividendo	17/05/2011	Ordinária		4,75495
Assembléia Geral Extraordinária	29/04/2011	Dividendo	17/05/2011	Preferencial		5,23045
Reunião do Conselho de Administração	10/08/2011	Dividendo	22/09/2011	Ordinária		1,64008
Reunião do Conselho de Administração	10/08/2011	Dividendo	22/09/2011	Preferencial		1,80409
Proposta	13/03/2012	Dividendo	15/05/2012	Ordinária		3,08341
Proposta	13/03/2012	Dividendo	15/05/2012	Preferencial		3,39175

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1	Ativo Total	10.765.981	10.710.069	10.321.376
1.01	Ativo Circulante	3.106.805	3.266.009	2.988.926
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	162.952	299.124	286.158
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.227.520	1.365.271	963.086
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.227.520	1.365.271	963.086
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	1.227.520	1.365.271	963.086
1.01.03	Contas a Receber	1.530.756	1.414.970	1.390.790
1.01.03.01	Clientes	1.423.334	1.308.834	1.273.250
1.01.03.01.01	Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.520.600	1.450.945	1.426.554
1.01.03.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-354.784	-343.803	-324.367
1.01.03.01.03	Contas a receber acordos	257.518	201.692	171.063
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	107.422	106.136	117.540
1.01.03.02.01	Devedores diversos	1.669	2.447	2.152
1.01.03.02.02	Outros créditos	105.753	103.689	115.388
1.01.04	Estoques	52.553	54.504	52.991
1.01.04.01	Almoxarifado	52.553	54.504	52.991
1.01.06	Tributos a Recuperar	132.251	131.424	295.113
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	132.251	131.424	295.113
1.01.06.01.01	Imposto de renda e Contribuição Social compensáveis	48.026	57.642	230.841
1.01.06.01.02	Outros tributos compensáveis	84.225	73.782	64.272
1.01.07	Despesas Antecipadas	773	716	788
1.02	Ativo Não Circulante	7.659.176	7.444.060	7.332.450
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.766.898	1.566.353	1.423.711
1.02.01.03	Contas a Receber	94.780	183.556	256.497
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	94.780	183.556	256.497
1.02.01.06	Tributos Diferidos	104.010	95.040	94.477
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	0	8.697
1.02.01.06.02	Outros tributos compensáveis	104.010	95.040	85.780
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.568.108	1.287.757	1.072.737

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
1.02.01.09.03	Cauções e depósitos vinculados	475.991	474.579	440.860
1.02.01.09.04	Outros créditos	104.273	85.486	164.764
1.02.01.09.05	Ativo financeiro de concessão	1.041.813	872.081	680.880
1.02.01.09.06	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-53.969	-144.389	-213.767
1.02.02	Investimentos	9.500	9.500	9.500
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	9.500	9.500	9.500
1.02.03	Imobilizado	9.464	15.204	62.145
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	0	0	45.573
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	9.464	15.204	16.572
1.02.04	Intangível	5.873.314	5.853.003	5.837.094
1.02.04.01	Intangíveis	5.873.314	5.853.003	5.837.094
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.873.314	5.853.003	5.837.094

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2	Passivo Total	10.765.981	10.710.069	10.321.376
2.01	Passivo Circulante	2.650.861	2.495.325	2.716.990
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.131	2.300	1.787
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.131	2.300	1.787
2.01.02	Fornecedores	1.066.786	978.841	829.647
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.066.786	978.841	829.647
2.01.03	Obrigações Fiscais	454.269	466.919	465.466
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	96.928	92.948	127.554
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.398	3.864	19.208
2.01.03.01.02	Outros tributos a pagar	92.530	89.084	108.346
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	357.341	373.971	337.912
2.01.03.02.01	ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços	357.341	332.004	337.912
2.01.03.02.02	ICMS - Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - Sobre perdas comerciais	0	41.967	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	340.158	317.332	617.588
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	88.872	61.342	585.696
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	88.843	61.316	585.668
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	29	26	28
2.01.04.02	Debêntures	243.309	248.917	25.388
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	7.977	7.073	6.504
2.01.05	Outras Obrigações	621.515	518.101	532.800
2.01.05.02	Outros	621.515	518.101	532.800
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	211.072	84.174	75.549
2.01.05.02.04	Obrigações estimadas	95.842	82.860	76.459
2.01.05.02.05	Encargos tarifários e do consumidor a recolher	102.078	89.337	48.068
2.01.05.02.07	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	40.727	75.417	208.142
2.01.05.02.08	Outras obrigações	171.796	186.313	124.582
2.01.06	Provisões	165.002	211.832	269.702
2.01.06.02	Outras Provisões	165.002	211.832	269.702
2.01.06.02.04	Provisões para litígios e contingências	165.002	211.832	269.702

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.02	Passivo Não Circulante	4.105.409	4.477.387	3.882.657
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	2.155.827	2.426.006	1.878.529
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	715.012	787.340	832.591
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	714.984	787.291	832.514
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	28	49	77
2.02.01.02	Debêntures	1.436.739	1.630.335	1.036.094
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	4.076	8.331	9.844
2.02.02	Outras Obrigações	1.476.727	1.604.099	1.633.759
2.02.02.02	Outros	1.476.727	1.604.099	1.633.759
2.02.02.02.03	Obrigações com entidade de previdência privada	1.230.546	1.372.780	1.444.033
2.02.02.02.04	Encargos tarifários e do consumidor a recolher	27.088	26.927	0
2.02.02.02.05	Reserva de reversão	66.085	66.085	66.085
2.02.02.02.06	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	76.702	87.794	0
2.02.02.02.07	Contas a pagar (Banco Santos)	0	0	100.136
2.02.02.02.08	Fornecedores	432	400	0
2.02.02.02.09	Obrigações estimadas	20.438	18.228	2.040
2.02.02.02.10	Outras obrigações	55.436	31.885	21.465
2.02.03	Tributos Diferidos	151.177	119.277	47
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	151.177	119.277	47
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	151.177	119.277	0
2.02.03.01.02	Outros tributos a pagar	0	0	47
2.02.04	Provisões	321.678	328.005	370.322
2.02.04.02	Outras Provisões	321.678	328.005	370.322
2.02.04.02.04	Provisões para litígios e contingências	321.678	328.005	370.322
2.03	Patrimônio Líquido	4.009.711	3.737.357	3.721.729
2.03.01	Capital Social Realizado	1.057.629	1.057.629	1.057.629
2.03.02	Reservas de Capital	16.452	15.632	14.423
2.03.02.04	Opções Outorgadas	16.452	15.632	14.423
2.03.04	Reservas de Lucros	1.395.536	1.055.140	988.451

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2011	Penúltimo Exercício 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 31/12/2009
2.03.04.01	Reserva Legal	211.526	211.526	155.113
2.03.04.02	Reserva Estatutária	764.994	0	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	419.016	843.614	833.338
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.540.094	1.608.956	1.661.226

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	9.835.578	9.697.157	8.785.636
3.01.01	Receita operacional líquida	9.835.578	9.697.157	8.785.636
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.491.064	-7.784.122	-7.507.902
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-4.305.026	-4.186.190	-3.993.374
3.02.02	Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa	-159.045	-167.609	-154.612
3.02.03	Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	-1.225.077	-1.135.854	-976.738
3.02.04	Taxa de fiscalização	-22.884	-19.252	-17.906
3.02.05	Pessoal e administradores	-509.334	-479.214	-519.143
3.02.06	Entidade de previdência privada	-112.320	-167.914	-180.767
3.02.07	Serviço de terceiros	-461.022	-406.939	-321.537
3.02.08	Material	-51.676	-35.828	-30.364
3.02.09	Custo de construção	-738.745	-708.708	-531.170
3.02.10	Provisão / Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Líquida	79.326	51.115	-272.226
3.02.11	Provisão - Reversão para litígios e contingências - Líquida	80.238	77.298	-2.485
3.02.12	Depreciação e amortização	-503.340	-499.725	-497.591
3.02.13	Outros custos	-269.472	-370.671	-9.989
3.02.14	Outras receitas - Alienação de Investimento	707.313	265.369	0
3.03	Resultado Bruto	2.344.514	1.913.035	1.277.734
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	2.344.514	1.913.035	1.277.734
3.06	Resultado Financeiro	-21.291	103.004	270.410
3.06.01	Receitas Financeiras	318.336	274.469	498.114
3.06.02	Despesas Financeiras	-339.627	-171.465	-227.704
3.06.02.01	Despesas financeiras	-416.496	-258.590	-367.429
3.06.02.02	Variação monetária e cambiais líquidas	76.869	87.125	139.725
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.323.223	2.016.039	1.548.144
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-751.118	-668.351	-391.619
3.08.01	Corrente	-733.137	-564.331	-283.468
3.08.02	Diferido	-17.981	-104.020	-108.151
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.572.105	1.347.688	1.156.525

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.572.105	1.347.688	1.156.525
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	8,86100	7,59610	6,51870
3.99.01.02	PN	9,74710	8,35570	7,17050
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	8,86100	7,59610	6,51870
3.99.02.02	PN	9,74710	8,35570	7,17050

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
4.01	Lucro Líquido do Período	1.572.105	1.347.688	1.156.525
4.02	Outros Resultados Abrangentes	27.021	52.900	-7.021
4.02.01	Atualização do ativo financeiro de concessão	40.940	80.152	-10.638
4.02.02	Efeito de imposto de renda e contribuição social	-13.919	-27.252	3.617
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.599.126	1.400.588	1.149.504

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.406.430	2.127.858	814.342
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.718.110	2.084.695	2.322.421
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	1.572.105	1.347.688	1.156.525
6.01.01.02	Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	-79.326	-51.115	272.226
6.01.01.03	Depreciação e amortização do ativo intangível de concessão e do imobilizado	503.340	499.725	497.591
6.01.01.04	Tributos e contribuições sociais diferidos	17.981	104.020	108.151
6.01.01.05	Baixa de ativo financeiro, intangível de concessão e imobilizado	41.744	113.917	46.160
6.01.01.06	Variação monetária/cambial	-20.447	-12.852	127.827
6.01.01.07	Ações e opções de ações outorgadas	820	1.209	2.079
6.01.01.08	Receita de aplicação financeira em investimento curto prazo	-121.079	-118.208	-106.593
6.01.01.09	Fundo de pensão/plano de assistência - Deliberação CVM 600	114.511	185.573	180.612
6.01.01.10	Ganho na alienação de investimento - Eletropaulo Telecom	-707.313	-265.369	0
6.01.01.11	Provisão (Reversão) de litígios e contingências	50.852	47.850	53.329
6.01.01.12	Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	344.922	338.522	135.760
6.01.01.13	Contas a pagar - Banco Santos	0	-106.265	-151.246
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-311.680	43.163	-1.508.079
6.01.02.01	Consumidores e revendedores	-69.770	-23.217	-182.713
6.01.02.02	Almoxarifado	1.951	-1.513	-7.160
6.01.02.03	Despesas pagas antecipadamente	-57	72	228
6.01.02.04	Imposto de renda e contribuição social compensáveis	7.143	174.472	-204.656
6.01.02.05	Outros tributos compensáveis	-19.413	-18.770	289.340
6.01.02.06	Outros créditos	-1.975	54.715	46.629
6.01.02.07	Contas a receber - acordos	32.950	42.312	-208.350
6.01.02.08	Fornecedores	87.977	149.594	20.694
6.01.02.09	Obrigações estimadas	13.001	4.929	-908
6.01.02.10	Encargos tarifários e do consumidor a recolher	12.902	68.196	-29.270
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social a pagar	533	-15.343	-120.172
6.01.02.12	Outros tributos a pagar	-12.720	15.611	81.123
6.01.02.13	Juros pagos (encargos de dívida)	-342.141	-358.443	-272.960

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
6.01.02.14	Pagamento de litígios e contingências	-104.009	-148.036	-866.118
6.01.02.15	Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	-60.616	-60.123	-47.377
6.01.02.16	Obrigações sociais e trabalhistas	832	513	-1.594
6.01.02.17	Outras obrigações	9.033	44.405	-103.061
6.01.02.18	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	131.921	114.084	96.904
6.01.02.19	Devedores diversos	778	-295	1.342
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	164.155	-768.973	89.884
6.02.01	Adições para os ativos financeiros e intangível de concessão	-780.038	-708.708	-531.170
6.02.02	Alienação de investimento - Eletropaulo Telecom	693.313	308.367	0
6.02.03	Consumidores participação financeira	92.497	39.961	48.691
6.02.04	Aplicações em investimento de curto prazo	-4.841.120	-4.514.130	-4.001.764
6.02.05	Resgate de investimento de curto prazo	4.965.628	4.108.059	4.439.379
6.02.06	Aplicações/resgates de cauções e depósitos vinculados	33.875	-2.522	134.748
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.706.757	-1.345.919	-785.206
6.03.01	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-1.192.050	-1.366.723	-992.552
6.03.02	Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio	-9.109	-8.118	-8.457
6.03.03	Pagamento de empréstimos	-250.819	-521.490	-30.666
6.03.04	Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	-254.554	-239.166	-339.532
6.03.05	Pagamento de obrigações por arrendamento financeiro	-4.254	-2.973	0
6.03.06	Ingresso de novos empréstimos	4.029	803.218	600.551
6.03.07	Custo de empréstimos	0	-10.667	-14.550
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-136.172	12.966	119.020
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	299.124	286.158	167.138
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	162.952	299.124	286.158

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.057.629	15.632	1.055.140	0	1.608.956	3.737.357
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.057.629	15.632	1.055.140	0	1.608.956	3.737.357
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	820	-843.614	-483.978	0	-1.326.772
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	820	0	0	0	820
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-73.039	0	-73.039
5.04.08	Pagamento de dividendos adicional proposto	0	0	-843.614	0	0	-843.614
5.04.09	Dividendos mínimo obrigatório - complemento	0	0	0	-128.036	0	-128.036
5.04.10	Dividendos intercalares	0	0	0	-290.980	0	-290.980
5.04.11	Dividendos e Juros sobre o capital próprio não resgatados pelos acionistas - prescritos	0	0	0	8.077	0	8.077
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.572.105	27.021	1.599.126
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.572.105	0	1.572.105
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	27.021	27.021
5.05.02.06	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	40.940	40.940
5.05.02.07	IR e CS sobre Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	-13.919	-13.919
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.184.010	-1.088.127	-95.883	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	145.277	-145.277	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-49.394	49.394	0
5.06.04	Constituição de reserva estatutária	0	0	764.994	-764.994	0	0
5.06.05	Dividendos adicionais propostos excedentes ao mínimo obrigatório	0	0	419.016	-419.016	0	0
5.07	Saldos Finais	1.057.629	16.452	1.395.536	0	1.540.094	4.009.711

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.057.629	14.423	988.451	0	1.661.226	3.721.729
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.057.629	14.423	988.451	0	1.661.226	3.721.729
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.209	-686.316	-698.289	0	-1.383.396
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	1.209	0	0	0	1.209
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-625.525	0	-625.525
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-72.764	0	-72.764
5.04.08	Pagamento de dividendos adicional proposto	0	0	-686.316	0	0	-686.316
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.347.688	52.900	1.400.588
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.347.688	0	1.347.688
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	52.900	52.900
5.05.02.06	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	80.152	80.152
5.05.02.07	IR e CS sobre Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	-27.252	-27.252
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	753.005	-649.399	-105.170	-1.564
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	156.979	-159.348	-2.369
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-53.373	54.178	805
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	56.413	-56.413	0	0
5.06.05	Dividendos adicionais propostos excedentes ao mínimo obrigatório	0	0	696.592	-696.592	0	0
5.07	Saldos Finais	1.057.629	15.632	1.055.140	0	1.608.956	3.737.357

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2009 à 31/12/2009**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.057.629	12.343	748.805	0	1.759.576	3.578.353
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-35.836	35.836	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.057.629	12.343	712.969	35.836	1.759.576	3.578.353
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	2.080	-614.690	-393.518	0	-1.006.128
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	2.079	0	0	0	2.079
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	1	0	0	0	1
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-322.720	0	-322.720
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-70.798	0	-70.798
5.04.08	Pagamento de dividendos adicionais propostos	0	0	-614.690	0	0	-614.690
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.156.525	-7.021	1.149.504
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.156.525	0	1.156.525
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-7.021	-7.021
5.05.02.06	Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	-10.638	-10.638
5.05.02.07	IR e CS sobre Atualização do Ativo Financeiro de Concessão	0	0	0	0	3.617	3.617
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	890.172	-798.843	-91.329	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	138.377	-138.377	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-47.048	47.048	0
5.06.04	Constituição de reserva legal	0	0	56.834	-56.834	0	0
5.06.05	Dividendos adicionais propostos excedentes ao mínimo obrigatório	0	0	833.338	-833.338	0	0
5.07	Saldos Finais	1.057.629	14.423	988.451	0	1.661.226	3.721.729

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.01	Receitas	15.319.479	14.764.807	13.058.871
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.218.931	6.005.285	5.388.724
7.01.02	Outras Receitas	8.282.477	7.999.699	7.411.203
7.01.02.01	Suprimento de energia elétrica (energia no curto prazo)	50.887	119.048	30.019
7.01.02.02	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	8.178.500	7.674.591	7.184.309
7.01.02.03	Outras receitas operacionais	53.090	206.060	196.875
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	738.745	708.708	531.170
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	79.326	51.115	-272.226
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-6.920.943	-7.194.236	-6.503.494
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-6.182.198	-6.485.528	-5.972.324
7.02.04	Outros	-738.745	-708.708	-531.170
7.02.04.01	Construção de ativos próprios	-738.745	-708.708	-531.170
7.03	Valor Adicionado Bruto	8.398.536	7.570.571	6.555.377
7.04	Retenções	-503.340	-499.725	-497.591
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-503.340	-499.725	-497.591
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	7.895.196	7.070.846	6.057.786
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	318.336	274.469	498.114
7.06.02	Receitas Financeiras	318.336	274.469	498.114
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	8.213.532	7.345.315	6.555.900
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	8.213.532	7.345.315	6.555.900
7.08.01	Pessoal	551.052	566.418	635.976
7.08.01.01	Remuneração Direta	326.694	301.950	386.030
7.08.01.02	Benefícios	77.331	46.149	44.720
7.08.01.03	F.G.T.S.	27.788	28.599	20.940
7.08.01.04	Outros	119.239	189.720	184.286
7.08.01.04.01	Honorários da diretoria	4.728	4.146	3.519
7.08.01.04.02	Previdência privada	112.320	167.914	180.767
7.08.01.04.03	Diversos	2.191	17.660	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.729.558	5.250.345	4.525.196

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Penúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010	Antepenúltimo Exercício 01/01/2009 à 31/12/2009
7.08.02.01	Federais	2.914.290	2.590.873	2.009.045
7.08.02.02	Estaduais	2.786.846	2.634.513	2.493.390
7.08.02.03	Municipais	28.422	24.959	22.761
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	360.817	180.864	238.203
7.08.03.01	Juros	348.597	171.465	227.704
7.08.03.02	Aluguéis	12.220	9.399	10.499
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	1.572.105	1.347.688	1.156.525
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	73.039	72.764	70.798
7.08.04.02	Dividendos	734.072	1.218.511	1.028.893
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	764.994	56.413	56.834

Relatório da Administração

Relatório da Administração 2011 Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.

Prezados Acionistas,

A administração da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (AES Eletropaulo) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração e as demonstrações contábeis acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações contábeis são elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas aplicáveis às concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Perfil

A AES Eletropaulo é uma companhia de capital aberto com ações listadas na BMF&Bovespa, responsável pelo fornecimento de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana de São Paulo, incluindo a capital paulista, um dos principais centros econômico-financeiros do país. Maior distribuidora de energia elétrica da América Latina em termos de faturamento e volume distribuído de acordo com a Associação Brasileira dos Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE), a Companhia detém uma área de concessão de 4.526 km², com alta densidade demográfica e que concentra o maior PIB do Brasil.

Para atender à demanda de 6,3 milhões de unidades consumidoras, a AES Eletropaulo, que conta com 5.668 colaboradores próprios, dispõe de uma estrutura formada por 150 subestações (sendo 137 estações transformadoras de distribuição, 9 estações do sistema de distribuição e 4 estações transformadoras subterrâneas de distribuição) e uma malha de distribuição e subtransmissão, cabos aéreos e subterrâneos, de mais de 45 mil quilômetros, dos quais 1.746 km são linhas de subtransmissão, 3.084 km são rede de distribuição subterrâneas e 41.016 km referem-se a redes de distribuição aérea primária e secundária. A Companhia também possui um total de 203.466 transformadores de distribuição aéreos e subterrâneos.

Contexto Setorial

Regulado pela Aneel, o setor elétrico brasileiro tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e conta ainda com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (ONS), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (SIN); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº. 10.848, de março de 2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

Relatório da Administração

Tarifas

As tarifas de fornecimento de energia elétrica são reajustadas anualmente a partir de uma fórmula paramétrica prevista no contrato de concessão. Essa fórmula considera o repasse de custos não-gerenciáveis (encargos setoriais, custos de compra de energia para revenda e custos de transmissão) e corrige os custos gerenciáveis da Companhia (despesas operacionais, remuneração dos ativos e depreciação) pelo IGP-M dos 12 meses anteriores à data-base do reajuste da concessionária, deduzidos do denominado "Fator X".

No caso da AES Eletropaulo, a cada quatro anos é realizada uma revisão tarifária, que visa a restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro originalmente estabelecido em seu contrato de concessão. Dentre os principais pontos que são considerados pela ANEEL na metodologia de revisão tarifária estão a avaliação da base de ativos, as despesas operacionais repassadas às tarifas, as perdas regulatórias, a depreciação e o custo médio de capital (WACC) que, aplicado sobre a base de ativos, determina a remuneração da Companhia. A próxima revisão tarifária (3º ciclo) da AES Eletropaulo ocorrerá no dia 4 de julho de 2012.

Entre 10 de setembro de 2010 e 10 de janeiro de 2011, a ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 40/2010 as metodologias e os critérios gerais para o 3º ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de serviço público de distribuição de energia. Após análise das contribuições recebidas, a reguladora aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à segunda etapa de Audiência Pública, no período de 16 de março a 03 de junho de 2011, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados.

Por fim, a Resolução Normativa Nº 457, de 8 de novembro de 2011, alterada pela Resolução Normativa Nº 463, de 22 de novembro de 2011, aprovou o Módulo 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do 3º Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica - 3CRTP.

A metodologia homologada pelo regulador para o 3º ciclo de revisão tarifária estabeleceu mudanças em relação à base de ativos, WACC, receitas irrecuperáveis, outras receitas, cálculo do "Fator X", custos operacionais, entre outras.

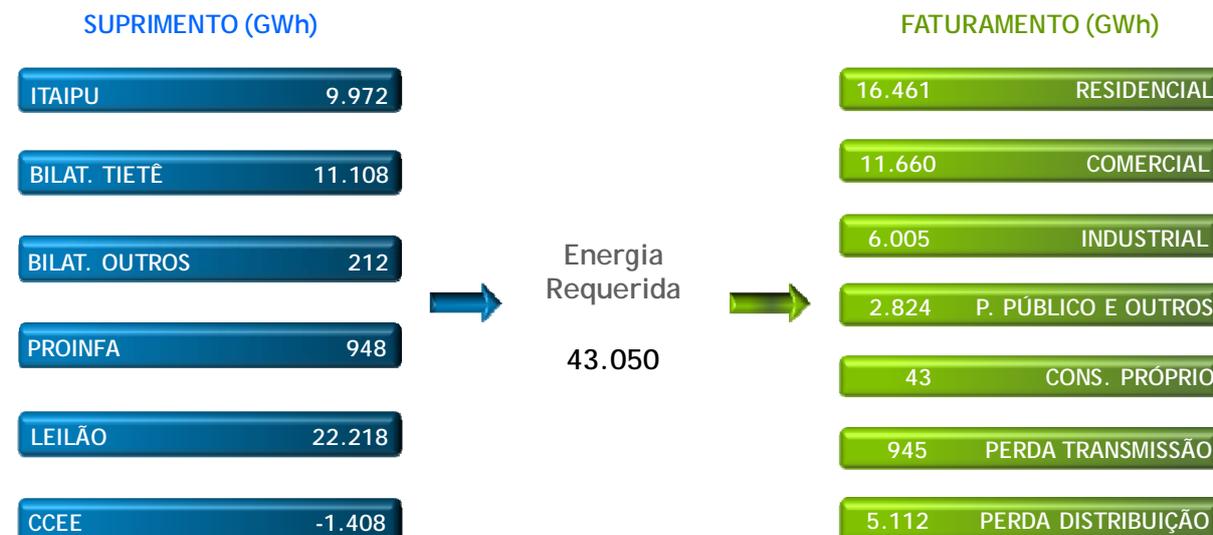
Adicionalmente, a partir da Audiência Pública nº 120/2010, foram discutidas alterações na Estrutura Tarifária das Distribuidoras, a serem aplicadas em grande parte na próxima revisão tarifária. Essas alterações foram consolidadas no Módulo 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa Nº 464, de 28 de novembro de 2011.

De acordo com o contrato de concessão, a revisão tarifária da AES Eletropaulo deveria ter ocorrido em 04 de julho de 2011. Porém, em virtude da proximidade da data de aplicação da nova metodologia e a do reajuste tarifário de 2012, a Aneel, em 07 de fevereiro de 2012, decidiu aplicar a revisão e o reajuste tarifários para a Companhia conjuntamente, em 04 de julho de 2012.

Relatório da Administração

Desempenho Operacional

Suprimento de Energia

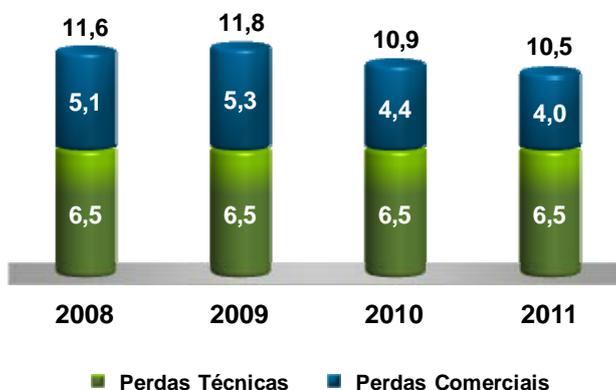


O balanço energético demonstrado acima reflete os números do fechamento do ano de 2011, informados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em fevereiro de 2012. Já os números demonstrados nas notas explicativas constantes nas Demonstrações Financeiras refletem os valores estimados pela Companhia à época do fechamento contábil e que são ajustados nos meses subsequentes quando da disponibilização dos números finais pela CCEE.

O nível de contratação da Companhia é definido a partir do resultado dos contratos de compra firmados e da energia requerida para o consumo dos clientes cativos. A AES Eletropaulo encerrou o ano de 2011 com um nível de contratação de 103,3%.

Esse resultado deve-se (i) ao fato de o mercado ter apresentado, ao final do ano, uma retração mais acentuada do que a estimada pela Companhia; e (ii) à migração ao mercado livre de clientes que buscam suprimento a partir de fontes renováveis (clientes livres especiais). Esses clientes podem optar pela alteração do ambiente de contratação desde que notifiquem a sua intenção à distribuidora com antecedência mínima de 6 meses. A distribuidora, de acordo com as regras definidas pelo regulador, não pode descontratar e nem vender a energia inicialmente contratada para atender aos potenciais clientes livres especiais, elevando assim o seu nível de contratação.

Perdas (%)



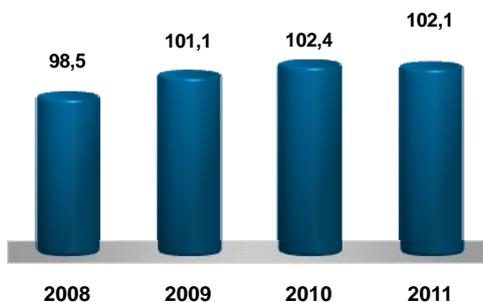
Relatório da Administração

O percentual de perdas é a taxa obtida com a divisão da diferença entre a energia medida na fronteira e a energia faturada dos clientes (descontada do faturamento retroativo da cobrança das fraudes) pelo total do suprimento de energia medido na fronteira nos últimos 12 meses (50.482 GWh). Com base nessa metodologia, a perda física apurada nos últimos 12 meses foi de 10,5%, sendo dividida em perdas técnicas (6,5%) e comerciais (4,0%).

Na comparação com o mesmo período do ano anterior, as perdas da Companhia foram reduzidas em 0,4 ponto percentual. Essa redução deve-se às iniciativas que integram o plano de redução de perdas, iniciado no 4T09, que possibilitou uma redução de 1,3 ponto percentual até o 4T11. Vale ressaltar que, para os próximos trimestres, a trajetória de redução de perdas deverá ser menor do que a apresentada nos últimos trimestres. Dentre as principais ações destacam-se: (i) inspeções de fraude direcionadas para segmentos de elevado histórico de irregularidades e maior impacto no volume de energia agregada; (ii) recuperação de instalações cortadas por inadimplência de clientes que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes, passam a consumir energia de forma irregular; (ii) substituição de medidores obsoletos por equipamentos mais modernos, que permitem maior precisão de calibração e leitura, contribuindo para reduzir as perdas de faturamento por baixa eficiência de leitura; e (iv) regularização de ligações informais (clandestinas).

Em 2011, as iniciativas de combate a perdas acrescentaram ao mercado faturado 571,2 GWh em comparação a 558,0 GWh em 2010.

Arrecadação (%)



O cálculo da taxa de arrecadação considera a arrecadação total do período, dividida pela soma da receita de fornecimento, encargos e receitas de serviços que constam da fatura do cliente ajustado pelo consumo "não-faturado".

A taxa de arrecadação encerrou 2011 em 102,1% frente a 102,4% em 2010. Essas taxas refletem, principalmente, o contínuo aprimoramento dos processos de cobrança e combate à inadimplência, além dos recebimentos dos acordos com a Prefeitura Municipal de São Paulo em ambos os anos. Adicionalmente, a taxa de 2010 foi positivamente impactada pelos recebimentos dos acordos com a EMTU e SPTrans no valor de R\$ 35,0 milhões, além do subsídio de baixa renda no valor total de R\$ 39,8 milhões. Em 2011 o valor recebido a título desse subsídio foi de R\$ 28,7 milhões.

Em 2011, a média mensal de cortes atingiu 78,7 mil enquanto em 2010 a média foi de 96,3 mil. Na mesma base de comparação, o número médio de religações atingiu 64,3 mil e 85,8 mil, respectivamente. As variações refletem as ações da Companhia que buscam maximizar a eficácia na gestão de cortes e religações.

Relatório da Administração

Indicadores de Qualidade



Os critérios de cálculo das medidas de Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC), definidos pela Aneel, consideram as interrupções acima de 3 minutos e, desse resultado, são expurgados os dias com volume atípico de ocorrências.

Em 31 de dezembro de 2011, os índices DEC e FEC dos últimos doze meses registrados pela AES Eletropaulo foram de 10,36 horas e 5,45 vezes, respectivamente, o que representando uma queda de 2,3% no índice de DEC e um ligeiro aumento de 0,4% no índice de FEC em comparação ao mesmo período do ano passado.

O FEC da Companhia foi negativamente afetado por um número de ocorrências 40,5% superior em 2011 em relação a 2010 relativo a interrupções das subestações de conexão ao sistema de transmissão (Rede Básica), que não são gerenciáveis pela Companhia. Expurgando esse efeito, o FEC da AES Eletropaulo teria fechado o ano de 2011 em 5,31 vezes, apresentando queda de 2,1% em relação ao ano anterior.

Visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados e à redução dos indicadores de qualidade, a Companhia vem intensificando desde o 2º semestre de 2010 a realização de algumas ações, destacando-se: (i) instalação de 1.513 religadores automáticos na rede de distribuição desde outubro de 2010; (ii) instalação em 2011 de 5.042 seccionadores automáticos, que atuam em conjunto com os religadores automáticos na prevenção de interrupções e na identificação de problemas na rede por meio do isolamento de curtos-circuitos, reduzindo a área afetada pela interrupção de energia; (iii) além de podas intensivas de árvores.

Em 2011, as penalidades pagas pela Companhia ao cliente por transgressões dos indicadores DIC, FIC e DMIC totalizaram R\$ 30,3 milhões em comparação a R\$ 24,8 milhões no ano anterior. O aumento do volume de penalidades pagas em 2011 pode ser explicado pelo: (i) aumento de 4,5% nas ocorrências no período; (ii) reajuste tarifário de julho de 2010, que impacta diretamente o valor das penalidades; (iii) crescimento de mercado; (iv) redução dos limites dos indicadores estabelecidos pela Aneel; além do (v) fato de não ter havido expurgo total dos efeitos ciclone extratropical que atingiu a área de concessão da Companhia em junho de 2011.

Plano de Ação 2011 - 2012

Visando à constante evolução dos serviços prestados aos seus clientes, a Companhia destinará, entre 2011 e 2012, conforme anunciado no decorrer de 2011, R\$ 242 milhões em melhorias no atendimento ao cliente e novas equipes de eletricitas para manutenção, poda, construção e atendimentos de emergência. Deste total, R\$ 59 milhões referem-se a investimentos e R\$ 183 milhões a despesas operacionais.

Desde o início do plano até dezembro de 2011 já foram investidos R\$ 37 milhões e incorridas despesas de R\$ 68 milhões. Esses recursos foram destinados a:

Relatório da Administração

- (i) disponibilização de 353 turmas de emergências, capacitadas para realizar atendimentos em linha viva, além do direcionamento de mais 120 novas turmas a partir de dezembro para também realizar essas atividades;
- (ii) ampliação de 38% na capacidade de atendimento do *call center*;
- (iii) duplicação da capacidade de recebimento de SMS, atingindo 100 mil torpedos/dia;
- (iv) treinamento e início das atividades de 580 eletricitistas de manutenção e construção;
- (v) contratação de 30 eletricitistas de podas, que iniciaram suas atividades em outubro de 2011;
- (vi) ampliação da capacidade de atendimento do *call center* em 27 vezes, passando de 2 mil para 54 mil chamadas/hora;
- (vii) adição de 300 posições de *stand by* no *call center* para situações de emergência.

As 120 turmas de emergência adicionadas em dezembro serão mantidas durante todo o verão, época mais chuvosa do ano e com maior número de ocorrências. Assim, 473 equipes estarão disponíveis de dezembro até março e, após esse período, o total de turmas voltará a ser de 353.

Relacionamento com Clientes

Em 2011, a AES Eletropaulo deu continuidade às ações para aumentar a satisfação de seus clientes e reformulou sua infra-estrutura de atendimento. Renovamos e ampliamos nosso atendimento eletrônico de 330 para 2.000 portas de URAs (Unidade de Resposta Audível). No Call Center ampliamos 150 posições de atendimento e contingenciamos mais 300 posições de atendimento para acionamento em dias críticos.

Essa nova infra-estrutura possibilitou a redução do tempo médio de espera de 45 segundos, em 2010, para 11 segundos em dezembro de 2011. Reduzimos também, a quase zero, o número de chamadas ocupadas frente às 400 mil registradas em Dezembro de 2010.

O lançamento da Web Móvel, plataforma de atendimento dirigida aos smartphones, e as reformulações de nosso site, consolidaram a internet como o canal de maior número de atendimento da AES Eletropaulo. Conforme previsto, o atendimento on-line via chat foi retomado em 2011 e contabilizou mais de 180 mil atendimentos.

O atendimento presencial nas lojas também foi otimizado com o objetivo de reunir conforto e praticidade para os clientes. O espaço busca melhorar a qualidade do atendimento e é adaptado para atender diferentes perfis de clientes. Os que podem solucionar seus problemas com agilidade e rapidez, sem necessidade de contato com atendentes, por exemplo, podem utilizar os totens eletrônicos e telefones no espaço de auto-atendimento. Já os que precisam de solução personalizada passam por uma triagem e, conforme o tipo de serviço, são encaminhados às mesas de atendimento.

Em 2011, chegamos a 50 pontos de atendimento remodelados entre lojas e rede conveniada de atendimento. Nos próximos 12 meses, a empresa deve concluir a remodelação de todos os seus pontos de atendimento presencial.

Em 2011, conseguimos reduzir o tempo de espera para o início do atendimento em 20% e aumentamos o atendimento via internet em 73% em relação a 2010.

Satisfação

A AES Eletropaulo acompanha o nível de satisfação dos seus clientes anualmente por meio de pesquisas específicas. De acordo com a pesquisa da Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica), o Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP) auferido foi de 71,5% em 2011.

Em 2011, a empresa conquistou Premio Padrão de Qualidade em Relacionamento Multicanal, na categoria Energia Elétrica e o XI Premio ABT por os serviços eletrônicos Ativos (SMS e Email) na categoria Bronze. Além disso, conquistou a Certificação ISO9001 no tratamento das reclamações dos clientes registradas em seus canais de relacionamento.

Relatório da Administração

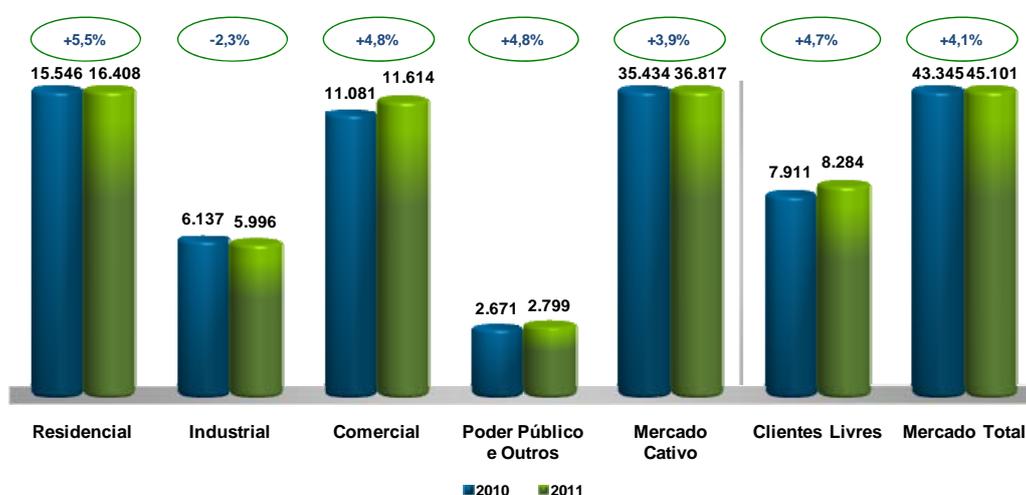
Desempenho Comercial

A área de concessão da Companhia conta com as mais diversas atividades econômicas, sejam elas industriais, comerciais ou de prestação de serviços. Além disso, a sua área de concessão possui a maior concentração populacional do país.

Atividade Comercial - Mercado

Em 2011, o mercado total na área de concessão da Companhia apresentou crescimento de 4,1%. Esse desempenho foi impulsionado pelo acréscimo de 5,5% na classe residencial, em função do comportamento favorável dos indicadores de desemprego e renda, e pelo bom desempenho da classe comercial, que apresentou evolução de 5,3%, principalmente em função do maior volume de vendas físicas no Estado de São Paulo. Além disso, o consumo do mercado total no ano teve impacto positivo de 3,1 dias a mais de faturamento (+290 GWh). Desconsiderando o impacto de dias de faturamento, o mercado total teria registrado um crescimento de 3,4% no período.

Comparação do Consumo* (GWh)



*Não considera consumo próprio

Clientes Residenciais - No ano, a classe residencial apresentou crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior, devido principalmente ao crescimento de 0,8% da renda real na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), queda de desemprego de 7,2% para 6,2%, incremento de 207 mil clientes, além do acréscimo de 3,0 dias de faturamento (+121 GWh) na mesma base de comparação.

Clientes Comerciais - No acumulado do ano, a classe comercial registrou crescimento de 4,8%, influenciada pelo incremento das vendas físicas em 5,9% no período e pelo impacto positivo de 3,0 dias a mais de faturamento (+98 GWh). Esses efeitos foram parcialmente compensados pela migração de clientes ao ACL (-97 GWh). Se fossem excluídos os impactos dos dias de faturamento e da migração, a classe teria mantido o crescimento de 4,8% na mesma base de comparação.

Clientes Industriais - Foram distribuídos 5.996 GWh aos clientes industriais cativos da AES Eletropaulo em 2011, uma redução de 2,3% no consumo, devido principalmente à migração de clientes ao ACL (-311 GWh) que mais que compensou o efeito positivo de 3,0 dias a mais de faturamento (+52 GWh). Desconsiderando o impacto dos dias de faturamento e da migração ao mercado livre, a classe industrial teria crescido 2,0% no ano, refletindo o crescimento de 0,2% do setor no ano no Estado de São Paulo, segundo pesquisa do IBGE.

Outros Clientes (consumidores rurais, iluminação pública, poderes públicos, tração elétrica, água/esgoto) - No ano, o consumo das demais classes cresceu 4,8% devido ao incremento de 142 instalações do poder público e ao efeito positivo de 3,0 dias a mais de faturamento (+20 GWh) no período.

Clientes Livres - Apresentou crescimento de 4,7% devido à migração de clientes cativos para o ambiente livre, já que o setor industrial no Estado de São Paulo teve crescimento de apenas 0,2% no ano, segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE. Desconsiderando o efeito da migração de

Relatório da Administração

clientes para o ACL e retorno de clientes para o ACR, o mercado de clientes livres teria apresentado redução de 0,4%.

Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Operacional

A receita operacional bruta alcançou R\$ 15.240,2 milhões em 2011, um crescimento de 3,6% no período. Esse comportamento é explicado pelo: (i) crescimento de 3,9% do mercado cativo no período; (ii) reajuste tarifário, com efeito médio percebido pelo consumidor de 1,62% em julho de 2010, que contribuiu para a evolução da receita no 1º semestre de 2011 em comparação ao mesmo período de 2010; (iii) crescimento de R\$ 67,6 milhões na receita de TUSD, explicado pelo aumento de 4,7% no consumo dos clientes livres; (iv) impacto negativo de R\$ 56,5 milhões relacionado ao à reversão para obrigações especiais das receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativo no período de 4 de julho a dezembro de 2011, conforme determinado pela Aneel na nova metodologia de "outras receitas" para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária.

Em 2011, as deduções totalizaram R\$ 5.404,6 milhões, o que representa um acréscimo de 7,7% na comparação com 2010. Essa evolução é explicada pelo aumento dos valores definidos pela Aneel para os encargos de CCC, PROINFA e CDE, bem como dos encargos tributários incidentes sobre a receita de fornecimento decorrente da variação do faturamento entre os períodos.

Como resultado das variações acima mencionadas, a receita operacional líquida foi 1,4% superior na comparação entre os anos de 2010 e 2011, totalizando R\$ 9.835,6 milhões.

Receita Operacional Bruta - R\$ milhões	2010	2011	Var (%) 2011 x 2010
Receita de Fornecimento	12.907,9	13.558,0	5,0%
Outras Receitas	1.097,1	943,4	-14,0%
Receita de Construção	708,7	738,7	4,2%
Total receita Bruta	14.713,7	15.240,2	3,6%
Deduções da receita bruta	(5.016,5)	(5.404,6)	7,7%
Total Deduções	(5.016,5)	(5.404,6)	7,7%
Receita Líquida	9.697,2	9.835,6	1,4%

Custos e Despesas Operacionais

Em 2011, as despesas operacionais cresceram 3,2% em relação a 2010, totalizando R\$ 6.962,6 milhões, abaixo da variação do IGP-M de 5,1% nos últimos 12 meses. As despesas são detalhadas a seguir:

Despesas Operacionais - em R\$ milhões*	2010	2011	Var (%) 2011 x 2010
Parcela A	5.489,7	5.689,1	3,6%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	4.353,8	4.464,1	2,5%
Transmissão	1.135,9	1.225,1	7,9%
PMSO	1.255,3	1.272,3	1,4%
Pessoal	647,1	621,7	-3,9%
Materiais	35,8	51,7	44,2%
Serviços de Terceiros	406,9	461,0	13,3%
Outros	165,4	137,9	-16,6%
Total	6.745,0	6.961,4	3,2%

* Não inclui depreciação

Relatório da Administração

Parcela A

- A despesa com energia elétrica comprada teve acréscimo de 2,5% no ano devido ao maior volume adquirido, parcialmente compensados pela redução do preço médio da energia.
- Em 2011, as despesas com encargos do uso da rede elétrica e de transmissão apresentaram crescimento de 7,9% na comparação com 2010, devido, principalmente, ao aumento de encargos referentes à de Rede Básica e ONS, na comparação entre os períodos.

Pessoal

Os custos e despesas com pessoal caíram 3,9% no ano devido à redução dos custos com a entidade de previdência privada e com acordos e condenações trabalhistas, que mais que compensaram o aumento de pessoal e encargos, impactados, principalmente, pelos dissídios anuais de 2010 e 2011.

Pessoal - em R\$ milhões	2010	2011	Var (%) 2011 x 2010
Pessoal e Encargos	395,2	440,6	11,5%
Entidade de Previdência	167,9	112,3	-33,1%
Acordos e Condenações Trabalhistas	84,0	68,7	-18,2%
Total	647,1	621,7	-3,9%

Materiais e Serviços de Terceiros

As despesas com materiais e serviços de terceiros fecharam o ano em R\$ 512,7 milhões, com incremento de 15,8% em relação a 2010, influenciadas principalmente pelas despesas com o Plano de Ação 2011 - 2012 que somaram R\$ 65,7 milhões nessa conta.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais apresentaram queda de 16,6%, totalizando R\$ 137,9 milhões em 2011. Os principais destaques são (i) a reversão de R\$ 76,4 milhões na linha de provisão para contingências trabalhistas relativas a processos de equiparação salarial e tributárias relacionadas à discussão de dívida de IPTU de imóveis; e (ii) redução de PCLD e baixas em função da alteração do critério de constituição de PCLD e do recebimento da 3ª parcela do acordo com a PMSP.

Outras Despesas Operacionais - em R\$ milhões	2010	2011	Var. (%) 2011 x 2010
PCLD e Baixas	53,8	(8,8)	-116,4%
Provisão (Reversão) para contingências	(77,3)	(80,2)	3,8%
Condenações e Acordos Judiciais	42,5	30,8	-27,5%
Demais *	146,4	196,2	34,0%
Total	165,4	137,9	-16,6%

* Arrendamentos e aluguéis, Indenizações, Perdas e Danos, Publicidade, Tarifas Bancárias, IPTU etc

Outras Receitas e Despesas

Em 2011, as outras receitas e despesas totalizaram uma despesa líquida de R\$ 26,3 milhões, o que representa uma redução de 95,1% em relação à despesa líquida auferida em 2010. O destaque fica por conta do efeito positivo de R\$ 441,9 milhões, na comparação entre os anos, em função da alienação da AES Eletropaulo Telecom para a TIM. Em 2010, a Companhia recebeu R\$ 265,4 milhões

Relatório da Administração

da Cia Brasileira referentes às quotas da AES Eletropaulo Telecom transferidas em 2005, enquanto em 2011 ocorreu o pagamento compensatório devido à alienação dessas quotas para a TIM no valor de R\$ 707,3 milhões.

EBITDA

O Ebitda da Companhia totalizou R\$ 2.847,9 milhões em 2011, um aumento de 18,0% em comparação ao do mesmo período de 2010, quando o Ebitda foi de R\$ 2.412,8 milhões. Os seguintes fatores explicam esse desempenho: (i) bom desempenho do mercado cativo e do reajuste tarifário, com efeito médio percebido pelo consumidor de 1,62% em julho de 2010; (ii) pagamento compensatório da alienação das quotas da AES Eletropaulo Telecom pela Cia Brasileira para a TIM no 4T11, com efeito positivo de R\$ 707,3 milhões no Ebitda; parcialmente compensados pelo (iii) aumento de R\$ 199,5 milhões de despesas com compra de energia e encargos de uso da rede elétrica.

Resultado Financeiro

Em 2011, o resultado financeiro foi uma despesa líquida de R\$ 21,3 milhões, enquanto em 2010 o resultado foi uma receita líquida de R\$ 103,0 milhões. Esse desempenho é explicado pelos seguintes fatores:

- (i) efeito positivo registrado em 2010 referente aos itens não recorrentes relacionados ao fim da discussão sobre o acordo com a massa falida do Banco Santos (R\$ 106,3 milhões) e à reversão de provisão de juros e multa correspondentes à contingência iniciada pela mudança na base de cálculo do COFINS (R\$ 20,4 milhões);
- (ii) acréscimo dos encargos da dívida em R\$ 36,2 milhões no ano;
- (iii) provisão registrada no 4T11 no montante de R\$ 27 milhões referente aos autos de infração recebidos da ARSESP e Aneel; parcialmente compensados pelo
- (iv) reconhecimento de R\$ 54,7 milhões relacionados ao Finsocial.

Lucro Líquido

Em 2011, o lucro líquido totalizou R\$ 1.572,1 milhões, um aumento de 16,7% quando comparado ao montante de R\$ 1.347,7 milhões registrado no ano de 2010. Esse resultado é explicado pelo: (i) bom desempenho do mercado cativo e do reajuste tarifário, com efeito médio percebido pelo consumidor de 1,62% em julho de 2010; (ii) pagamento compensatório da alienação das quotas da AES Eletropaulo Telecom pela Cia Brasileira para a TIM no 4T11, com efeito positivo de R\$ 466,8 milhões no lucro líquido; parcialmente compensados pelo (iii) aumento de R\$ 199,5 milhões nas despesas com compra de energia e encargos de uso da rede elétrica; (iv) pior desempenho no resultado financeiro em R\$ 124,3 milhões, devido ao impacto negativo de variação cambial (R\$ 10,3 milhões), e pelo aumento de R\$ 157,9 milhões nas despesas financeiras.

Remuneração aos Acionistas

A Administração da AES Eletropaulo propõe a distribuição de 54% da base para pagamento de dividendos do ano de 2011, sendo 50% do lucro distribuível acrescido de JSCP, no valor de R\$ 911,1 milhões. A Administração propõe ainda que o valor remanescente de R\$ 765,0 milhões, seja destinado à Reserva Especial para reforço de capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades da Companhia. O saldo dessa reserva poderá ser distribuído futuramente aos acionistas na forma de dividendos por decisão do Conselho de Administração da Companhia, *ad referendum* da Assembleia Geral.

As destinações mencionadas acima serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária (AGO) que está prevista para 16 de abril de 2012, quando também ocorrerá: (i) ratificação dos juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 73 milhões deliberados na Reunião do Conselho de

Relatório da Administração

Administração realizada em 7 de dezembro de 2011, além da definição da efetiva data para pagamento; (ii) ratificação dos dividendos intermediários referentes ao 1S11, pagos em 22 de setembro de 2011, no montante de R\$ 291,0 milhões; (iii) aprovação da proposta de dividendos complementares, referentes ao resultado do 2S11 no valor de R\$ 547,1 milhões, além da definição da data do pagamento.

O montante de dividendos complementares propostos pela administração da Companhia é de R\$ 547,1 milhões e o de JSCP de R\$ 73,0 milhões, correspondendo à R\$ 3,49 por ação ON e R\$ 3,84 por ação PN.

Dividendos 2011 (R\$ Milhões)	
Lucro do Exercício - 31 DEZEMBRO 2011	1.572,1
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	95,9
Dividendos e JSCP prescritos	8,1
Constituição de Reserva Legal (5%)	-
Base para distribuição de dividendos	1.676,1
Dividendos Intermediários já distribuídos	291,0
Juros sobre Capital Próprio já destinados - 31/12/2011	73,0
Dividendos complementares propostos	547,1
Reserva Especial	765,0

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2011, a dívida bruta da Companhia totalizava R\$ 3.726,5 milhões, R\$ 389,6 milhões inferior ao valor registrado no mesmo período de 2010, que alcançou R\$ 4.116,1 milhões. A redução de 9,5% na dívida bruta refere-se principalmente: (i) ao pagamento, em setembro de 2011, de R\$ 200 milhões referentes à 1ª parcela de amortização da 10ª emissão de debêntures; e (ii) à redução do saldo contabilizado da dívida com a Fundação CESP em R\$ 142,2 milhões, em função de os pagamentos para o fundo de pensão das parcelas referentes ao ano de 2011 terem sido maiores do que as despesas provenientes do cálculo atuarial. O saldo dessa dívida totalizou R\$ 1.230,5 milhões ao final de dezembro de 2011.

As disponibilidades somavam R\$ 1.390,5 milhões no fechamento do ano, valor R\$ 273,9 milhões inferior ao mesmo período de 2010. Essa variação decorre, principalmente, aos pagamentos de dividendos ocorridos em maio e setembro, bem como à amortização da 10ª emissão de debêntures realizada em setembro de 2011. Em 2011, a dívida líquida da Companhia somou R\$ 2.336,1 milhões, montante 4,7% inferior ao saldo da dívida líquida do mesmo período do ano passado, devido à amortização de dívida citada acima.

O custo médio da dívida total da AES Eletropaulo apresentou variação passando de CDI + 1,25% a.a. em 31 de dezembro de 2010 para CDI + 1,06% a.a. em 31 de dezembro de 2011. Já o prazo médio passou de 7,2 anos para 6,6 anos.

Investimentos



Relatório da Administração

Em 2011, a Companhia manteve volume elevado de investimentos, a exemplo do ano de 2010, e investiu um volume recorde de R\$ 738,7 milhões. Esse valor representa um aumento de 8,3% quando comparado ao valor investido em 2010.

Investimentos - R\$ milhões	2010	2011	Var (%) 2011x2010
Serviço ao Consumidor e Expansão do Sistema	348,1	361,2	3,8%
Manutenção	186,4	227,0	21,8%
Recuperação de Perdas	63,8	35,0	-45,1%
Tecnologia da Informação	28,0	38,7	38,1%
Outros	27,8	54,9	97,3%
Total (c/ recursos próprios)	654,1	716,7	9,6%
Financiado pelo cliente	28,1	22,0	-21,8%
Total	682,3	738,7	8,3%

Em 2012, a Companhia planeja investir o montante recorde de R\$ 840,6 milhões, montante 13,8% superior ao investido em 2011.

Principais Investimentos - 2011

Expansão do Sistema e Serviços ao Consumidor

- Em 2011, o investimento em serviços ao consumidor totalizou R\$ 172,4 milhões para atender à adição de 192,2 mil clientes.
- Foram investidos R\$ 188,8 milhões no ano em expansão do sistema com o objetivo de melhorar a qualidade de fornecimento de energia, com destaque para: (i) a energização de duas subestações digitalizadas; (ii) a ampliação de capacidade de mais três Estações Transformadoras de Distribuição (ETD); (iii) conclusão da obra na Linha de Transmissão Subterrânea Anhanguera - Casa Verde; e (iv) obras em andamento da Linha de Transmissão Aérea Jandira - Itapeví e do Ramal Aéreo de Estação Peri. Essas melhorias atenderam a aproximadamente 1,2 milhão de clientes.

Recuperação de Perdas

- O total investido em recuperação de perdas totalizou R\$ 35,0 milhões em 2011. Foram realizadas 46,2 mil regularizações de ligações ilegais, corrigidas 37,8 mil irregularidades e substituídos 196,7 mil medidores obsoletos.

Manutenção

- O total investido em 2011 foi de R\$ 227,0 milhões, principalmente na manutenção de 5.171 km da rede, além da instalação de 1.231 religadores automáticos.

Outros

- Em 2011 foram destinados R\$ 30,1 milhões à aquisição de guindastes, caminhões e outros veículos voltados principalmente ao suporte a empreiteiras para realização de obras de expansão da rede e a turmas de podas e emergência.

Investimento Remunerável

O investimento remunerável, também denominado de Base de Remuneração, é constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço - AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação Especial). Sobre ele foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida - RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL 832, de

Relatório da Administração

16/06/2009. Se atualizados pelo IGPM nos reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, o investimento remunerável estaria assim formado:

Componentes do Investimento Remunerável (R\$)	Reajuste (jul/08)	Reajuste (jul/09)	Reajuste (jul/10)
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	14.994.802.454	15.223.404.824	18.139.762.293
b1) (-) Depreciação Acumulada	8.560.093.068	8.690.595.459	10.355.458.429
b2) (-) Depreciação Acumulada %	57,1%	57,1%	57,1%
c) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE	1.001.390.250	1.016.656.885	1.211.418.500
d) = Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	5.433.319.136	5.516.152.480	6.572.885.364
e1) (+) Almojarifado	34.295.023	34.817.866	41.487.947
e2) (+) Ativo diferido	2.771.154	2.813.402	3.352.367
f) = Investimento Remunerável (Base Remuneração)	5.470.385.313	5.553.783.748	6.617.725.678
g) (+) Investimento previsto no Xe	1.652.000.000	1.652.000.000	1.652.000.000
h) = Investimento total Remunerável na tarifa	7.122.385.313	7.205.783.748	8.269.725.678
i) Bens 100% depreciados	1.366.930.940,37	1.387.770.404,83	1.653.626.475,25
j) Variação do IGPM (RH Aneel/Reajuste Tarifário n°)	1,13	1,15	1,21
i) Cota de Depreciação - Taxa média Anual %	4,32%	4,32%	4,32%

a) Valor deduzido dos valores de Bens Administrativos, Veículos e Moveis e Utensílios

b) Valor da depreciação acumulada

d) Valor depreciado - obrigação especial (c)

f) Valor depreciado (d) + almojarifado (e1) + ativo diferido (e2)

g) Investimento previsto no Xe não foi atualizado pelo IGPM

Devido à proximidade da data de aplicação da nova metodologia e a do reajuste tarifário de 2012, a Aneel abriu, em 29 de novembro de 2011, a audiência pública nº 070/2011, com o objetivo de aplicar a revisão e o reajuste tarifários para a Companhia conjuntamente, em 04 de julho de 2012. Sendo assim, a Base de Remuneração para o 3º ciclo não foi ainda definida pelo regulador.

Programa de Eficiência Energética

A AES Eletropaulo destina 0,5% de sua receita operacional líquida ao Programa de Eficiência Energética, seguindo determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), além de recursos próprios. Em 2011, os investimentos totalizaram R\$ 93 milhões, sendo R\$ 13,1 milhões de recursos próprios. O Programa de Eficiência Energética da Companhia contempla o projeto Transformação de Consumidores em Clientes - regularização de ligações elétricas em comunidades baixa renda - e projetos voltados a clientes públicos e corporativos.

Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

De acordo com a legislação do setor, a Companhia destina 0,2% de sua receita operacional líquida ao programa de P&D, atendendo à legislação do setor elétrico. Os projetos são pautados pela busca de inovações tecnológicas para fazer frente aos desafios de mercado, de forma que o capital investido possa trazer retorno para a Companhia e seus consumidores. Entre outros benefícios, o programa gera o incentivo ao aprendizado na Organização, promovendo a gestão do conhecimento interno, quebrando paradigmas e melhorando o desempenho geral.

Entre os projetos em andamento, destacam-se: o Projeto SIM - Sistema de Informações Meteorológicas, o Projeto de Comunicação Inteligente Integrado a Transformador de Distribuição - "Smart Transformer", o Projeto de Monitoramento de Campos Magnéticos de 60HZ para Público Geral através do site Aneel; e o Projeto *Smart Grid*, utilizando soluções de comunicação e integração de sistemas.

Em 2011, foram investidos R\$ 39,7 milhões em 88 projetos, dos quais 20 foram concluídos durante esse mesmo ano. Para 2012, estão previstos investimentos na ordem de R\$ 22,9 milhões em projetos de P&D, em um total de 52 projetos em execução para o ano.

Relatório da Administração

Projetos de eficiência energética para clientes públicos e corporativos

Além do projeto voltado a clientes de baixa renda, a AES Eletropaulo investe em projetos para clientes dos grupos comercial, industrial, poder público e de serviços. Em 2011, foram R\$ 38,1 milhões nos projetos para esses públicos, em mais de 300 unidades, propiciando uma economia de 23.593 MWh/ano, suficiente para abastecer mais de 8,7 mil residências durante um período de 12 meses.

Nos projetos do programa de eficiência energética, foram implementadas melhorias tecnológicas como a substituição de equipamentos nos sistemas de iluminação, climatização e refrigeração. Destaque para os projetos de iluminação de túneis com aplicação da tecnologia LED, muito mais moderna e eficiente, trazendo economia de energia e de manutenção e aumento da segurança dos usuários.

Segurança

A AES Eletropaulo atende às normas de segurança previstas pela legislação brasileira e, além disto, segue as diretrizes da AES Corporation. Nosso Programa de Segurança, que reúne todas as práticas da empresa, foi elaborado para contribuir com a consolidação de um ambiente seguro, com foco na prevenção de acidentes entre colaboradores próprios, contratados e comunidades, buscando melhoria contínua nos índices de segurança.

Em 2011, o conjunto de iniciativas promovidas no ano possibilitou que a AES Eletropaulo atingisse sua meta de zero fatalidade com os colaboradores próprios e contratados. A redução foi de 19% na taxa de frequência de acidentes com a equipe própria na comparação com o ano anterior, atingindo o índice de 0,22 (em uma escala de 0 a 1), e de 48% no índice relativo aos trabalhadores contratados, atingindo 0,13.

A ferramenta, destinada a treinamento sobre os procedimentos de elevada complexidade e risco, foi implementada em 2011. No total, 12.000 profissionais foram treinados com a ferramenta.

A Companhia também mantém dois comitês formais de segurança: o Comitê de Segurança do Trabalho AES Brasil e o Comitê Regional AES Eletropaulo, que representam os interesses de 100% dos colaboradores.

Segurança com a População

A AES Eletropaulo trabalha ativamente na prevenção, orientação e conscientização da população sobre os riscos de contato direto com a rede elétrica.

Para reduzir a taxa de acidentes com a população, a Companhia elaborou a Operação Acidente Zero, direcionada para orientar e conscientizar profissionais da construção civil a respeito dos riscos de trabalhar nas proximidades da rede de distribuição. As ações do programa atingiram 1,37 milhão de pessoas.

Além desse trabalho, a AES Eletropaulo conta com 150 colaboradores, que oferecem treinamentos e palestra em escolas, empresas, associações e outros locais. Em 2011, foram atendidas mais de 180 mil pessoas nas 24 cidades da área de concessão da companhia.

Os resultados dessa ação são observados na redução, em 30%, dos acidentes fatais com a rede elétrica. Em 2010, foram 23 casos e em 2011 foram registrados 16 casos.

Excelência na Gestão

A gestão da AES Eletropaulo é pautada pelo Modelo de Excelência da Gestão (MEG) gerido pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ). Pautado em 11 fundamentos de excelência, o MEG só é plenamente seguido se acompanhado de um planejamento estratégico adequado.

A robustez no processo foi reconhecida, em 2009, pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) que condecorou a Empresa como vencedora do Prêmio Nacional da Qualidade. De forma semelhante, a Fundação Iberoamericana para a Gestão da Qualidade (Fundibeq) reconheceu a AES Eletropaulo com o Prêmio Ouro Iberoamericano de Qualidade, na categoria Empresa Privada de Grande Porte em 2010.

Relatório da Administração

Esses importantes reconhecimentos reforçam a solidez, efetividade e transparência do modelo de gestão das empresas AES Brasil.

Relacionamento com o Público Interno

Em 2011, teve continuidade o processo de integração e desenvolvimento dos mais de 5.600 colaboradores da AES Eletropaulo com o objetivo de fazer o profissional se sentir realizado com o que faz e ter a consciência de que seu trabalho traz benefícios para a sociedade. As políticas de desenvolvimento de carreira, que incluem os processos de educação continuada, estágio, reconhecimento, cursos de idiomas, participação em cursos e seminários, além do programa Siga Livre, que permite mobilidade de cargos e funções dentro da empresa, norteiam o enfoque desse trabalho.

O diálogo com a alta direção é garantido pelo Pé Na Estrada, programa que reúne integrantes da alta administração e demais colaboradores em uma discussão que tem como objetivo apresentar resultados do ano anterior, a estratégia para o próximo período, o plano de investimentos e as metas a serem perseguidas. Antes do evento, que em 2011 chegou à quarta edição, os colaboradores participam de mesas-redondas nas quais apresentam propostas de melhoria utilizadas no planejamento estratégico do Grupo.

Gestão Ambiental

A AES Eletropaulo usa como diretriz de seu Sistema de Gestão Ambiental (SGA), a Política Integrada de Sustentabilidade do Grupo AES Brasil, na qual estão definidos os compromissos ambientais que devem ser assumidos por todos os colaboradores da empresa, de acordo com a legislação do setor. Essa política, baseada no compromisso com o desenvolvimento sustentável, estabelece as diretrizes para orientar o processo de tomada de decisão das diversas empresas do Grupo AES Brasil, de acordo com os cinco temas prioritários que constituem sua Plataforma de Sustentabilidade: segurança, geração de energia sustentável, eficiência no uso de recursos, inovação em produtos e serviços, desenvolvimento e valorização de colaboradores, fornecedores e comunidades.

A AES Eletropaulo manteve a certificação ISO 14001:2004 de seu Sistema de Gestão Ambiental aplicável aos segmentos de linhas de subtransmissão, subestações, prédios administrativos, lojas de atendimento ao público e Central de Operações (COE). Atualmente, 62,5% dos segmentos são certificados e a empresa busca a expansão desta marca.

Durante o ano de 2011, a AES Eletropaulo destinou R\$ 72,3 milhões em ações de meio ambiente, como treinamentos, melhoria na gestão ambiental de processos, novas tecnologias, licenciamentos e compensações ambientais, investigação de potenciais passivos e remediações ambientais e auditorias ambientais junto aos fornecedores.

Gestão social

Com o objetivo de desenvolver social e economicamente as comunidades onde está presente e reduzir os impactos ambientais de seu negócio, a AES Eletropaulo investe recursos próprios e incentivados em projetos sociais, eficiência energética e P&D.

Em 2011, foram investidos cerca de R\$ 31,7 milhões entre recursos próprios e incentivados, destinados a projetos que promovem: inclusão social e cidadania, educação para o uso consciente e seguro da energia, redução do consumo de energia, cultura, esporte e geração de renda nas comunidades de baixa renda.

Reconhecimentos

- **Prêmio “ABT de Excelência no Relacionamento com Clientes”** - categoria Internet e Mídias Sociais com o case de “Serviço Eletrônico Ativo - e-mails e SMS Ativo - Um meio inteiro de comunicação com o cliente”. O Prêmio ABT tem como co-realizadores o FGV CENPRO - Centro de Estudos da Comunicação com o Mercado da Fundação Getulio Vargas - e o IBMR - Instituto de Marketing e Relacionamento com o Cliente.

Relatório da Administração

- Prêmio "A Empresa mais Admirada no Brasil em 2011" categoria Fornecimento de Energia Elétrica. Promovido anualmente pela revista Carta Capital, o reconhecimento tem como principal objetivo premiar e destacar as empresas que contribuem para a disseminação da ética empresarial e para o desenvolvimento socioeconômico do país.
- Integrante do **Cadastro Pró-Ética**, uma iniciativa da Controladoria Geral da União e do Instituto Ethos criada para avaliar e divulgar as empresas voluntariamente engajadas na construção de um ambiente de integridade e confiança nas relações comerciais, inclusive naquelas que envolvem o setor público.

Governança Corporativa

A AES Eletropaulo integra o Nível 2 de governança corporativa da BM&FBovespa desde 2004 e foi a sétima empresa a se comprometer com o regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa do Nível 2. Seguindo as regras deste segmento, a Companhia disponibiliza suas demonstrações financeiras em inglês e concede *tag along* de 100% para os acionistas detentores de ações ordinárias (ON) e ações preferenciais (PN). Além disto, as ações preferenciais possuem direito a voto em algumas matérias, é prevista adesão à câmara de arbitragem para resolução de conflitos societários e a obrigatoriedade de possuir pelo menos 20% de membros independentes no Conselho de Administração.

Pelo sétimo ano consecutivo, a Companhia integra a carteira do ISE (Índice de Sustentabilidade Empresarial), que reúne as empresas que apresentam os melhores desempenhos sob o aspecto da sustentabilidade. Por ser subsidiária da AES Corp, companhia de capital aberto com ações na Bolsa de Nova York, a AES Eletropaulo adequou seus controles à Lei Sarbanes-Oxley (SOX), cujo objetivo é assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras de empresas que negociam ações no mercado norte-americano.

A partir de 2011, a Companhia passou a integrar o ICO2, índice desenvolvido pela BM&FBovespa em conjunto com o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento), que inclui em sua carteira somente as companhias que adotam práticas transparentes com relação à suas emissões de gases efeito estufa. A AES Eletropaulo monitora e afere suas emissões de gases efeito estufa de maneira transparente, reforçando seu compromisso com as questões climáticas e de meio ambiente.

Estrutura Societária

Em dezembro de 2011, o capital social da AES Eletropaulo era de R\$ R\$ 1.057.6, milhões representado por 66.604.817 ações ordinárias (39,8% do total) e 100.739.070 ações preferenciais (60,2% do total), com um *free float* total de 94.006.481 ações (56,2% do total). Ao final do exercício, a Empresa contava com aproximadamente 66 mil acionistas.

Acionista	ON	%	PN	%	Total	%
AES ELPA	51.825.798	77,8%	0	0,0%	51.825.798	31,0%
União Federal	13.342.384	20,0%	258	0,0%	13.342.642	8,0%
Cia Brasileira de Energia	0	0,0%	7.434.389	7,4%	7.434.389	4,4%
BNDES	1	0,0%	734.576	0,7%	734.577	0,4%
Outros (Free Float)	1.436.634	2,2%	92.569.847	91,9%	94.006.481	56,2%
Total	66.604.817	100,0%	100.739.070	100,0%	167.343.887	100,0%

Em 31/12/2011

Relatório da Administração

Mercado de Capitais

As ações da AES Eletropaulo estão listadas no Nível II de Governança Corporativa da BM&FBovespa sob os códigos ELPL3 (ordinárias) e ELPL4 (preferenciais). A Companhia também possui ADRs negociadas no mercado de balcão norte-americano que, a partir de janeiro de 2012, migraram para as regras do Nível I, passando a ser negociada sob o código "EPUMY". A migração foi feita com o objetivo de ampliar as formas de acesso dos investidores às ADRs, principalmente aqueles domiciliados no exterior, bem como ampliar a liquidez dos papéis.

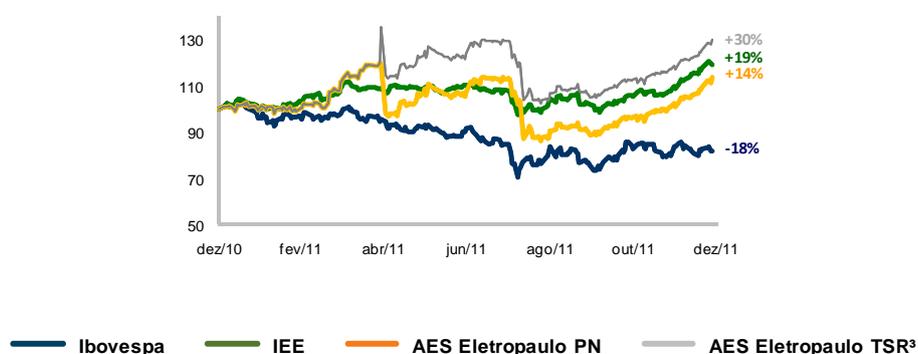
Em 2011, a ação ELPL4 foi negociada em todos os pregões da BM&FBovespa. Os dados de liquidez mostram a realização de 740.058 negócios, envolvendo cerca de 203,3 milhões de ações preferenciais e com volume médio diário de R\$ 26,9 milhões em 2011, no mercado à vista.

Considerando o preço médio ponderado das ações preferenciais em 2011, de R\$ 35,78 por ação, o *dividend yield* do ano foi de 15,8%.

AES Eletropaulo x Ibovespa x IEE

Base 100

12 Meses¹



1 - Índice - 31/12/2010 = 100 2- Total Shareholder Return - retorno total ao acionista

Serviços de Auditoria Independente

A AES Eletropaulo utilizou os serviços de auditoria independente da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. ("EYT") para auditoria de suas demonstrações contábeis e revisão especial de suas informações trimestrais. No decorrer desse exercício a EYT também foi contratada para a realização de outros trabalhos de auditoria relacionados a trabalho de asseguarção, diferente de auditoria e revisão, conforme previsto na NBC TO 01, auditoria de procedimentos acordados de CVA, P&D e Eficiência Energética - PEE, cujos respectivos honorários totalizaram R\$197,7 mil, representando aproximadamente 8% do total dos honorários de auditoria. Não foram contratados quaisquer outros serviços não relacionados à auditoria, reforçando a impossibilidade de ocorrência de algum tipo de conflito de interesses.

Em atendimento ao rodízio de auditores independentes determinado pelo artigo 31 da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, a KPMG Auditores Independentes ("KPMG") foi contratada para auditar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2012, iniciando suas atividades a partir da revisão das informações trimestrais (ITRs) do primeiro trimestre de 2012.

As políticas da Companhia vetam a contratação de seus auditores independentes para prestação de serviços que acarretem conflito de interesses ou perda de independência.

O escopo de trabalho de nossos auditores independentes não inclui a revisão de informações não financeiras apresentadas no relatório, tais como volume de energia vendida, comprada ou gerada, preços, entre outras, assim como os percentuais derivados dessas informações.

São Paulo, 13 de março de 2012.

Relatório da Administração

Balço Social Anual / 2011



Empresa: AES Eletropaulo S.A.

1 - Base de Cálculo	2011 Valor (Mil reais)			2010 Valor (Mil reais)		
Receita líquida (RL)	9.835.578			9.697.157		
Resultado operacional (RO)	2.353.484			1.913.035		
Folha de pagamento bruta (FPB)	509.334			479.214		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	44.318	8,70%	0,45%	35.922	7,50%	0,37%
Encargos sociais compulsórios	112.579	22,10%	1,14%	101.769	21,24%	1,05%
Previdência privada	112.320	22,05%	1,14%	167.914	35,04%	1,73%
Saúde	34.880	6,85%	0,35%	30.945	6,46%	0,32%
Segurança e saúde no trabalho	13.679	2,69%	0,14%	14.002	2,92%	0,14%
Educação	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	6.402	1,26%	0,07%	3.540	0,74%	0,04%
Creches ou auxílio-creche	1.129	0,22%	0,01%	979	0,20%	0,01%
Participação nos lucros ou resultados	61.874	12,15%	0,63%	48.873	10,20%	0,50%
Outros	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	387.181	76,02%	3,94%	403.944	84,29%	4,17%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	13.703	0,58%	0,14%	21.789	1,14%	0,22%
Cultura	11.994	0,51%	0,12%	11.885	0,62%	0,12%
Saúde e saneamento	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Esporte	3.521	0,15%	0,04%	2.350	0,12%	0,02%
Combate à fome e segurança alimentar	2.224	0,09%	0,02%	1.845	0,10%	0,02%
Outros	220	0,01%	0,00%	408	0,02%	0,00%
Total das contribuições para a sociedade	31.662	1,35%	0,32%	38.277	2,00%	0,39%
Tributos (excluídos encargos sociais)	4.146	0,18%	0,04%	3.943	0,21%	0,04%
Total - Indicadores sociais externos	35.808	1,52%	0,36%	42.220	2,21%	0,44%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empre	15.143	0,64%	0,15%	9.903	0,52%	0,10%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	57.154	2,43%	0,58%	66.704	3,49%	0,69%
Total dos investimentos em meio ambiente	72.297	3,07%	0,74%	76.607	4,00%	0,79%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a	<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			<input type="checkbox"/> não possui metas <input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75% <input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50% <input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional	2011			2010		
Nº de empregados(as) ao final do período	5.668			5.663		
Nº de admissões durante o período	529			1.643		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	11.563			7.847		
Nº de estagiários(as)	19			68		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	1.108			1.023		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.113			1.123		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	25,98%			24,18%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1.096			994		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	1,57%			1,10%		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	71			62		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2011 Valor (Mil reais)			Metas 2012		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	75,73			não há		
Número total de acidentes de trabalho	64			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa	<input checked="" type="checkbox"/> direção e gerências	<input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> segue as normas da OIT	<input checked="" type="checkbox"/> incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input type="checkbox"/> direção	<input type="checkbox"/> direção e gerências	<input checked="" type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados	<input type="checkbox"/> são sugeridos	<input checked="" type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	<input type="checkbox"/> não se envolve	<input type="checkbox"/> apóia	<input checked="" type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input type="checkbox"/> não se envolverá	<input type="checkbox"/> apoiará	<input checked="" type="checkbox"/> organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 26.312	no Procon 4.977	na Justiça 5.360	na empresa	no Procon	na Justiça
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 55,0%	no Procon 44,0%	na Justiça 53,2%	na empresa %	no Procon %	na Justiça %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2011: 8.213.532			Em 2010: 7.345.315		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	69,76% governo	6,71% colaboradores(as)	19,14% acionistas	71,48% governo	7,71% colaboradores(as)	18,35% acionistas
		4,39% terceiros			2,46% terceiros	
7 - Outras Informações						

Relatório da Administração

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS - ANEEL

LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

<u>ATIVO</u>	31.12.2011	31.12.2010
<u>CIRCULANTE</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	162.952	299.124
Investimentos de curto prazo	1.227.520	1.365.271
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.580.216	1.465.438
Imposto de renda e contribuição social compensáveis	48.026	57.642
Outros tributos compensáveis	84.225	73.782
Devedores diversos	1.669	2.447
Contas a receber - acordos	257.518	201.692
Outros créditos	151.242	116.060
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(354.784)	(343.803)
Almoxarifado	52.553	54.504
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	387.834	189.085
Despesas pagas antecipadamente	773	716
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	3.599.744	3.481.958
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	29.157	5.268
Outros tributos compensáveis	104.010	95.040
Cauções e depósitos vinculados	475.991	474.579
Contas a receber - acordos	94.780	183.556
Outros créditos	50.807	81.914
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(53.969)	(144.389)
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	275.570	65.555
Total realizável a longo prazo	976.346	761.523
Investimentos	9.500	9.500
Imobilizado	6.070.195	6.721.590
Intangível	137.342	145.431
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.193.383	7.638.044
TOTAL DO ATIVO	10.793.127	11.120.002

Relatório da Administração

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS REGULATÓRIOS - ANEEL

LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

<u>PASSIVO</u>	31.12.2011	31.12.2010
<u>CIRCULANTE</u>		
Fornecedores	1.066.786	978.841
Empréstimos e financiamentos	88.759	57.852
Debêntures	199.980	200.040
Subvenções governamentais	-	-
Encargos de dívidas	59.074	64.664
Custos a amortizar	(7.655)	(5.224)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	4.398	3.864
Outros tributos a pagar	449.871	463.055
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados	211.072	84.174
Obrigações estimadas	95.842	82.860
Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.131	2.300
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	102.078	89.337
Provisões para litígios e contingências	165.002	211.832
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	36.134	75.417
Outras obrigações	171.796	186.313
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	1.063.289	237.776
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	3.709.557	2.733.101
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Fornecedores	432	400
Empréstimos e financiamentos	730.018	811.019
Debêntures	1.449.980	1.649.960
Custos a amortizar	(24.171)	(34.973)
Subvenções governamentais	-	-
Outros tributos a pagar	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(110.950)	(234.644)
Obrigações com entidade de previdência privada	1.230.546	1.372.780
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	27.088	26.927
Provisões para litígios e contingências	321.678	328.005
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	76.702	87.794
Obrigações estimadas	20.438	18.228
Reserva de Reversão	66.085	66.085
Outras obrigações	7.823	8.030
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	180.339	163.084
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.976.008	4.262.695
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		
Capital social	1.057.629	1.057.629
Reserva de Capital	16.452	15.632
Outros resultados abrangentes/ajustes de avaliação patrimonial	1.198.169	1.976.278
Reserva de Lucros		
Reserva Legal	211.526	211.526
Reserva Estatutária	764.994	-
Proposta de distribuição de dividendos adicional	419.016	843.614
Lucros (prejuízos) acumulados	(560.224)	19.527
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.107.562	4.124.206
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10.793.127	11.120.002

Relatório da Administração

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIAS – ANEEL
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E DE 2010

	31.12.2011	31.12.2010
<u>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</u>	<u>8.457.639</u>	<u>8.785.307</u>
<u>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</u>		
Custo com Energia Elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda	(4.161.738)	(4.281.752)
Energia elétrica comprada para revenda - PROINFA	(168.392)	(167.632)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	(1.107.213)	(1.177.793)
Taxa de Fiscalização	(22.884)	(19.252)
Custo de Operação		
Pessoal e Administradores	(505.294)	(479.214)
Entidade de Previdência Privada	(112.320)	(167.914)
Serviços de Terceiros	(416.950)	(405.230)
Material	(50.979)	(35.828)
Custo de construção	-	-
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	79.326	51.115
Provisão (reversão) para litígios e contingências	80.238	77.298
Depreciação e amortização	(527.693)	(397.007)
Outros custos	(290.555)	(390.188)
Outras receitas - alienação de investimentos	707.313	265.369
	<u>(6.497.141)</u>	<u>(7.128.028)</u>
	<u>1.960.498</u>	<u>1.657.279</u>
<u>RESULTADO DO SERVIÇO</u>		
<u>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</u>		
Receitas financeiras	334.745	288.087
Despesas financeiras	(419.445)	(258.590)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	77.683	84.142
	<u>(7.017)</u>	<u>113.639</u>
	<u>1.953.481</u>	<u>1.770.918</u>
<u>LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS</u>		
Contribuição Social	(199.927)	(157.072)
Imposto de Renda	(533.210)	(407.259)
Contribuição Social Diferida	31.780	(5.162)
Imposto de Renda Diferido	88.277	(19.236)
	<u>(613.080)</u>	<u>(588.729)</u>
<u>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</u>	<u>1.340.401</u>	<u>1.182.189</u>

Relatório da Administração

Conciliação do lucro líquido e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2011 e 2010

	31.12.2011	31.12.2010
Lucro líquido regulatório - ANEEL	1.340.401	1.182.189
Reversão de ativos e passivos regulatórios	364.992	357.462
Receita de construção	738.745	708.708
Custos de construção	(738.745)	(708.708)
Ativos financeiros e intangíveis	(489.975)	(112.341)
Outros ajustes	(4.592)	-
Reserva Reavaliação Regulatória	499.316	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(138.037)	(79.622)
Lucro líquido societário - de acordo com o IFRS	1.572.105	1.347.688
	31.12.2011	31.12.2010
Patrimônio líquido regulatório - ANEEL	3.107.562	4.124.206
Reversão de ativos e passivos regulatórios	491.450	126.459
Ativos financeiros e intangíveis	(425.548)	(548.136)
Outros ajustes	(4.592)	-
Reserva Reavaliação Regulatória	1.102.966	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(262.127)	34.828
Patrimônio líquido societário - de acordo com o IFRS	4.009.711	3.737.357

Notas Explicativas

1. Informações Gerais

A Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital aberto, de direito privado, controlada diretamente pela AES Elpa S.A. e indiretamente pela Companhia Brasileira de Energia (“Brasileira”). A Brasileira por sua vez é uma controlada indireta da AES Corporation (AES Corp. sediada nos Estados Unidos). A Companhia está autorizada a operar como concessionária de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, principalmente para a distribuição e comercialização de energia elétrica em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo e tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Rua Lourenço Marques, 158 - Vila Olímpia, no município de São Paulo.

A Companhia, conforme mencionado na nota nº 25, faturou 36.817 GWh no exercício de 2011 e 35.434 GWh no exercício de 2010, atendendo a aproximadamente 6,3 milhões de clientes em dezembro de 2011 (informações não auditadas pelos auditores independentes).

O Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, assinado em 15 de junho de 1998 (Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998), tem prazo de duração de 30 anos.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia deve passar por processos de Revisão Tarifária a cada quatro anos. A terceira Revisão Tarifária da Companhia deveria ter ocorrido no dia 4 de julho de 2011.

No final de 2011, a ANEEL resolveu abrir Audiência Pública nº 70/2011, a fim de obter subsídios para alteração da Resolução Homologatória nº 1.174/2011 e prorrogar as tarifas homologadas no reajuste tarifário de 2010 até a data do aniversário contratual do reajuste tarifário de 2012 da Companhia. Os efeitos da Revisão Tarifária serão retroativos a 4 de julho de 2011. (nota nº 32.6.3)

2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 24 de fevereiro de 2012.

Notas Explicativas

2.1. Declaração de Conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pela *International Accounting Standards Board (IASB)* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, bem como as normas complementares emitidas pela CVM e por outros órgãos reguladores, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas reavaliações realizadas em anos anteriores à data de transição, e pela valorização de certos instrumentos financeiros ativos e passivos, os quais são mensurados pelo valor justo.

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para preparação das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2011 foram aplicadas de forma consistente com aquelas divulgadas nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

2.2. Base de preparação e apresentação

A Companhia está apresentando suas demonstrações de resultado de 2011 e 2010 no formato estabelecido pelo Despacho nº 4.991 da ANEEL, emitido em 29 de dezembro de 2011. As alterações ocorridas na apresentação da demonstração do resultado resultaram em algumas alterações nas demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado. Desse modo, as demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e dos valores adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 estão apresentadas no mesmo formato dessas demonstrações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011 com o intuito de propiciar a comparabilidade das informações.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Notas Explicativas

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações contábeis, tais como o número de consumidores, volumes de energia elétrica negociados, entre outros, não foram auditados pelos auditores independentes.

2.3. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.3.2. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da entidade, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio na data-base das Demonstrações Contábeis. Itens não monetários em moeda estrangeira reconhecidos pelo seu valor justo são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data em que o valor justo foi determinado.

2.4. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, a qual é determinada no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Notas Explicativas

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no período.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento - são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e com vencimento definido para os quais a Companhia tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

2.4.1. Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com risco insignificante de variação no seu valor de mercado. As disponibilidades estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

Notas Explicativas

Os investimentos de curto prazo estão classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária e variação cambial, contratados nas aplicações financeiras, são reconhecidos no resultado quando incorridos. As variações decorrentes de alterações no valor justo dessas aplicações financeiras são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido, quando incorridas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo desses investimentos que devesse ser reconhecida no patrimônio líquido. Eventuais provisões para redução ao provável valor de recuperação são registradas no resultado. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são transferidos para o resultado do exercício no momento em que essas aplicações são realizadas em caixa ou quando há evidência de perda na sua realização.

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Aqueles investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica Investimentos de curto prazo.

2.4.2. Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber

A Companhia classifica os saldos de Consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias e outras contas a receber, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva (“custo amortizado”). Os recebíveis podem ser reduzidos por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa. Os saldos de contas a receber de consumidores, revendedores, concessionárias e permissionárias incluem valores faturados e não faturados referentes aos serviços de distribuição de energia elétrica, incluem ainda o uso do sistema de distribuição por clientes livres e o desconto da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição TUSD, bem como, o saldo de energia vendida no mercado de curto prazo Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Notas Explicativas

2.4.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está constituída com base na estimativa das prováveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos e os saldos estão demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a classificação do título que as originaram. O critério utilizado atualmente pela Companhia para constituir a provisão para créditos de liquidação duvidosa é o seguinte:

Consumidores

- a) classe residencial: consumidores com contas vencidas há mais de 90 dias;
- b) classe comercial: consumidores com contas vencidas há mais de 180 dias;
- c) classe industrial e rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, com contas vencidas há mais de 360 dias.

Serviços Prestados/Acordos/Outros Créditos

- d) Faturas vencidas há mais de 360 dias.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa inclui também, análise individual de contas julgadas de difícil recebimento pela Administração.

Os saldos desta rubrica estão sendo complementarmente apresentados nas notas explicativas correspondentes às contas do ativo que os originaram - notas nºs 4, 5, 7, 8 e 9.

As baixas de créditos para perdas são efetuadas após esgotadas todas as ações de cobrança administrativa e obedecem aos prazos e valores definidos na Lei nº 9.430/1996: faturas e créditos com valores de até R\$ 5, vencidos há mais de 180 dias; valores de R\$ 5 a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias; valores superiores a R\$ 30, vencidos há mais de 360 dias desde que tomadas e mantidas medidas judiciais de cobranças.

Os acordos de parcelamento de consumidores inadimplentes dos “Termo de Confissão de Dívida - TCD”, são provisionados pelo seu valor total, independente de existirem parcelas cujos valores ainda não estejam vencidos.

Os recebimentos de créditos referentes a contas a receber que foram baixados, por terem se enquadrado nos parâmetros de perdas, são registrados à crédito na rubrica de Outras Despesas Operacionais.

Notas Explicativas

2.4.4. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são analisados, em bases anuais, para identificar eventuais mudanças que possam indicar redução no seu provável valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.4.5. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, a Companhia mantém esse ativo financeiro registrado nas suas demonstrações contábeis e reconhece um passivo por eventuais montantes recebidos na transação.

2.5. Almoxarifado

Está valorizado ao custo médio de aquisição ou produção. As provisões para itens obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. Os materiais destinados às construções de itens do ativo intangível de concessão da Companhia são classificados como imobilizações em curso.

Notas Explicativas

2.6. Contrato de concessão (ativo financeiro e intangível de concessão)

Os ativos relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativos financeiros e ativos intangíveis.

Na data de transição para a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade, a Administração da Companhia concluiu que era impraticável a aplicação da ICPC 01 (IFRIC 12) de forma retroativa na segregação dos ativos financeiros e intangíveis. Esta decisão foi tomada pela Administração pelo fato de a Companhia não possuir as informações necessárias para o reprocessamento dos saldos dos ativos vinculados a infra-estrutura do serviço público. Diante deste fato, a Administração da Companhia, em Reunião do Conselho de Administração, aprovou a utilização dos saldos contábeis existentes para efetuar a bifurcação dos saldos do ativo financeiro e do ativo intangível na data de transição para as Normas Internacionais de Contabilidade. A Companhia utilizou a base de remuneração regulatória^(*) para apurar o saldo do ativo financeiro, sendo o intangível apurado pela diferença entre o saldo do ativo financeiro e o saldo contábil do imobilizado antes da bifurcação (“método do valor residual”). Cabe ressaltar que, na data de transição, não foram identificados saldos irrecuperáveis de ativos vinculados à concessão e também não foram gerados ganhos e perdas no momento da bifurcação do ativo vinculado à concessão.

(*) Base de remuneração regulatória: base de ativos definida e valorizada de acordo com os critérios estabelecidos pela ANEEL e inclui todos os ativos que são necessários para realização dos serviços das concessionárias.

Os ativos classificados como ativo financeiro de concessão representam a parcela estimada dos investimentos realizados e que não serão amortizados até o final da concessão, sobre a qual a Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente a título de indenização pela reversão da infra-estrutura do serviço público.

Notas Explicativas

Os ativos financeiros relacionados ao contrato de concessão são classificados como disponíveis para venda em função da Companhia ter utilizado a base de remuneração regulatória para apurar o saldo do ativo financeiro. A remuneração financeira de tais ativos ocorre a cada período, por meio do chamado WACC regulatório (custo médio ponderado de capital), que consiste nos juros remuneratórios incluídos na tarifa cobrada dos clientes da Companhia. Na classificação do ativo financeiro a Companhia levou em consideração que sua mensuração não ocorre de um valor fixo, pois de acordo com as normas regulatórias está sujeito a ajustes periódicos a valor de mercado, concluindo que a classificação adequada é como disponível para venda. Este ativo financeiro também é atualizado pelo valor justo em contrapartida à rubrica de outros resultados abrangentes - ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. A Companhia atualiza mensalmente o valor justo desse ativo com base na variação do IGP-M, entre os períodos de revisão tarifária. Na data da revisão tarifária da Companhia, que ocorre a cada quatro anos, o ativo financeiro é ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários. A revisão tarifária prevista para 4 de julho de 2011 foi postergada para 4 de julho de 2012, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 1.262, de 7 de fevereiro de 2012, que alterou a Resolução Homologatória nº 1.174, de 28 de junho de 2011.

Os ativos classificados como intangível representam o direito da Companhia de cobrar os consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

Os ativos intangíveis foram mensurados pelo “método do valor residual” na data de transição para os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC. Esses ativos foram mensurados com base nas práticas contábeis anteriores à data de transição, as quais são similares aos critérios do ativo imobilizado descritos abaixo. As adições subsequentes são reconhecidas inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o que inclui custos de empréstimos capitalizados. Após o seu reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor.

Os ativos da concessão são amortizados pelo método linear seguindo os critérios previstos na Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009. Atualmente, a taxa média de depreciação/amortização dos ativos de concessão é 5,22% ao ano.

Notas Explicativas

A Companhia agrega, mensalmente, os juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos ao custo de construção do ativo intangível de concessão em curso, considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) os juros são capitalizados durante a fase de construção do ativo intangível de concessão em curso até a data em que o ativo subjacente esteja disponível para utilização; (b) os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) os juros totais capitalizados mensalmente não excedem o valor do total das despesas mensais de juros; e (d) os juros capitalizados são amortizados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o ativo intangível aos quais foram incorporados. Os juros capitalizados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão apresentados na nota nº 28.

2.7. Imobilizado

Os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (arrendamento mercantil financeiro) estão registrados como um ativo imobilizado da Companhia em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não-circulante, conforme o caso. O arrendamento é reconhecido inicialmente por quantias iguais ao valor justo do bem arrendado ou, quando este é inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, calculado com base na taxa de juros implícita no arrendamento ou com base na taxa incremental de financiamento da Companhia. Quaisquer custos diretos iniciais do arrendatário, quando aplicável, são adicionados como parte do custo do ativo. Os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados ou amortizados de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens ou a duração prevista do contrato de arrendamento, dos dois o menor.

O resultado na alienação é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo líquido da respectiva depreciação acumulada e é reconhecido no resultado do exercício.

2.8. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração

A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia não possuía ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas para os quais seriam requeridos testes de recuperação dos valores registrados.

O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. O gerenciamento dos negócios da Companhia considera uma rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa.

Notas Explicativas

2.9. Provisões

A Companhia registra provisões quando possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cujo desembolso de caixa futuro seja considerado como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As despesas relativas a qualquer provisão são apresentadas na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, levando-se em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

2.9.1. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que haja uma saída de recursos para liquidar o processo judicial ou administrativo e sobre os quais é possível realizar uma estimativa razoável do valor da saída dos recursos. A avaliação da probabilidade de perda por parte dos consultores legais da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

2.10. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo. No reconhecimento inicial dos empréstimos, financiamentos e debêntures são deduzidos os custos de transação diretamente relacionados.

A Companhia não tem registrado em 31 de dezembro de 2011 nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis inclui a atualização pela variação monetária incorrida, de acordo com os índices determinados em cada contrato, até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa efetiva de juros. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Os encargos financeiros são registrados como despesas financeiras, exceto pela parte apropriada ao custo das obras em andamento que é registrada no ativo intangível.

2.10.1. Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.10.2. Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos em outros instrumentos financeiros ou contratos, quando existente, são tratados como um derivativo separadamente quando seus riscos e características não forem estritamente relacionados aos dos contratos principais e esses contratos não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a Companhia não havia identificado nenhum derivativo embutido em seus contratos.

Notas Explicativas

2.11. Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.12. Impostos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços;
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com a classe de consumidores. As principais classes são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv;
- Imposto sobre Serviços - 5% incidente sobre a prestação de serviços.

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

2.13. Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social corrente

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social corrente são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Notas Explicativas

A administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requerem interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias existentes na data do balanço entre os valores contábeis e as bases fiscais de ativos e passivos.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada encerramento de balanço e registrada provisão para perdas na extensão em que não seja mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Caso a estimativa de lucros tributáveis futuros indique que os impostos diferidos ativos não serão recuperados no prazo e condições previstos na Instrução CVM nº 371, a Companhia registra provisão para redução ao seu provável valor de realização. Esta análise é fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico aprovado pelos órgãos de administração da Companhia.

Na medida em que se torne provável haver lucros tributáveis futuros suficientes, a Companhia reverte a provisão para perda registrada em períodos anteriores proporcionalmente a esses lucros.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão de os impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo fiscal corrente contra o passivo fiscal corrente.

Notas Explicativas

2.14. Benefícios a empregados

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objeto de suplementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Companhia concede também determinados benefícios de assistência à saúde pós-emprego para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários - nota nº 16.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo Método da Unidade de Crédito Projetada, líquido dos ativos garantidores do plano. A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. A avaliação atuarial e suas premissas e projeções são revisadas e atualizadas em bases anuais, ao final de cada exercício.

O custeio dos benefícios concedidos pelos planos de benefícios definidos é estabelecido separadamente para cada plano, utilizando o método do crédito unitário projetado. Quando o valor acumulado líquido dos ganhos ou perdas atuariais não reconhecidos, para cada plano, no final do período base anterior ultrapassar 10% do maior entre a obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data (método do corredor), o valor excedente dos ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos como receita ou despesa ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam do plano.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados e ganhos ou perdas atuariais ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano.

Notas Explicativas

Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado à soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

2.15. Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

Outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

2.16. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

2.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas são determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas base de elaboração das demonstrações contábeis da Companhia não havia ajustes significativos decorrentes de ajustes a valor presente de ativos ou passivos.

2.18. Distribuição de dividendos

Os dividendos aprovados a serem pagos ou fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

Notas Explicativas

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada a realização dos ajustes de avaliação patrimonial, relativos à reserva de reavaliação reconhecida em exercícios anteriores à data de transição. Dessa forma, o incremento nas despesas de amortização, em função do registro da reavaliação reconhecida em exercícios anteriores, tem efeito nulo na apuração dos dividendos da Companhia.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra no passivo circulante o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra a proposta da Administração da Companhia de distribuição de dividendos excedentes ao mínimo obrigatório como “Proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia, conforme previsto na legislação societária.

2.19. Pagamentos baseados em ações

A AES Corp, mantém plano de remuneração a colaboradores próprios e de suas controladas, diretas e indiretas, relacionado com a outorga de instrumentos patrimoniais. A concessão desses instrumentos patrimoniais ocorre quando determinadas condições preestabelecidas são atingidas. As ações ou opções de ações concedidas pela AES Corp são registradas na Companhia ao valor justo do instrumento patrimonial na data de sua outorga.

De acordo com o ICPC 05 (IFRIC 11), o custo de transações de outorga de títulos patrimoniais é reconhecido no resultado do período em contrapartida a uma reserva de capital, no patrimônio líquido da Companhia, em conta específica que indica o compromisso futuro do controlador da Companhia de aportar os recursos necessários para suportar a outorga das ações e opções de ações da AES Corp adquiridos pelos funcionários da Companhia. O aporte dos recursos pela AES Corp ocorre na entrega das ações para os colaboradores ou quando esses exercem seu direito sobre as opções. Ainda de acordo com o ICPC 05 (IFRIC 11), após o aporte dos recursos, a reserva de capital constituída poderá ser utilizada para aumentar o capital da Companhia em favor da AES Corp.

Notas Explicativas

2.20. Reconhecimento da receita

A receita de venda inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas Demonstrações de Resultado. Em atendimento à Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009, a reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida, apresentada nas Demonstrações de Resultado, está demonstrada na nota nº 25. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

2.20.1. Receita de Prestação de Serviços de Distribuição de Energia Elétrica

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada à medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

2.20.2 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita de juros é reconhecida com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

Notas Explicativas

2.20.3 Contratos de construção

As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) *Contratos de Concessão*, devem registrar a construção ou melhoria da infra-estrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS11) *Contratos de Construção*. Os custos da construção da infra-estrutura efetuados pela Companhia são confiavelmente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas tomando como base a proporção do trabalho executado até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. Considerando o modelo regulatório vigente, o qual não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infra-estrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada a construção de infra-estrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contratos de construção com margem de lucro zero.

2.21. Contratos de arrendamento

Conforme descrito na nota nº 2.7, os bens relacionados a contratos de arrendamento mercantil cujo controle, riscos e benefícios são substancialmente exercidos pela Companhia (*arrendamento mercantil financeiro*) estão registrados como um ativo imobilizado da Companhia em contrapartida a uma conta do passivo circulante ou não-circulante, conforme o caso. Os juros sobre o arrendamento mercantil financeiro são apropriados ao resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas na demonstração do resultado ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.22. Taxas regulamentares

2.22.1 Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Notas Explicativas

2.22.2 Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras relativa aos sistemas interligados com dupla destinação e que tem o objetivo de: pagar as despesas com o combustível usado nas geradoras térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

2.22.3 Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

2.22.4 Programas de Eficientização Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

2.22.5 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.22.6 Encargo do Serviço do Sistema - ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

Notas Explicativas

2.23. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33) *Resultado por ação*.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade total de ações em circulação.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos. Conseqüentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

2.24. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração da Companhia para a tomada de decisões sobre alocação de recursos aos segmentos e para a avaliação do seu desempenho.

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia são baseadas em relatórios consolidados, os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de distribuição, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas o segmento de distribuição de energia elétrica como passível de reporte.

2.25. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos, e as divulgações de passivos contingentes. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa a determinação dessas premissas e estimativas, o que pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros a medida que novas informações estejam disponíveis.

Notas Explicativas

Estimativas e premissas

As principais premissas e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis são discutidas a seguir:

2.25.1. Benefícios de aposentadoria e outros benefícios pós-emprego

Conforme descrito na nota nº 2.14, a Companhia avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria através de avaliação atuarial realizada em bases anuais. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

Ao determinar a taxa de desconto adequada, a administração considera as taxas de debêntures não conversíveis emitidas por corporações de elevada solvência e títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração da obrigação do benefício definido. A qualidade dos títulos é revisada, e aqueles com um *spread* de crédito excessivo são excluídos da população de títulos os quais são utilizados para identificar a taxa de juros.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

2.25.2. Amortização do intangível de concessão

Os ativos intangíveis são amortizados de forma linear pelo prazo correspondente ao direito de cobrar os consumidores pelo uso do ativo da concessão que o gerou (vida útil regulatória dos ativos) ou pelo prazo do contrato de concessão, dos dois o menor. Conforme descrito na nota nº 2.6, a taxa média de depreciação/amortização dos ativos de concessão é 5,22% ao ano.

2.25.3. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota nº 2.7, os bens registrados no ativo imobilizado são depreciados de acordo com o menor entre a sua vida útil econômica estimada ou o prazo contratual do arrendamento mercantil.

Notas Explicativas

2.25.4. Provisão para litígios e contingências

De acordo com a nota nº 2.9.1, a Companhia reconhece provisão para litígios e contingências com base na avaliação da probabilidade de perda.

As estimativas e premissas utilizadas no registro de provisões para litígios e contingências da Companhia são revisadas trimestralmente.

2.25.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração

A Companhia revisa, no mínimo, em bases anuais a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração (nota nº 2.8). O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso.

O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período de concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia avaliou as informações disponíveis sobre a metodologia a ser aplicada no 3º ciclo de revisão tarifária em suas projeções de caixa futuro, as quais não resultaram em redução do valor contábil dos ativos. A Companhia não identificou nenhum outro indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perda por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

Notas Explicativas

2.25.6. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

2.25.7. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

O critério referente a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão descritas na nota nº 2.4.3.

2.25.8. Ativo financeiro de concessão

O critério de apuração e atualização do ativo financeiro de concessão está descrito na nota nº 2.6.

2.25.9. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como eles são calculados estão descritos na nota nº 32.

Notas Explicativas

2.25.10. Transações com Pagamentos Baseados em Ações

O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações, requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

2.26. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 641, de 7 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) (IAS 7) - *Demonstração dos Fluxos de Caixa*, emitido pelo CPC.

2.27. Demonstração do Resultado

A demonstração do resultado está apresentada pela natureza das despesas e receitas operacionais.

2.28. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados. A aplicação no Brasil de novos pronunciamentos emitidos pelo IASB depende revisão e tradução desses pronunciamentos pelo CPC e homologação pelos órgãos reguladores, no caso das companhias abertas pela CVM.

Notas Explicativas

A Administração da Companhia avaliou os eventuais impactos destes novos pronunciamentos e interpretações, conforme segue:

- **IFRS 9 *Instrumentos Financeiros (Financial Instruments)*** - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 - *Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração*”. A IFRS 9 requer que todos os ativos financeiros sejam classificados na mesma base do modelo de negócio utilizado na administração de ativos financeiros e nas características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Os ativos são inicialmente mensurados pelo seu valor justo ajustados pelos custos da transação, exceto quando se tratar de um ativo avaliado pelo valor justo por meio do resultado. Ativos são avaliados subsequentemente pelo método do custo amortizado ou pelo valor justo. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto significativo em suas demonstrações contábeis.
- **IFRS 10 *Demonstrações Contábeis Consolidadas (Consolidated Financial Statements)*** - O IFRS 10 requer que a controladora apresente demonstrações contábeis consolidadas. A IFRS 10 define os princípios de controle e estabelece que os controles são a base para determinação de quais entidades devem ser incluídas na consolidação das demonstrações contábeis. Um investidor controla uma investida se está exposta, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de impactar esses retornos através do poder exercido sobre essa investida. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não possui demonstrações contábeis consolidadas, portanto não espera nenhum impacto em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação dessa norma.

Notas Explicativas

- IFRS 11 *Contratos entre empreendedores (Joint Arrangements)* - Esse IFRS substitui o IAS 31 *-Investimento em Empreendimentos em Conjunto*. O IFRS 11 requer que um participante de um empreendimento em conjunto determine o tipo de contrato no qual está envolvido através da avaliação de seus direitos e obrigações provenientes desse arranjo. O IFRS classifica os empreendimentos em conjunto em 2 tipos - operações em conjunto e empreendimentos em conjunto. Em uma operação em conjunto as partes mantêm os direitos sobre os ativos e passivos relacionados com o contrato. Em um empreendimento em conjunto as partes têm direitos sobre o patrimônio líquido do empreendimento. A avaliação dos direitos e obrigações pelas partes no arranjo deverá levar em conta a estrutura e a forma legal do arranjo, os termos contratuais do arranjo e, se relevante, outros fatos e circunstâncias. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não possui empreendimentos em conjunto, portanto não espera nenhum impacto em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação dessa norma.
- IFRS 12 *Divulgação de participação em outras entidades (Disclosure of interest in other entities)* - O IFRS 12 requer a divulgação de informações para permitir aos usuários das demonstrações contábeis a: (i) compreender os julgamentos e premissas utilizados na determinação da natureza da participação em outras entidades ou arranjos em conjunto; (ii) a participação que não-controladores tem na atividades e no fluxo de caixa do grupo; (iii) avaliar a natureza e extensão de restrições no acesso ou uso de ativos e liquidação de passivos do grupo; (iv) avaliar a natureza dos, e mudanças nos, riscos associados com a participação nas entidades consolidadas; (v) a natureza e extensão de sua participação em entidades não consolidadas, bem com a natureza dos, e mudança nos, riscos associados com essas entidades; (vi) a natureza e extensão de sua participação em arranjos com outros empreendedores, bem com a natureza dos, e mudança nos, riscos associados com essas operações; (vii) avaliar as mudanças na participação dos controladores nas subsidiária, quando não resultar em mudança de controle; e (viii) avaliar as consequências da perda de controle em subsidiárias durante o período em curso. Esse IFRS não traz impactos nas demonstrações contábeis da Companhia, visto que a mesma não detém participação em outras entidades. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

- *IFRS 13 Mensuração do Valor Justo (Fair value measurement)* - O IFRS 13 define o valor justo como o preço que poderia ser recebido para vender um ativo ou pago pela transferência de um passivo, em uma transação organizada entre participantes de mercado, em uma data de avaliação (i.e, um preço de saída). Esta definição de valor justo ressalta que o valor justo é baseado na avaliação do mercado e não em uma avaliação específica de uma entidade. Portanto, a intenção de uma entidade em manter o ativo ou liquidar ou honrar um passivo não é relevante na determinação do seu valor justo. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação dessa norma.
- *IAS 27 Demonstrações contábeis separadas (Separate financial statements)* - O IAS 27 foi modificado em 2011 em consequência da emissão do IFRS 10 - *Demonstrações contábeis consolidadas*. Dessa forma, o IAS 27 passou a conter requerimentos somente sobre a elaboração de demonstrações contábeis separadas. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação dessa norma.
- *IAS 28 Investimentos em coligadas e empreendimentos em conjunto (Investments in associates and joint ventures)* - O IAS 28 foi modificado em 2011 para incluir os empreendimentos em conjunto no escopo desse pronunciamento, em razão de o método de equivalência patrimonial ser aplicável tanto para os investimentos em coligadas como em empreendimentos em conjunto. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não possui investimentos em coligadas ou empreendimentos em conjunto, e portanto, não espera nenhum impacto em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação dessa norma.
- *Modificações no IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis (Amendments to IAS 1 Presentation of financial statements)* - em junho de 2011 o IASB efetuou modificações no IAS 1, relacionadas com a apresentação dos itens registrados em ajustes de avaliação patrimonial (*other comprehensive income*), no patrimônio líquido. Essas modificações requerem que a Companhia agrupe os itens apresentados nessa rubrica de acordo com sua potencial realização (transferência) para lucros (prejuízos) acumulados. A Companhia não espera impacto significativo em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação dessa norma.

Notas Explicativas

- IAS 19 *Benefícios a empregados (Empolyees benefits)* - em junho de 2011 o IASB modificou o IAS 19 com o objetivo de introduzir melhorias nas seguintes áreas: (a) reconhecimento de mudanças no ativo/passivo líquidos dos planos de benefícios definidos; (b) mudanças, reduções nos benefícios ou liquidação do plano; (c) divulgação sobre planos de benefício definido; (d) contabilização de benefícios relacionados com desligamento; e (e) itens diversos relacionados com (i) a classificação de benefícios a empregados; (ii) estimativas da taxa de mortalidade; (iii) custos administrativos e tributários; (iv) riscos compartilhados e aspectos condicionais de indexação. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Os principais impactos decorrente da aplicação dessa norma são (i) a eliminação do critério do corredor e (ii) o cálculo da estimativa do retorno dos ativos utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial. A aplicação dessa norma requererá a descontinuação do método do corredor e consequente registro do ganho ou perda atuarial não registrado em contrapartida à conta de ajuste de avaliação patrimonial e a utilização da taxa de desconto do passivo atuarial no cálculo do retorno dos ativos.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A CVM aprovou os seguintes pronunciamentos técnicos do CPC:

- CPC 15 R1 - *Combinação de Negócios* - Deliberação CVM nº 665 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 19 R1 - *Investimentos em Empreendimentos Controlados em Conjunto* - Deliberação CVM nº 666 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 35 R1 - *Demonstrações Separadas* - Deliberação CVM nº 667 de 4 de agosto de 2011;
- CPC 36 R2 - *Demonstrações Consolidadas* - Deliberação CVM nº 668 de 9 de agosto de 2011;
- CPC 20 R1 - *Custo de Empréstimos* - Deliberação CVM nº 672 de 20 de outubro de 2011;

Notas Explicativas

- CPC 21 R1 - *Demonstração Intermediária* - Deliberação CVM nº 673 de 20 de outubro de 2011;
- CPC 00 R1 - *Estrutura Conceitual para a Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro* - Deliberação CVM nº 675 de 13 de dezembro de 2011;
- CPC 26 R1 - *Apresentação das Demonstrações Contábeis* - Deliberação CVM nº 676 de 13 de dezembro de 2011;
- ICPC 01 R1 - *Contratos de Concessão* - Deliberação CVM nº 677 de 13 de dezembro de 2011; e
- ICPC 17 - *Contratos de Concessão: Evidenciação* - Deliberação CVM nº 677 de 13 de dezembro de 2011.

A Companhia efetuou revisão dos pronunciamentos acima descritos e verificou que não há impacto significativo em suas demonstrações contábeis decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos técnicos. Os impactos identificados correspondem a melhorias nas divulgações, as quais foram consideradas nessas demonstrações contábeis.

3. Caixa, Equivalentes de Caixa e Investimentos de Curto Prazo

Caixa e equivalentes de caixa:

	2011	2010
Numerário Disponível	24.686	14.674
Numerário em Trânsito	30.106	29.388
CDB-DI (I)	10.102	106.157
Operação Compromissada (I)	98.058	148.905
	162.952	299.124

Investimentos de curto prazo:

Tipo de Operação	2011	2010
CDB-DI (I)	475.361	511.821
Operação Compromissada (I)	731.244	833.950
Títulos Públicos (II)	20.915	19.070
Fundo de Investimento	-	430
	1.227.520	1.365.271

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo.

- (I) Certificados de depósitos bancários e operações compromissadas^(*) foram remunerados, em média, a 102,27% do CDI (101,82% em 31 de dezembro de 2010) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, e têm características de liquidez imediata.

Notas Explicativas

(II) Títulos públicos: correspondem a aplicações em Letras Financeiras do Tesouro - LFT, as quais são remuneradas a 100% da taxa SELIC e têm características de liquidez imediata.

(*) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do banco, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos pré-determinados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

As políticas de investimentos financeiros da Companhia determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não mantinha linhas de financiamento comprometidas e não sacadas.

4. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A composição do saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias é como segue:

	2011					Saldo líquido
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	
		até 90 dias	mais de 90 dias			
<u>CIRCULANTE</u>						
<u>Consumidores - Fornecimento:</u>						
Residencial	214.921	257.529	39.996	512.446	(46.964)	465.482
Industrial	50.453	34.911	32.100	117.464	(22.623)	94.841
Comercial	130.513	76.463	34.517	241.493	(25.694)	215.799
Rural	89	79	7	175	(1)	174
<u>Poder público:</u>						
Federal	2.736	1.033	298	4.067	(318)	3.749
Estadual	8.716	2.746	2.283	13.745	(2.132)	11.613
Municipal	13.682	4.420	1.796	19.898	(5.142)	14.756
Iluminação pública	14.560	1.773	1.153	17.486	(572)	16.914
Serviço público	10.374	12.578	2.634	25.586	(1.475)	24.111
Total - Faturado	446.044	391.532	114.784	952.360	(104.921)	847.439
Não faturado	542.907	-	-	542.907	-	542.907
Total	988.951	391.532	114.784	1.495.267	(104.921)	1.390.346
<u>Concessionárias e permissionárias:</u>						
Energia no curto prazo - CCEE	24.820	-	-	24.820	-	24.820
Encargos de Uso da Rede	513	-	-	513	-	513
Total	25.333	-	-	25.333	-	25.333
Total - CIRCULANTE	1.014.284	391.532	114.784	1.520.600	(104.921)	1.415.679

Notas Explicativas

	2010					Saldo líquido
	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total	PCLD (*)	
		até 90 dias	mais de 90 dias			
CIRCULANTE						
Consumidores - Fornecimento:						
Residencial	208.075	221.918	37.141	467.134	(83.012)	384.122
Industrial	51.067	27.867	39.846	118.780	(32.966)	85.814
Comercial	144.659	53.782	25.168	223.609	(23.800)	199.809
Rural	80	79	16	175	-	175
Poder público:						
Federal	2.646	1.748	260	4.654	(476)	4.178
Estadual	8.586	1.229	2.260	12.075	(127)	11.948
Municipal	13.671	2.754	4.167	20.592	(8.013)	12.579
Iluminação pública	14.800	1.192	740	16.732	(572)	16.160
Serviço público	10.841	11.379	1.921	24.141	(1.477)	22.664
Total - Faturado	454.425	321.948	111.519	887.892	(150.443)	737.449
Não Faturado	523.877	-	-	523.877	-	523.877
Não Faturado - Pis/Cofins	35.826	-	-	35.826	-	35.826
Total - Não faturado	559.703	-	-	559.703	-	559.703
Total	1.014.128	321.948	111.519	1.447.595	(150.443)	1.297.152
Concessionárias e permissionárias:						
Energia no curto prazo - CCEE	3.272	-	-	3.272	-	3.272
Encargos de Uso da Rede	78	-	-	78	-	78
Total	3.350	-	-	3.350	-	3.350
Total - CIRCULANTE	1.017.478	321.948	111.519	1.450.945	(150.443)	1.300.502

(*) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - nota nº 9.

As contas a receber apresentadas acima são classificadas como empréstimos e recebíveis e, portanto, mensuradas pelo custo amortizado.

Os consumidores escolhem as datas de vencimento de suas faturas mensais. Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

Na condição de prestadora de serviço público de distribuição, a Companhia deve fornecer energia a todos os consumidores que solicitarem ligação à infra-estrutura da concessão.

A Administração da Companhia continua implementando gestões com várias classes de consumidores e, em especial, com o poder público, nas suas diversas esferas, objetivando a redução dos saldos em atraso e condicionando as negociações aos recebimentos dos débitos vincendos.

Notas Explicativas

5. Tributos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social compensáveis	2011	2010
<u>CIRCULANTE</u>		
Contribuição Social	7.220	6.306
Imposto de Renda	40.806	51.336
Subtotal	48.026	57.642
Outros Tributos Compensáveis	2011	2010
<u>CIRCULANTE</u>		
Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS	2.074	2.545
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	58.525	51.133
Cofins	18.296	16.209
Pis	5.179	3.514
Outros	151	381
Subtotal	84.225	73.782
INSS auxílio doença nota nº 9	(1.963)	(1.963)
Saldo líquido de PCLD	82.262	71.819
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Pis - Crédito tributário	60.609	58.495
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	43.401	36.545
Subtotal	104.010	95.040
Total Geral	188.235	168.822

6. Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

a) O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:	Balanco Patrimonial		Resultado	
	2011	2010	2011	2010
Provisão de benefício a empregados	291.040	331.824	(40.784)	(33.122)
Provisão para contingências	154.781	200.317	(45.536)	(9.175)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	138.060	165.070	(27.010)	(16.199)
Reversão dos Ativos e Passivos Regulatórios para fins de CPC	(45.767)	(42.996)	(2.771)	(121.536)
Ajustes de avaliação patrimonial/mais valia	(755.827)	(805.221)	49.394	51.747
Outros	66.536	31.729	48.726	24.265
Receita de imposto de renda e contribuição social diferidos			(17.981)	(104.020)
Passivo fiscal diferido, líquido	(151.177)	(119.277)		
	2011	2010		
Tributos diferidos ativos	940.496	685.946		
Tributos diferidos passivos	(1.091.673)	(805.223)		
	(151.177)	(119.277)		

Movimentação dos tributos diferidos

Saldo em 31 de dezembro de 2009	8.697
Impacto no resultado	(104.020)
Impacto no patrimônio líquido	(23.954)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(119.277)
Impacto no resultado	(17.981)
Impacto no patrimônio líquido	(13.919)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(151.177)

Em 2011 a Companhia está apresentando o imposto de renda diferido de forma líquida no passivo não circulante. Para fins de comparação a Companhia também está apresentando o saldo de 2010 de forma líquida.

Notas Explicativas

De acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, os tributos diferidos ativos registrados devem estar suportados por estudo técnico que demonstre a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros em um período de 10 anos, os quais devem ser suficientes para garantir a sua realização. A Companhia elaborou esse estudo técnico, o qual foi aprovado pelos órgãos da Administração da Companhia.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2011		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
b) Prazo de recuperação dos tributos diferidos ativos:			
2012	297.192	106.989	404.181
2013	150.577	54.208	204.785
2014	86.628	31.186	117.814
2015	86.346	31.085	117.431
2016	63.501	22.860	86.361
2017 - 2019	2.395	862	3.257
2020 - 2021	4.902	1.765	6.667
	691.541	248.955	940.496

A Companhia revisa anualmente o valor contábil dos tributos diferidos ativos e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração Companhia.

As premissas utilizadas nas projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia foram baseados nas expectativas de sua Administração em relação ao futuro da Companhia e não devem ser utilizadas para tomada de decisão em relação a investimento. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com o seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

Notas Explicativas

7. Contas a Receber - Acordos

A composição do saldo do contas a receber - acordos é como segue:

	2011	2010
CIRCULANTE		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	75.453	75.454
Prefeituras municipais diversas	28.617	29.086
Consumidores	151.678	97.051
Outros	1.770	101
Subtotal	257.518	201.692
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PMSP - nota nº 9	(75.453)	(75.454)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 9	(148.454)	(91.168)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 9	(20.414)	(18.600)
Saldo Líquido de PCLD	13.197	16.470
NÃO CIRCULANTE		
Termo de confissão de dívida:		
Prefeitura Municipal de São Paulo (i)	-	75.453
Prefeituras municipais diversas	70.534	91.158
Consumidores	24.246	16.945
Subtotal	94.780	183.556
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PMSP - nota nº 9	-	(75.453)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Consumidores - nota nº 9	(5)	(98)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 9	(53.948)	(68.193)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Acordos outros - nota nº 9	(16)	(645)
Saldo Líquido de PCLD	40.811	39.167

(i) Refere-se a Acordo para Novação e Pagamento de Dívidas e Outras Avenças entre a Companhia e a Prefeitura do Município de São Paulo (Prefeitura) celebrado em 5 de janeiro de 2009, no montante de R\$ 344.161, cujo o pagamento está sendo efetuado em quatro parcelas, sendo R\$ 117.800 em 30 de julho de 2009 e três parcelas anuais no valor de R\$ 75.454, vencendo, sucessivamente, em 30 de julho de 2010, 2011 e 2012. As parcelas com vencimento até 30 de julho de 2011 foram liquidadas pela Prefeitura.

8. Outros Créditos

	2011	2010
CIRCULANTE		
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	32.155	23.681
Programa Baixa Renda	-	13.668
Alienação de bens e direitos	4.061	9.257
Quota de RGR - recolhimento efetuado a maior	-	464
Financiamento à Cesp	317	383
Cauções e Depósitos Vinculados	51.070	39.887
Outros	18.150	16.349
Total	105.753	103.689
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Outros créditos - Diversos - nota nº 9	(74)	(246)
	105.679	103.443
NÃO CIRCULANTE		
Eletropaulo Metropolitana X Companhia Brasileira de Energia - Eletropaulo Telecomunicação Ltda. - nota nº 30	14.184	-
Bens e Direitos Destinados a Alienação	79.899	71.937
Financiamento à Cesp	4.367	4.161
Outros	5.823	9.388
Total	104.273	85.486

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia ofereceu como garantia parte de seus investimentos no montante de R\$ 50.791. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica.

Notas Explicativas

9. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, durante o período, foi como segue:

Rubricas de Origem	Saldo em 2010	Provisões	Reversões	Baixa para Perdas	Transferências	Saldo em 2011
CIRCULANTE						
Consumidores - nota nº 4	150.443	137.964	(12.756)	(170.730)	-	104.921
Serviços Prestados	5.929	12.918	(15.305)	(37)	-	3.505
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 7	91.168	188.829	(131.521)	(115)	93	148.454
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 7	18.600	99	(17.464)	-	19.179	20.414
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 7	75.454	-	(75.454)	-	75.453	75.453
INSS - Auxílio Doença - nota nº 5	1.963	-	-	-	-	1.963
Outros Créditos - nota nº 8	246	-	-	(172)	-	74
Total	343.803	339.810	(252.500)	(171.054)	94.725	354.784
NÃO CIRCULANTE						
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 7	98	-	-	-	(93)	5
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 7	75.453	-	-	-	(75.453)	-
Contas a Receber - acordos - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 7	68.193	4.934	-	-	(19.179)	53.948
Contas a Receber - acordos - outros - nota nº 7	645	-	(629)	-	-	16
Total	144.389	4.934	(629)	-	(94.725)	53.969
Total Geral	488.192	344.744	(253.129)	(171.054)	-	408.753

Rubricas de Origem	Saldo em 2009	Provisões	Reversões	Baixa para Perdas	Transferências	Saldo em 2010
CIRCULANTE						
Consumidores - nota nº 4	154.624	266.842	(65.459)	(205.564)	-	150.443
Serviços Prestados	14.275	1.308	(6.887)	(2.767)	-	5.929
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 7	61.987	113.343	(84.024)	(524)	386	91.168
Contas a Receber - acordos - prefeituras municipais diversas - nota nº 7	15.818	17	(1.292)	-	4.057	18.600
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 7	75.454	-	(75.454)	-	75.454	75.454
INSS - Auxílio Doença - nota nº 5	1.963	-	-	-	-	1.963
Outros Créditos - nota nº 8	246	-	-	-	-	246
Total	324.367	381.510	(233.116)	(208.855)	79.897	343.803
NÃO CIRCULANTE						
Contas a Receber - acordos - consumidores - nota nº 7	484	-	-	-	(386)	98
Contas a Receber - acordos - Prefeitura Municipal de São Paulo - nota nº 7	150.907	-	-	-	(75.454)	75.453
Contas a Receber - acordos - Prefeituras Municipais diversas - nota nº 7	61.494	22.610	(11.675)	(179)	(4.057)	68.193
Contas a Receber - acordos - outros - nota nº 7	882	-	(237)	-	-	645
Total	213.767	22.610	(11.912)	(179)	(79.897)	144.389
Total Geral	538.134	404.120	(245.028)	(209.034)	-	488.192

A constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa segue os critérios definidos pelo poder concedente - ANEEL. (nota nº 2.4.3)

10. Contratos de Concessão Público - Privado

	2011	2010
Ativo financeiro		
Ativo financeiro de concessão	1.041.813	872.081
Intangível		
Ativo intangível de concessão - nota nº 12	5.873.314	5.853.003
Total contratos de concessão público - privado	6.915.127	6.725.084

O ICPC 01 (IFRIC 12) *Contratos de concessão* estabelece as diretrizes para a contabilização pelos operadores (concessionárias) dos contratos de concessão. De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a Companhia tem o direito a utilizar a infraestrutura da concessão para prestar os serviços de distribuição de energia elétrica. Esse direito está representado pelo ativo financeiro de concessão e ativo intangível.

A Companhia atualiza mensalmente o valor justo desse ativo com base na variação do IGP-M, entre os períodos de revisão tarifária.

Notas Explicativas

Características do Contrato de Concessão da Companhia

Em 15 de junho de 1998, a Companhia e a Agência Nacional de Energia - ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 162/1998, o qual estabelece as condições para a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão determinada pela Resolução ANEEL nº 72, de 25 de março de 1998. O prazo de duração do contrato de concessão é de 30 anos, a partir da data de sua assinatura. O prazo da concessão poderá ser prorrogado por igual período, sendo que a Companhia deverá efetuar o requerimento até 36 meses antes do término da concessão e a ANEEL deve manifestar-se até o 18º mês anterior ao término da concessão. A eventual prorrogação estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no Contrato de Concessão, a critério da ANEEL. A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há compromissos fixos e pagamentos a serem efetuados ao Poder Concedente.

Ao término do prazo de vigência do contrato de concessão, os bens e instalações vinculados à distribuição de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, apurada por auditoria do próprio órgão regulador.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC 01 Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Companhia concluiu que seu contrato de concessão está dentro do escopo do ICPC 01 e, portanto, os bens vinculados à concessão estão bifurcados em ativo financeiro de concessão e ativo intangível.

O reajuste tarifário da Companhia ocorre no dia 4 de julho de cada ano e a revisão tarifária periódica, ocorre a cada 4 anos.

Ativos dados como garantia

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição e venda de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo estes serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

Notas Explicativas

11. Imobilizado

No grupo do ativo imobilizado, são apresentados os bens que não estão no escopo do ICPC 01, sendo eles:

Descrição	Taxa média anual de depreciação	2011	2010
Em Serviço			
Custo histórico			
Arrendamento Financeiro		26.075	24.992
Depreciação e amortização			
Arrendamento Financeiro	26,17%	(16.611)	(9.788)
Total do imobilizado		9.464	15.204

As vidas úteis e o método de depreciação são revisadas anualmente.

As informações referentes aos contratos de arrendamentos financeiros estão descritas na nota nº 15.1.a9.

12. Intangível

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

Descrição	2011	2010
Ativo intangível de concessão		
Ativo intangível	6.953.239	6.475.302
Amortização Acumulada	(1.079.925)	(622.299)
Total do ativo intangível de concessão - nota nº 10	5.873.314	5.853.003

O saldo do intangível refere-se substancialmente ao direito de uso da infraestrutura da concessão, que é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito (autorização) de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos. Este ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou vida útil do bem (infraestrutura) relacionado, dos dois o menor.

A Companhia avalia, em bases anuais, eventuais mudanças no ambiente econômico e/ou financeiro que indiquem a não recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis. Essa avaliação é feita com a utilização do conceito do CPC 01 (IAS 36) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Notas Explicativas

A movimentação do ativo intangível de concessão é como segue:

	Em curso		Em serviço		Ativo intangível	Amortização acumulada	Total do ativo intangível de concessão
	Intangível	(-) Obrigações especiais	Intangível	(-) Obrigações especiais			
Saldos em 31 de dezembro de 2009	255.640	(34.805)	6.623.433	(568.428)	6.275.840	(438.746)	5.837.094
Adições	708.708	(39.961)	524.361	(57.257)	1.135.851	(521.433)	614.418
Baixas	-	-	(362.680)	-	(362.680)	307.932	(54.748)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	29.948	29.948
Transferência	(630.966)	57.257	-	-	(573.709)	-	(573.709)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	333.382	(17.509)	6.785.114	(625.685)	6.475.302	(622.299)	5.853.003
Adições	770.603	(92.497)	9.256	-	687.362	(529.494)	157.868
Baixas	-	-	(82.153)	-	(82.153)	38.891	(43.262)
Amortização de obrigações especiais	-	-	-	-	-	32.977	32.977
Transferência	(456.022)	41.864	305.042	(18.156)	(127.272)	-	(127.272)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	647.963	(68.142)	7.017.259	(643.841)	6.953.239	(1.079.925)	5.873.314

13. Fornecedores

	2011	2010
<u>Suprimento e Transmissão:</u>		
Itaipu - Repasse (Eletrobrás)	166.760	148.202
Contratos bilaterais - AES Tietê - nota nº 30	237.315	181.185
Contratos bilaterais - outros	9.411	548
Energia no curto prazo - CCEE	14.320	20.492
Energia livre - Outros	57.450	55.958
Uso de rede básica	107.470	89.789
Encargos do serviço do sistema - CCEE	30.549	46.000
Conexão à rede básica	8.662	7.614
Transmissão	9.539	8.987
Uso do sistema de distribuição	2.278	2.236
Operador Nacional do Sistema - ONS	2.777	2.446
Leilão - CCEAR	253.011	236.019
Subtotal	899.542	799.476
Materiais e Serviços	167.244	179.365
Total	1.066.786	978.841
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Outros	432	400
Total	432	400

Notas Explicativas

14. Outros Tributos a Pagar

	2011	2010
CIRCULANTE		
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	357.341	332.004
ICMS sobre perdas comerciais (i)	-	41.967
PIS	11.907	11.049
Cofins	54.844	50.890
Tributos e contribuições sociais - Parcelados	-	286
Outros	25.779	26.859
Total	449.871	463.055

- (i) ICMS sobre perdas comerciais: O Decreto Estadual nº 55.421, de 10 de fevereiro de 2010, introduziu a obrigação para as distribuidoras de energia elétrica apurarem o ICMS sobre o montante das perdas comerciais mensalmente verificadas. Entende-se como perdas comerciais, a diferença entre o montante de energia elétrica regularmente faturada e o montante da energia elétrica contratada pela distribuidora, descontando o montante de energia elétrica relacionado às perdas técnicas.

A Companhia, por meio do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SIEESP, ajuizou Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar contra a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, visando à suspensão dos feitos do Decreto nº 55.421/2010, que determina a incidência do ICMS sobre a energia elétrica objeto de furto.

Em maio de 2010, foi deferida a liminar pleiteada para suspender o pagamento do ICMS exigido sobre as perdas comerciais, cujo primeiro vencimento ocorreria no dia 31 de maio de 2010. Em 7 de abril de 2011, foi proferida decisão favorável de 1ª instância. Aguarda-se julgamento do recurso apresentado pelo Fisco no Tribunal de Justiça.

A despeito da referida liminar suspender o pagamento do ICMS sobre as perdas comerciais até que a decisão seja transitada em julgado, a Companhia entende que os referidos decretos geraram uma obrigação legal e, portanto, vinha contabilizando um passivo utilizando-se como base de cálculo o total das perdas incorridas no mês menos perdas técnicas.

Durante o quarto trimestre de 2011, a Companhia com base em parecer de assessores jurídicos revisou a forma de mensuração do passivo relativo ao ICMS sobre perdas comerciais e concluiu que o valor das perdas repassadas na tarifa deve ser excluído do cálculo para apurar a obrigação devida.

Considerando que as perdas comerciais incorridas são menores de que as perdas repassadas nas tarifas, não há base de cálculo adicional para o referido tributo. Desta forma, a Companhia reverteu em dezembro de 2011 o montante anteriormente reconhecido.

Notas Explicativas

15. Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Encargos de Dívidas e Custos de Transação

15.1 O saldo de empréstimos, financiamentos, debêntures não conversíveis e encargos de dívidas é composto da seguinte forma:

	2011	2010
ENCARGOS DE DÍVIDAS		
Moeda estrangeira	1	1
Moeda nacional	59.073	64.663
Total	59.074	64.664
PRINCIPAL - CIRCULANTE		
Moeda estrangeira	28	25
Moeda nacional	288.711	257.867
Custo de transação a amortizar	(7.655)	(5.224)
Total	281.084	252.668
PRINCIPAL - NÃO CIRCULANTE		
Moeda estrangeira	28	49
Moeda nacional	2.179.970	2.460.930
Custo de transação a amortizar	(24.171)	(34.973)
Total	2.155.827	2.426.006
Total geral	2.495.985	2.743.338

Moeda Estrangeira Instituições Financeiras / Credores	2011					
	Vencimento	Moeda	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante
STN - Resolução nº 96/93	2013	US\$	6	1	28	28

Moeda Estrangeira Instituições Financeiras / Credores	2010					
	Vencimento	Moeda	(% a.a.)	Encargos	Circulante	Não Circulante
STN - Resolução nº 96/93	2013	US\$	6	1	25	49

Moeda Nacional Instituições Financeiras / Credores	Vencimento	Taxa efetiva	2011				
			Dívida			Custo de transação a amortizar	
			Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Debêntures							
Debêntures - 9ª Emissão - a.2	2018	CDI+2,42	11.678	-	250.000	(837)	(4.801)
Debêntures - 10ª Emissão - a.4	2013	CDI+2,07	13.956	199.980	199.980	(2.243)	(1.076)
Debêntures - 11ª Emissão - a.5	2018	CDI+1,86	4.131	-	200.000	(112)	(786)
Debêntures - 12ª Emissão - a.7	2014	CDI+1,50	11.927	-	400.000	(780)	(1.162)
Debêntures - 13ª Emissão - a.8	2020	CDI+1,90	6.508	-	400.000	(899)	(5.416)
Subtotal			48.200	199.980	1.449.980	(4.871)	(13.241)
Empréstimos e Financiamentos							
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.1	2015	5	-	754	1.885	-	-
BNDÉS - Finame - a.10	2015	8,7	30	-	4.029	-	-
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - a.3	2015	CDI+2,51	3.173	50.000	150.000	(980)	(1.407)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.6	2019	CDI+2,00	7.395	30.000	570.000	(1.804)	(9.523)
Outros			275	-	-	-	-
Subtotal			10.873	80.754	725.914	(2.784)	(10.930)
Leasing							
Arrendamento mercantil - a.9	12,14 a 13,90		-	7.977	4.076	-	-
Subtotal			-	7.977	4.076	-	-
Total			59.073	288.711	2.179.970	(7.655)	(24.171)

Notas Explicativas

Moeda Nacional	Vencimento	Taxa efetiva	2010				
			Dívida			Custo de transação a amortizar	
			Instituições Financeiras / Credores	Encargos	Circulante	Não Circulante	Circulante
Debêntures							
Debêntures - 9ª Emissão - a.2	2018	CDI+2,42	11.044	-	250.000	(727)	(5.639)
Debêntures - 10ª Emissão - a.4	2013	CDI+2,07	19.974	200.040	399.960	(3.225)	(3.319)
Debêntures - 11ª Emissão - a.5	2018	CDI+1,86	4.084	-	200.000	(99)	(898)
Debêntures - 12ª Emissão - a.7	2014	CDI+1,50	11.516	-	400.000	-	(2.649)
Debêntures - 13ª Emissão - a.8	2020	CDI+1,90	6.310	-	400.000	-	(7.120)
Subtotal			52.928	200.040	1.649.960	(4.051)	(19.625)
Empréstimos e Financiamentos							
RELUZ - Eletrobrás - SBC - a.1	2015	5	-	754	2.639	-	-
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's) - a.3	2015	CDI+2,51	3.956	50.000	200.000	(1.173)	(2.386)
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's) - a.6	2019	CDI+2,00	7.504	-	600.000	-	(12.962)
Outros			275	-	-	-	-
Subtotal			11.735	50.754	802.639	(1.173)	(15.348)
Leasing							
Arrendamento mercantil - a.9	10,12 a 12,14		-	7.073	8.331	-	-
Subtotal			-	7.073	8.331	-	-
Total			64.663	257.867	2.460.930	(5.224)	(34.973)

Todos os recursos obtidos com os financiamentos contratados foram destinados à finalidade contratualmente prevista, ou seja, todos respeitaram os limites de utilização contratualmente previstos.

Os recursos obtidos por meio da emissão da 9ª Emissão de Debêntures e da Cédula de Crédito Bancário Sindicalizada foram destinados integralmente ao pré-pagamento de dívidas renegociadas entre a Companhia e bancos credores em 2004.

Os recursos obtidos com a 10ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado da 8ª Emissão Debêntures.

Os recursos obtidos com a 11ª Emissão de Debêntures, foram utilizados na realização de investimentos no sistema de distribuição pela Companhia, no curso regular de seus negócios.

Com relação às CCB's com o Banco Bradesco, os recursos foram utilizados pela Companhia para liquidação de valores que eram devidos à Receita Federal e que foram renegociados com a adesão da Companhia ao Programa REFIS da Receita Federal em novembro de 2009.

Os recursos captados com a emissão da 12ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento dos *Bonds* denominados em reais, emitidos pela Companhia em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010.

Os recursos captados com a emissão da 13ª Emissão de Debêntures foram utilizados para o pagamento dos *Bonds* denominados em reais, emitidos pela Companhia em junho de 2005 e vencidos em junho de 2010, e para financiamento de parte dos investimentos de 2010.

Não há valores pendentes de utilização advindos de financiamentos já contratados.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de dois índices financeiros: (i) relação da dívida bruta com o EBITDA ajustado^(*) e (ii) EBITDA sobre despesa financeira caixa. Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estes índices estavam dentro dos limites estabelecidos nos contratos de dívida da Companhia.

Notas Explicativas

(*) O EBITDA Ajustado é o EBITDA acrescido de (i) todo caixa recebido atribuível ao reajuste tarifário extraordinário; (ii) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificados na conta de “custo de operação” relacionados aos contratos de Confissão de Dívida e Reserva Matemática, que são contratos com a Fundação CESP, (iii) todo caixa recebido atribuível ao reajuste tarifário extraordinário de acordo com a Medida Provisória 14, de 21 de dezembro de 2001 (Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002) e (iv) todos os montantes relativos a despesas com entidade de previdência privada classificado na conta de custo de operação.

Os empréstimos e financiamentos STN - Resolução nº 96/1993 e (ii) RELUZ - Eletrobrás, possuem como garantia a receita da Companhia, que é passível de bloqueio em conta bancária, a qual poderá ser sacada mediante outorga de procuração para os representantes dos credores. Os demais empréstimos e financiamentos da Companhia não possuem garantia.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, através do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

- a.1) RELUZ - Eletrobrás - financiamento caracterizado pelo Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - RELUZ, instituído pelo Governo Federal e coordenado pelos Ministérios de Minas e Energia e da Justiça, por intermédio da Eletrobrás.
- a.2) Debêntures (não conversíveis) - 9ª Emissão - emissão de R\$ 250.000 em debêntures, ocorrida em 20 de dezembro de 2005, no mercado local com pagamentos semestrais de juros equivalentes a CDI + 1,75% ao ano, prazo final de 13 anos e pagamentos de principal anuais de 2015 a 2018, sendo o valor das parcelas devidas em 2015, 2016 e 2018 equivalente a 30% cada uma e em 2017 equivalentes a 10% do montante total emitido.
- a.3) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - empréstimo sindicalizado no Brasil formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Citibank S.A., ocorrido em 12 de maio de 2006, no montante principal de R\$ 300.000. Empréstimo com remuneração semestral de CDI + 1,20% ao ano, com prazo final de 96 meses, sendo pagas parcelas anuais, iguais e sucessivas a partir de 12 de maio de 2010.

Notas Explicativas

- a.4) Debêntures (não conversíveis) - 10ª Emissão - emissão de R\$ 600.000 em debêntures, ocorrida em 15 de setembro de 2007, no mercado local com prazo final de 6 anos, com pagamentos semestrais de juros a CDI + 0,90% ao ano e pagamento anual de principal a partir do quarto ano, sendo a primeira parcela no montante R\$ 200.040 e as demais no montante de R\$ 199.980.
- a.5) Debêntures (não conversíveis) - 11ª Emissão - emissão de R\$ 200.000 em debêntures, ocorrida em 1º de novembro de 2007, no mercado local com prazo final de 11 anos, com pagamentos semestrais de juros a CDI + 1,75% ao ano e pagamento de principal no 9º e 11º anos, no montante de R\$ 100.000 respectivamente.
- a.6) Cédulas de Crédito Bancário (CCB's) - empréstimo formalizado por cédulas de crédito bancário, com várias instituições financeiras lideradas pelo Banco Bradesco S.A., ocorrido em 25 de novembro de 2009, no montante principal de R\$ 600.000 com remuneração semestral de CDI + 1,50% ao ano, e pagamento anual de principal, a partir de 26 de novembro de 2012, com prazo final de 120 meses, conforme descrito a seguir: 5% (R\$ 30.000) no 3º e 4º anos, 10% (R\$ 60.000) no 5º e 6º anos, 20% (R\$ 120.000) no 7º, 8º e 9º anos e 10% (R\$ 60.000) no 10º ano.
- a.7) Debêntures (não conversíveis) - 12ª Emissão - emissão de R\$ 400.000 em debêntures, ocorrida em 1º de abril de 2010, no mercado local com prazo final de 4 anos (2014), com pagamentos semestrais de juros a CDI + 1,25% ao ano e pagamento do principal em parcela única na data de 1º de abril de 2014.
- a.8) Debêntures (não conversíveis) - 13ª Emissão - emissão de R\$ 400.000 em debêntures, ocorrida em 14 de maio de 2010, no mercado local com prazo final de 10 anos (2020), com pagamentos semestrais de juros a CDI + 1,50% ao ano e pagamento do principal a partir de 15 de maio de 2013, com prazo final de 96 meses, sendo que o principal será pago em parcelas anuais, conforme descrito a seguir: 5% (R\$ 20.000) no 1º e 2º anos, 10% (R\$ 40.000) no 3º e 4º anos, 20% (R\$ 80.000) no 5º, 6º e 7º anos e 10% (R\$ 40.000) no 8º ano.
- a.9) Arrendamento mercantil - Os contratos de arrendamentos mercantis financeiros referem-se a arrendamentos de equipamentos de informática e veículos e não contém cláusulas sobre pagamentos contingentes, renovação, opção de compra ou que impõem restrições sobre pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio ou de limites em indicadores financeiros.

O saldo de contratos de arrendamento mercantil financeiro, em 31 de dezembro de 2011, registrados pela Companhia era de R\$ 12.053 (R\$ 15.404 em 31 de dezembro de 2010) no passivo, e R\$ 9.464 (R\$ 15.204 em 31 de dezembro de 2010) no ativo. Este arrendamento mercantil deverá ser liquidado da seguinte forma: R\$ 7.977 até um ano e R\$ 4.076 até cinco anos, não havendo pagamento acima de 5 anos.

Notas Explicativas

A garantia do arrendamento mercantil é o valor residual dos ativos, no montante de R\$ 9.464 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 15.204 em 31 de dezembro de 2010).

- a.10) BNDES - Finame - Banco Itaú - em maio de 2011, a Companhia obteve junto ao Banco Itaú um financiamento no montante de R\$ 4.584 para a compra de medidores cujo vencimento final será em 2016, com 36 amortizações mensais do principal, após a carência de 24 meses. A taxa de juros contratada é de 8,7% ao ano, sendo o pagamento dos juros trimestral durante a carência, em seguida mensal.

- 15.2 Os valores relativos ao principal de empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte composição de moeda e indexadores:

15.2.1 Moeda estrangeira

	2011			2010		
	US\$	R\$	%	US\$	R\$	%
Taxa Fixa	30	56	100,00	44	74	100,00

15.2.2 Moeda nacional

	2011		2010	
	R\$	%	R\$	%
CDI	2.418.134	99,23	2.659.803	99,30
Taxa fixa	18.721	0,77	18.797	0,70
Total	2.436.855	100,00	2.678.600	100,00

- 15.3 Em 31 de dezembro de 2011, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures, e o custo de transação a amortizar, atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Moeda estrangeira		Moeda nacional	Custo de transação a amortizar
	US\$ mil	R\$	R\$	R\$
2013	15	28	305.574	(6.516)
2014	-	-	532.116	(4.896)
2015	-	-	226.720	(4.180)
2016	-	-	335.560	(3.545)
2017	-	-	225.000	(2.629)
2018	-	-	375.000	(1.744)
após 2018	-	-	180.000	(661)
	15	28	2.179.970	(24.171)

Os custos de transação são considerados no cálculo da taxa efetiva de juros e são apropriados ao resultado de cada exercício de acordo com a mesma.

Notas Explicativas

15.4 A variação percentual das principais moedas estrangeiras e dos principais indicadores, base de atualização de empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento:

	2011	2010	2011	2010
	R\$	R\$	%	%
US\$ (Ptax)	1,8758	1,6662	12,58	(4,30)
CDI (*)	-	-	10,87	10,64

(*) Índice do último dia do ano.

15.5 A movimentação dos empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas é como segue:

Moeda Nacional e Estrangeira Instituições Financeiras / Credores	Saldo Inicial 2010	Ingressos	Provisão	Variação	Pagamentos	Custo de Empréstimos	Saldo Final 2011
STN - Resolução nº. 96/93	75	-	5	6	(29)	-	57
BNDÉS Finame	-	4.029	96	-	(66)	-	4.059
RELUZ - Eletrobrás - SBC	3.393	-	151	-	(905)	-	2.639
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's)	250.397	-	27.323	-	(78.106)	1.172	200.786
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	594.542	-	77.107	-	(77.216)	1.635	596.068
Arrendamento Mercantil	15.404	1.117	3.422	-	(7.890)	-	12.053
Outros	275	-	3.304	-	(3.304)	-	275
Total	864.086	5.146	111.408	6	(167.516)	2.807	815.937
Debêntures - 9ª	254.678	-	33.112	-	(32.478)	728	256.040
Debêntures - 10ª	613.430	-	67.362	-	(273.420)	3.225	410.597
Debêntures - 11ª	203.087	-	26.356	-	(26.308)	98	203.233
Debêntures - 12ª	408.867	-	50.345	-	(49.934)	707	409.985
Debêntures - 13ª	399.190	-	51.391	-	(51.193)	805	400.193
Total	1.879.252	-	228.566	-	(433.333)	5.563	1.680.048
	2.743.338	5.146	339.974	6	(600.849)	8.370	2.495.985

Moeda Nacional e Estrangeira Instituições Financeiras / Credores	Saldo Inicial 2009	Ingressos	Provisão	Variação	Pagamentos	Custo de Empréstimos	Saldo Inicial 2010
STN - Resolução nº. 96/93	105	-	5	(3)	(32)	-	75
RELUZ - Eletrobrás - SBC	551	3.218	72	-	(448)	-	3.393
Merryl Linch	523.399	-	53.083	-	(577.512)	1.030	-
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's)	299.064	28.680	-	-	(78.691)	1.344	250.397
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	594.894	-	66.454	-	(68.284)	1.478	594.542
Arrendamento Mercantil	16.348	4.164	2.505	-	(7.613)	-	15.404
Outros	275	-	3.304	-	(3.304)	-	275
Total	1.434.636	36.062	125.423	(3)	(735.884)	3.852	864.086
Debêntures - 9ª	252.299	-	28.714	-	(26.969)	634	254.678
Debêntures - 10ª	606.903	-	63.769	-	(60.384)	3.142	613.430
Debêntures - 11ª	202.279	-	22.835	-	(22.114)	87	203.087
Debêntures - 12ª	-	400.000	33.718	-	(22.202)	(2.649)	408.867
Debêntures - 13ª	-	400.000	29.276	-	(22.966)	(7.120)	399.190
Total	1.061.481	800.000	178.312	-	(154.635)	(5.906)	1.879.252
	2.496.117	836.062	303.735	(3)	(890.519)	(2.054)	2.743.338

16. Obrigações com Entidade de Previdência Privada

Conforme descrito na nota 2.14, a Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

Os custos de patrocínio dos planos de pensão e eventuais déficits (superávits) dos planos são contabilizados em atendimento à Deliberação CVM nº 600/2009.

As contribuições, os custos e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliações realizadas por atuários independentes, sendo as últimas efetuadas para a data base 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos pelo valor que exceder o limite de 10% em relação ao total dos ativos ou obrigações do plano, o que for maior (critério de corredor). O ganho ou perda atuarial líquido acima do maior valor entre 10% da obrigação do benefício e 10% do valor de mercado dos ativos do plano é amortizado ao longo do período médio remanescente de serviço dos empregados ativos. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não houve amortização de ganhos e perdas atuariais, uma vez que de acordo com a última avaliação do atuário não foi apurado excesso ao limite de 10% em relação ao total dos ativos e obrigações do plano.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

O custeio do plano para as parcelas de benefício definido e da contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados. As taxas de custeio do benefício definido são reavaliadas periodicamente por atuário independente. O custeio da parcela de contribuição definida é baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 5% sobre a base de 30% de sua remuneração.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao novo modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

16.1 A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

Ativos e Passivos atuariais:

	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais	9.796.162	9.085.610
Valor justo dos ativos do plano	(7.355.487)	(7.094.038)
Ganho (Perda) atuarial	(1.210.129)	(618.792)
Total registrado	1.230.546	1.372.780

A Companhia utiliza o método do corredor para o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, nota nº 2.14.

Notas Explicativas

16.2 A movimentação do valor presente das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é demonstrada a seguir:

	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais no início do ano	9.085.610	8.094.509
Custo dos serviços correntes	14.663	16.020
Custo dos juros	873.037	831.062
Benefícios pagos	(723.118)	(675.122)
Efeito de transferências de passivo	2.556	-
Perda atuarial	543.414	819.141
Valor presente das obrigações atuariais no final do ano	<u>9.796.162</u>	<u>9.085.610</u>

16.3 A movimentação do valor justo dos ativos do plano para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são demonstradas a seguir:

	2011	2010
Valor dos ativos do plano no início do ano	7.094.038	6.296.102
Contribuição do empregador	252.101	237.391
Contribuições dos empregados	5.450	5.378
Impacto decorrente de fusões de planos	3.229	(4.088)
Ganho (Perda) atuariais nos do plano	(45.469)	556.497
Rendimento esperado dos ativos do plano	774.706	683.257
Benefícios pagos	(728.568)	(680.499)
Valor justo dos ativos do plano no final do ano	<u>7.355.487</u>	<u>7.094.038</u>

16.4 As despesas reconhecidas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram as seguintes:

	2011	2010
Custo dos serviços correntes	14.663	16.020
Custo dos juros	873.037	831.062
Rendimento esperado dos ativos do plano	(774.707)	(683.257)
Impacto decorrente de Passivo/Ativo Atuarial da Eletropaulo Telecom	(673)	4.089
Total da despesa nos exercícios	<u>112.320</u>	<u>167.914</u>

16.5 Projeções para o exercício de 2012

a) As despesas (receitas) projetadas para o exercício de 2012 são os seguintes:

	2012
Custo dos serviços correntes	16.350
Custo dos juros	916.615
Rendimento esperado dos ativos do plano	(788.595)
Amortização de perdas atuariais não reconhecidos	15.346
Total da despesa projetada para o exercício	<u>159.716</u>

b) O valor esperado de contribuições da Companhia para o exercício de 2012 é de R\$ 271.711.

Notas Explicativas

16.6 A composição dos investimentos do plano por segmento, com base nas políticas é a seguinte:

	Distribuição dos investimentos		Limites de alocação estabelecidos pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar
	2011	2010	
Renda Fixa	72,94%	74,16%	até 100%
Renda Variável	22,84%	21,82%	até 50%
Empréstimos a Participantes	1,70%	1,80%	até 15%
Imóveis	2,52%	2,23%	até 11%
Total	100%	100%	

16.7 As premissas atuariais utilizadas pela Companhia para o exercício de 2011 são as seguintes:

	2012	2011
<u>Premissas econômicas:</u>		
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	9,72% a.a.	9,98% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano	11,06% a.a.	11,26% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	6,08% a.a.	6,08% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo	4,00% a.a.	4,00% a.a.
<u>Premissas demográficas:</u>		
Tábua biométrica de mortalidade	AT-83	AT-83
Tábua biométrica de entrada em invalidez	Tábua Mercer de Entrada em Invalidez	Tábua Mercer de Entrada em Invalidez
Taxa de rotatividade esperada	0,30 / (tempo de serviço + 1)	0,30 / (tempo de serviço + 1)

16.8 Contratos com a Fundação CESP

A Companhia com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação CESP a partir de 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (“SPC”), na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Estes contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes, e possuem cláusulas variáveis, conforme segue:

	2011	2010
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
<u>Empréstimos e financiamentos:</u>		
Confissão de dívida IIa (i)	388.861	391.186
Confissão de dívida IIb (ii)	201.844	194.448
Contrato de ajustes de reserva matemática (iii)	1.961.711	1.957.273
Total do Contrato	2.552.416	2.542.907
Parcela não registrada (*)	(1.321.870)	(1.170.127)
Total Registrado	1.230.546	1.372.780

Notas Explicativas

A movimentação contábil do passivo registrado (circulante e não circulante) é como segue:

	2011	2010
Saldo inicial	1.372.780	1.444.033
Despesa do período	112.320	167.914
Pagamentos de contribuições	(254.554)	(239.167)
Saldo final	<u>1.230.546</u>	<u>1.372.780</u>

- (*) A parcela do contrato de ajuste de reserva não registrada em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 1.321.870 (R\$ 1.170.127 em 31 de dezembro de 2010) é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para fins de atendimento da Deliberação CVM nº 600/2009 e aquelas utilizadas pela Fundação CESP (administradora do plano de benefícios) para fins de atendimento das Resoluções do Conselho Geral de Previdência Complementar, órgão regulador dos fundos de pensão e em função da utilização do método do corredor, conforme divulgado na nota nº 2.14. Por ter o referido contrato um montante variável e ser ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação CESP, essa diferença será eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano.
- (i) Refere-se a Instrumento Particular de Aditivo ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida e outras Avenças, assinado em 11 de fevereiro de 1999, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar e aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2008. Esse contrato é corrigido por índice contratualmente estipulado: IGP-DI + 6% ao ano ou variação da TR + 8% ao ano, dos dois o maior.
- (ii) Refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Eletropaulo devolvidos pela Fundação CESP à Companhia, em 31 de dezembro de 1999, aditado pela terceira vez em 13 de agosto de 2009, para pagamento em 233 parcelas mensais, a partir de 31 de dezembro de 2008. As parcelas mensais são corrigidas pela variação da TR + 8% ao ano ou por IGP-DI + 6% ao ano, deles o que for maior.
- (iii) Refere-se ao saldo líquido das reservas a amortizar, déficit e superávit técnico do BSPS, aditado pela segunda vez em 12 de agosto de 2008, para pagamento em 244 parcelas mensais, a partir de 31 de janeiro de 2008. Esse saldo é corrigido mensalmente pelo custo atuarial e ajustado anualmente com base na avaliação atuarial.

Notas Explicativas**17. Obrigações Estimadas**

	2011	2010
<u>CIRCULANTE</u>		
Provisão - Férias	31.320	28.784
Provisão - Programa de incentivo a aposentadoria	3.279	5.903
Provisão - Participação nos lucros e resultados	46.088	35.045
Provisão - Encargos sociais sobre férias e gratificações	12.364	11.060
Provisão - Bônus	2.791	2.068
Total	95.842	82.860
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Assistência Saúde Pós-Emprego - Lei 9656	19.851	17.660
Provisão - Bônus	587	568
	20.438	18.228

O passivo não circulante no montante de R\$ 19.851 em 31 de dezembro de 2011 é o passivo atuarial referente à Lei nº 9.656/1998, artigos nº 30 e nº 31, benefício a empregado que abrange assistência médica pós emprego, oferecido a funcionários desligados ou aposentados.

A avaliação atuarial foi efetuada com o auxílio de uma empresa terceirizada e especializada em cálculos atuariais com base em 31 de dezembro de 2011.

18. Provisão para Litígios e Contingências

	Passivo		Ativo	
	Contingências		Cauções e depósitos vinculados	
	2011	2010	2011	2010
Trabalhista (a)	313.343	367.190	281.987	293.408
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa (b)	23.661	23.789	22.862	22.858
Processos cíveis (c)	43.031	41.097	-	-
Processos regulatórios (d)	26.916	-	-	-
Processos administrativos - prefeituras (e)	725	725	-	-
Processos fiscais (f)	49.427	76.697	171.132	158.303
Meio Ambiente	7.443	9.355	-	-
Outros	22.134	20.984	10	10
Total geral	486.680	539.837	475.991	474.579
Circulante	165.002	211.832	-	-
Não Circulante	321.678	328.005	475.991	474.579
Total geral	486.680	539.837	475.991	474.579

- a) Trabalhista: A Companhia é demandada por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados em cerca de 5.306 processos (5.500 processos em 31 de dezembro de 2010) pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, complementação de aposentadoria entre outros. Os valores dos depósitos recursais relativos às reclamações trabalhistas decorrentes de interposições de recursos nas diversas instâncias de defesa no judiciário montam em R\$ 23.788 (R\$ 24.750 em 31 de dezembro de 2010), e os depósitos judiciais consignados para garantia do pleito montam em R\$ 258.199 (R\$ 268.658 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Em 25 de agosto de 2011, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) julgou de forma favorável à Companhia a ação declaratória que aponta vício em cadeia de paradigmas criada em processos de eletricitas, sendo remotas as chances de reversão dessa decisão. Apontamos também a nova redação da Súmula 6. do C.TST de novembro de 2010 que estabeleceu a necessidade de existir ligação entre o paradigma matriz e o trabalhador no final da cadeia, o que também fortaleceu o posicionamento da Companhia nesses casos. Considerando esses novos fatos, os assessores legais revisaram a probabilidade de êxito e a forma de mensuração da provisão para causas análogas, o que ocasionou a reversão de parte da provisão no montante de R\$ 42.931 durante o exercício de 2011.

- b) Plano Cruzado - Reajuste de tarifa: Refere-se a processos movidos contra a Companhia por consumidores industriais questionando a legalidade dos aumentos tarifários concedidos pelo DNAEE (atual ANEEL) em 1986, durante o período em que o plano econômico que estabelecia o congelamento de preços estava em vigor, de março a novembro de 1986. Foram revisados os processos e alguns tiveram seus valores alterados amparados em decisões transitadas em julgado que extinguiram em parte os processos relativamente ao valor do principal. Atualmente os processos prosseguem apenas com relação à parte controvertida, resultante da diferença de cálculo do principal apresentado pelas partes, com provisão no montante de R\$ 23.661 (R\$ 23.789 em 31 de dezembro de 2010).
- c) Processos Cíveis: A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais cíveis de natureza geral e especial e, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisões para os valores das demandas que se encontram passíveis de quantificação e têm suas chances de perda classificadas como provável. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 43.031 (R\$ 41.097 em 31 de dezembro de 2010).

Os processos judiciais cíveis de natureza geral em que a Companhia figura no pólo passivo envolve ações consumeristas, vinculadas ao contrato de fornecimento de energia elétrica, ações indenizatórias decorrentes de acidentes na rede elétrica e de danos em geral. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 35.951 (R\$ 34.415 em 31 de dezembro de 2010).

Os processos judiciais cíveis de natureza especial envolvem questões decorrentes do relacionamento comercial da Companhia com outras empresas privadas e/ou concessionárias de serviços públicos, bem como questões que envolvam a agente fiscalizadora, organizações não governamentais e/ou o Ministério Público. Atualmente, tais demandas respondem pela provisão de aproximadamente R\$ 7.080 (R\$ 6.682 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Dentre os casos que compõe os denominados cíveis de natureza especial, merecem destaque as demandas:

(c.1) Represa Guarapiranga

Em 23 de dezembro de 2004, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MP) moveu ação civil pública em face da Companhia e da Associação Desportiva Cultural Eletropaulo visando à reparação de supostos danos ambientais que teriam sido ocasionados pela construção de um clube esportivo e recreativo às margens da Represa de Guarapiranga. A ação foi julgada procedente condenando as Rés, solidariamente, ao cumprimento de obrigação de fazer visando a implementação de medidas de reparação ambiental, bem como à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada. As Rés terão 90 dias, a contar da notificação da fase de execução, para adimplir a referida obrigação de fazer, sob pena de multa diária de R\$ 1, sem prejuízo da possibilidade do MP providenciar o cumprimento da obrigação às expensas das Rés. As Rés também foram condenadas ao pagamento da quantia de R\$ 11.511, valor atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 10.217 em 31 de dezembro de 2010), pelos danos ambientais irreversíveis, sendo que alternativamente ao pagamento da condenação, as Rés poderão optar por uma das alternativas trazidas pelo perito no laudo técnico. Essas alternativas consistem (i) na implantação imediata de um projeto ambiental devidamente aprovado junto ao órgão ambiental competente, avaliado na ordem de R\$ 306 (atualizado equivale a aproximadamente R\$ 1.082), ou (ii) na cessão ao Estado de uma área verde desocupada, localizada em zona de mananciais e também avaliada em R\$ 306 (desde que devidamente aprovada pelo órgão ambiental competente). A sentença condenatória foi integralmente mantida em 2ª instância, tendo a Companhia interposto recursos especial e extraordinário em face de tal acórdão, os quais tiveram seguimento negado. Em junho de 2007, a Companhia apresentou agravos em face dos dois despachos denegatórios. Tendo-se em vista a manutenção da decisão denegatória de seguimento ao recurso especial apresentado pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2011, aguardava-se o julgamento do agravo interposto contra o despacho que denegou seguimento ao recurso extraordinário da Companhia. Conforme informações dos assessores legais da Companhia, as chances de perda desta ação são prováveis, o que justifica a constituição de provisão do valor relativo à condenação alternativa e à demolição total das obras e construções situadas na área denominada de "primeira categoria", com a implementação do plantio de árvores indicado na perícia técnica realizada. Em 31 de dezembro de 2011 a melhor estimativa de perda, conforme provisão do contencioso, é de R\$ 1.082 (R\$ 923 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

d) Processos Regulatórios

- d.1) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0337/TN 2060/2010, em 14 de julho de 2011, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 26.761 é decorrente de ação fiscalizadora que ocorreu no período de 21 de junho de 2010 à 2 de julho de 2010. Tratou-se de fiscalização técnica periódica realizada com o objetivo de verificar os processos de qualidade técnica no fornecimento de energia elétrica, do planejamento, da engenharia, operação e manutenção de redes, das linhas e subestações nos anos de 2008, 2009 e parte do ano de 2010. A Administração da Companhia, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante de R\$ 21.384 em 31 de dezembro de 2011.
- d.2) A Companhia recebeu o Auto de Infração nº 0339/TN 2.186/2011, em 26 de julho de 2011, da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo. A penalidade aplicada, estipulada no Auto de Infração, no montante de R\$ 4.842. A ação fiscalizadora teve como objetivo verificar os fatos ocorridos na área de concessão da Companhia no período de 7 a 9 de junho de 2011 que resultaram em interrupções no fornecimento de energia elétrica. A Administração da Companhia, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante de R\$ 4.842 em 31 de dezembro de 2011.
- d.3) A Companhia possui 01 auto de infração da ARSESP - Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo e 01 auto de infração da ANEEL. As penalidades aplicadas, estipuladas nos autos são decorrentes de ação fiscalizadora técnica periódica realizada com o objetivo de verificar os processos de qualidade técnica e possíveis interrupções no fornecimento de energia elétrica. A Administração da Companhia, baseada em análises dos assessores legais, decidiu provisionar o montante de R\$ 690 em 31 de dezembro de 2011.
- e) Processos Administrativos - Prefeituras: existem processos de natureza administrativa de prefeituras. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.
- f) Processos Fiscais: existem processos fiscais de natureza geral. A Administração da Companhia, com base em pareceres de seus consultores jurídicos, reconhece provisão para os valores das demandas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

Notas Explicativas

A movimentação das contingências classificadas como prováveis foi como segue:

	Passivo				2011
	2010	Ingressos	Atualizações	Baixas/ Pagamentos	
Trabalhista	367.190	32.455	20.029	(106.331)	313.343
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa	23.789	568	2.383	(3.079)	23.661
Processos cíveis	41.097	26.816	6.944	(31.826)	43.031
Processos regulatórios	-	26.916	-	-	26.916
Processos administrativos - prefeituras	725	-	-	-	725
Processos fiscais	76.697	822	7.136	(35.228)	49.427
Meio Ambiente	9.355	4.566	-	(6.478)	7.443
Outros	20.984	1.279	-	(129)	22.134
Total geral	539.837	93.422	36.492	(183.071)	486.680
Circulante	211.832				165.002
Não Circulante	328.005				321.678
Total geral	539.837				486.680

	Passivo				2010
	2009	Ingressos	Atualizações	Baixas/ Pagamentos	
Trabalhista	421.966	110.735	24.769	(190.280) (*)	367.190
Cofins - Noventena	19.595	-	768	(20.363)	-
Plano Cruzado - Reajuste de tarifa	24.385	3.444	2.667	(6.707)	23.789
Processos cíveis	53.342	17.415	8.611	(38.271)	41.097
Processos administrativos - prefeituras	1.580	-	-	(855)	725
Processos fiscais	85.064	4.003	5.945	(18.315)	76.697
Meio Ambiente	12.913	-	-	(3.558)	9.355
Outros	21.179	-	546	(741)	20.984
Total geral	640.024	135.597	43.306	(279.090)	539.837
Circulante	269.702				211.832
Não Circulante	370.322				328.005
Total geral	640.024				539.837

(*) A Companhia é patrocinadora do Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão PSAP/Eletropaulo (“Plano”), administrado pela Fundação CESP (“Fundação”), entidade fechada de previdência complementar ofertado aos empregados da Companhia. Em 2010, a Companhia e a Fundação firmaram um termo pelo qual a Fundação reconheceu o dever legal e exclusivo de realizar o pagamento de benefícios de suplementação de aposentadoria e pensão, oriundos de ações judiciais. Segundo o termo, tais pagamentos devem observar as atribuições previstas no regulamento do Plano e nos demais instrumentos jurídicos que norteiam o pagamento dos benefícios aos participantes e seus dependentes. Em função da assinatura do termo, a Companhia efetuou a reversão de R\$ 86.900 em provisões referentes a processos judiciais trabalhistas.

Notas Explicativas

Conforme preceitua o Pronunciamento Técnico CPC 25 (IAS 37) *Provisões, passivos contingentes, e ativos contingentes*, aprovado pela Deliberação CVM nº 94, de 15 de setembro de 2009, seguem resumidas abaixo as discussões judiciais classificadas como de probabilidade de perda possível, e portanto, ainda não registradas contabilmente. A avaliação das probabilidades está embasada em relatórios preparados pelos consultores jurídicos da Companhia.

Notas	Valor estimado da Contingência	
	2011	2010
18.1 Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986	1.210.887	1.091.368
18.2 Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública	Não determinado	Não determinado
18.3 Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais	Não determinado	Não determinado
18.4 Revisão Tarifária - Benefício Fiscal	Não determinado	Não determinado
18.5 Autuações PCLD - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	48.299	38.528
18.6 Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAE e ANDEC	Não determinado	Não determinado
18.7 Ação Popular - Maruzan Conrado	18.880	16.101
18.8 Ecovias - Remanejamento de Postes	Não determinado	Não determinado
18.9 Ecovias - Uso do solo	Não determinado	Não determinado
18.10 AIT	83.726	51.000
18.11 Ação Civil Pública - City Boaçava	Não determinado	Não determinado
18.12 Ação Civil Pública - ETD Panorama	Não determinado	Não determinado
18.13 Ação Civil Pública - Suspensão do Fornecimento	Não determinado	Não determinado
18.14 Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias	Não determinado	Não determinado
18.15 Recolhimento do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço	88.627	81.451
18.16 PASEP - Suspensão de Exigibilidade	33.526	31.463
18.17 NFLDs - Execuções Fiscais	50.610	46.221
18.18 CSLL - Base Negativa	107.203	188.354
18.19 Execuções Fiscais Municipais - Diversas	18.828	21.820
18.20 PIS - Decretos nºs 2445/1988 e 2449/1988	38.969	39.100
18.21 PIS - Estatuto da Decadência	245.209	225.610
18.22 Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica	Não determinado	-

18.1 Eletrobrás - Contrato de Financiamento ECF-1.046/1986

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. (Eletropaulo Estatal), obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

Tendo em vista os questionamentos que surgiram acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado e a impossibilidade de se chegar a um entendimento com a Eletrobrás, em dezembro de 1988 a Eletropaulo Estatal propôs Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobrás.

Ao propor a demanda acima mencionada, a Eletropaulo Estatal realizou o depósito judicial do valor que apurou como representativo do saldo devedor, qual seja, aquele que era composto pelo valor principal acrescido de correção monetária anual.

Após apresentar a sua defesa na Ação de Consignação em Pagamento, em abril de 1989 a Eletrobrás ajuizou Ação de Cobrança contra a Eletropaulo Estatal perante a 5ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro (5ª Vara Cível), fundamentando seu pedido de cobrança na alegação de que os valores depositados na Ação de Consignação não estavam de acordo com os termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986, já que este, de acordo com a interpretação da Eletrobrás, previa correção monetária mensal do valor principal e não anual conforme sustentado pela Eletropaulo Estatal.

Notas Explicativas

Durante o andamento de ambas as ações, foi firmado o Protocolo de Cisão em 22 de dezembro de 1997, onde a Eletropaulo Estatal foi cindida em 04 (quatro) empresas, quais sejam: atual Eletropaulo Metropolitana - Eletricidade de São Paulo S.A. (Companhia), Bandeirante Energia S.A. (Bandeirante), Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) e Empresa Paulista de Transmissão de Energia S.A. (EPTE), sendo que esta última acabou por ser incorporada pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP).

Em abril de 1999, a 5ª Vara Cível, em decisão de primeira instância, julgou tanto a Ação de Cobrança como a Ação de Consignação em Pagamento em favor da Eletrobrás, reconhecendo, na primeira ação, que a correção monetária do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 é mensal e, na segunda ação, que o valor depositado pela Eletropaulo Estatal não estava de acordo com os termos do mencionado Contrato, reconhecendo que a Eletropaulo Estatal estava em mora com a Eletrobrás.

Ao não enviar os termos da Sentença para uma reanálise do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), na medida em que não apresentou quaisquer dos Recursos cabíveis à época em que as ações foram sentenciadas, a Eletropaulo Estatal sagrou-se perdedora em todas as questões referentes à correção monetária do referido Contrato de Financiamento.

Em setembro de 2001, a Eletrobrás iniciou Ação de Execução, também na 5ª Vara Cível, e, com base no seu entendimento dos termos constantes do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal exigiu, em termos proporcionais da Companhia (90,11%) e da CTEEP (9,89%) os valores que lhes teriam sido transferidos como passivo.

Por conta de tal posicionamento, foi exigido da CTEEP o pagamento de valor correspondente ao depositado na Ação de Consignação em Pagamento (valor principal do Contrato de Financiamento acrescido de correção monetária anual) e da Companhia de valor que corresponde aos atuais, aproximados, de R\$ 1.210.887 atualizados até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1.091.368 em 2010), quantia que representa a diferença entre a correção anual e a correção mensal do Contrato de Financiamento.

Em novembro de 2002, em decisão de primeira instância, a 5ª Vara Cível não acolheu os argumentos da Companhia e a manteve como parte do processo, sendo que desta decisão foi apresentado Recurso perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ).

Em setembro de 2003 o TJRJ acolheu todos os argumentos levados pela Companhia, acabando por reconhecer, com base no Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal, que a Companhia não seria responsável pela quitação do Contrato de Financiamento ECF 1046/1986, já que o passivo por ele representado teria sido vertido à EPTE, empresa incorporada pela CTEEP.

Notas Explicativas

Tendo em vista a decisão que lhes foi desfavorável a Eletrobrás, em dezembro de 2003, e a CTEEP em março de 2004, apresentaram Recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF) com vistas à cassação da decisão do TJRJ.

Sem adentrar nos méritos dos processos ou nas disposições do Contrato de Financiamento, em junho de 2006, o STJ reverteu a decisão que eximia a Companhia de qualquer responsabilidade pelos débitos discutidos no processo e, mais importante, a excluía da relação litigiosa. De acordo com a mencionada Corte Superior, o litígio entre as partes requer a apreciação de questões através de procedimento que não a Exceção de Pré-Executividade interposta e, por tal motivo, o processo deveria retornar à primeira instância (5ª Vara Cível) para uma completa análise das questões que envolvem as três empresas (Companhia, CTEEP e Eletrobrás), o Contrato de Financiamento e o Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal.

Contra esta decisão perante o STJ foram apresentados, em dezembro de 2006, “Embargos de Declaração” e, em abril de 2007, “Embargos de Divergência” e “Recurso Extraordinário”, sendo que todos os recursos foram decididos contra a Companhia.

Tendo sido apresentados todos os recursos cabíveis, tanto no STJ como no STF, e não cabendo qualquer outra medida, o processo foi devolvido à primeira instância (5ª Vara Cível).

Paralelamente, em fevereiro de 2008, a CTEEP ajuizou Ação Ordinária contra a Companhia e a Eletrobrás perante a 5ª Vara Cível, sendo que o referido processo visa à obtenção de decisão que reconheça a CTEEP como não responsável pelo pagamento de qualquer quantia que esteja sendo cobrada pela Eletrobrás em virtude das ações que tiveram por objeto a discussão dos termos do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986. Em setembro de 2008, a Companhia apresentou sua defesa, sendo que tal demanda no momento se encontra suspensa para análise de questões referentes ao local correto para julgamento do feito.

No dia 17 de abril de 2009, com base no Código de Processo Civil Brasileiro (CPC), a Eletrobrás solicitou que seja iniciado o procedimento judicial de “Liquidação de Sentença por Arbitramento” perante a 5ª Vara Cível, procedimento este que visa auferir o valor em discussão através de trabalho a ser realizado por perito judicial.

Notas Explicativas

Em 26 de maio de 2009, a Companhia apresentou manifestação concordando com a apuração de valores através de cálculos por Liquidação de Sentença, mas ressaltando que neste processo a forma mais adequada para apuração de valores seria a Liquidação de Sentença por Artigos, e não por Arbitramento, como sugerido pela Eletrobrás, na medida em que diversos dos pontos do Protocolo de Cisão da Eletropaulo Estatal devem ser analisados em sua plenitude, já que não foram observados pela sentença de 1999, em especial toda e qualquer questão relativa a qual das empresas cindidas (Companhia e/ou CTEEP) cabe a responsabilidade pelo pagamento.

Em 25 de fevereiro de 2010 a D. Juíza da 5ª Vara Cível acolheu o pedido de Liquidação de sentença por Arbitramento, sendo que em vista dos termos da mencionada decisão, a Companhia apresentou Embargos de Declaração à 5ª Vara Cível postulando que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigos, e a Eletrobrás apresentou impugnação à nomeação do perito, sendo que ambos foram rejeitados pela D. Juíza da 5ª Vara Cível em 4 de março de 2010.

Contra a rejeição de seu recurso, em 31 de março de 2010, a Companhia apresentou Agravo de Instrumento perante o TJRJ, o qual foi acolhido em 15 de abril de 2010, para determinar a ampla produção de provas acerca dos fatos que norteiam a responsabilidade pelo pagamento do débito, restando decidido que a Liquidação de Sentença seja processada na modalidade de Artigo, conforme requerido pela Companhia.

Em 28 de Abril de 2010, a Eletrobrás apresentou recurso perante TJRJ objetivando o reconhecimento da suspeição do perito, sendo tal recurso reconhecido como prejudicado pelo TJRJ em 14 de maio de 2010, em virtude da decisão que acolheu o recurso apresentado pela Companhia. Isso se deu em virtude do fato de que o procedimento de liquidação de sentença deverá ser reiniciado perante a 5ª Vara Cível.

Em março de 2011 a Companhia tomou conhecimento que, em 6 de dezembro de 2010, a Eletrobrás teria solicitado a iniciação do processo de liquidação e que por tal motivo, o processo teria sido submetido à análise da 5ª Vara Cível.

Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a Companhia e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido de início da liquidação por artigos, o que foi respondido pela Companhia em 10 de agosto 2011 e pela CTEEP em 26 de julho de 2011.

Notas Explicativas

Tendo em vista o material apresentado pela Companhia e pela CTEEP, a 5ª Vara Cível deverá determinar que a Eletrobrás apresente suas considerações sobre o referido material, motivo pelo qual estima-se que os mencionados trabalhos periciais se iniciem durante o 2º trimestre de 2012 e que o procedimento judicial de Liquidação de Sentença por Artigos não se encerre em um prazo inferior a 6 meses a ser contado do início dos trabalhos periciais, sendo certo que, ao final dos trabalhos, caberá ao perito apontar o montante da dívida e o(s) responsável(is) pelo pagamento.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença, e se forem apurados valores a serem pagos pela Companhia, a Eletrobrás poderá reiniciar o processo de execução contra a Companhia, sendo que, quando tal fato acontecer, para que a Companhia possa se defender, será necessário apresentar garantia nos termos do Código do Processo Civil Brasileiro.

Ainda de acordo com o disposto no Código do Processo Civil Brasileiro, a Eletrobrás terá o direito de solicitar ao juízo da causa o levantamento da garantia ofertada pela Companhia, mesmo antes da decisão final. Na eventualidade da solicitação da Eletrobrás ser deferida, a Companhia poderá ter um desembolso de caixa e impacto negativo em seu resultado, uma vez que o referido desembolso passará a ser tratado como um ativo contingente em vista da possibilidade de sua recuperação quando da decisão final do mérito da causa.

Os assessores legais da Companhia mantêm a classificação de êxito como possível. Dessa forma, de acordo com o que preceitua o Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009, não é requerida qualquer provisão até 31 de dezembro de 2011.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 1.210.887, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 1.091.368 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

18.2 Enquadramento de Consumidores - Ação Civil Pública

O Ministério Público Federal e a Pró-Teste ingressaram em 1º de junho de 2005 com uma ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL requerendo o enquadramento na sub-classe baixa renda as unidades consumidoras incluídas nos empreendimentos habitacionais de interesse social. O pedido de tutela antecipada para determinar o imediato enquadramento dos mencionados consumidores na sub-classe baixa renda foi indeferido e esta decisão foi objeto de recurso da Pró-Teste para o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, sendo mantida a decisão de indeferimento. Em outubro de 2008 a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhes foi desfavorável, os autores apresentaram recursos perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região. O valor envolvido nesta ação não pode ser estimado, uma vez que se trata de ação civil pública e, em sendo alterado o teor da decisão que foi favorável à Companhia, os usuários deverão requerer individualmente o cumprimento e os benefícios decorrentes da decisão. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

18.3 Revisão Tarifária - Exclusão de Valores - Contratos Bilaterais

O Ministério Público Federal, em 5 de dezembro de 2003, instaurou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL visando à desconsideração dos valores do contrato firmado entre a Companhia e Tietê na composição tarifária, bem como o reembolso aos clientes por tarifas supostamente cobradas a maior em 2003. O valor da causa era de R\$ 553, em 30 de setembro de 2007. A liminar foi indeferida e contra esta decisão foi interposto recurso ao Tribunal Regional Federal da 3ª região, ao qual foi negado provimento. Após a apresentação das contestações e consequentes réplicas, a demanda foi julgada improcedente. Contra a decisão que lhe foi desfavorável, o Ministério Público Federal interpôs recurso de apelação, o qual aguarda julgamento. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação, sendo que no presente caso eventuais desembolsos em caso de condenação da Companhia deverão ser requeridos pelos usuários supostamente lesados.

Notas Explicativas

18.4 Revisão Tarifária - Benefício Fiscal

Em 25 de agosto de 2005 foi distribuída Ação por conta da análise da Revisão Tarifária de 2003, o Tribunal de Contas da União emitiu parecer desfavorável à ANEEL e à Companhia, fazendo constar em seu acórdão que a Companhia teria sido beneficiada indevidamente em razão da indevida contabilização dos benefícios gerados pelo pagamento de juros sobre capital próprio na composição tarifária. Em vista de tais argumentos, o Ministério Público Federal propôs ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, visando o reconhecimento e consequente extinção do benefício indevidamente gerado, bem como a devolução aos clientes dos valores supostamente cobrados a maior. Com a apresentação de defesa pelas partes requeridas e o encerramento da fase de produção de provas, o processo foi julgado favoravelmente em primeira instância à Companhia, sendo mencionado que não houve qualquer benefício indevido por parte da mesma. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

18.5 Autuações PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa

A ANEEL lavrou dois autos de infração (em 28 de janeiro de 2004 e em 30 de maio de 2005) em decorrência da inclusão dos créditos contra o Poder Público na PCLD - Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa. Contra tais autuações, a Companhia propôs dois mandados de segurança com o objetivo de anular tais autuações. Ambas as ações foram julgadas improcedentes, sendo que contra as decisões de primeira instância foram apresentados os Recursos cabíveis, os quais aguardam julgamento pelo Tribunal competente. Com base no último cálculo apresentado pela ANEEL o valor monta a R\$ 48.299, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 38.528 em 31 de dezembro de 2010). Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor acima.

Notas Explicativas

18.6 Ação Civil Pública Plano Cruzado - ASSOBRAE e ANDEC

A ASSOBRAE alega que a Companhia, nos meses de março a novembro de 1986, teria se beneficiado do aumento supostamente ilegal de 20% na cobrança de suas tarifas de energia elétrica fixado pelas Portarias nº 38/1986 e 45/1986 do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (“DNAEE”) durante a vigência do Plano Cruzado. À vista disso, requer a devolução dos valores pagos por todos os usuários de energia elétrica naquele período. Em 14 de março de 2011 sobreveio decisão de 1ª Instância favorável à Companhia, sendo consignado que por não ser a ASSOBRAE legitimada a representar consumidores comerciais e industriais, únicos afetados pelas mencionadas portarias, a mesma carecia do direito de mover ação coletiva contra a Companhia. A ASSOBRAE apresentou recurso. Em 31 de dezembro de 2011, aguarda-se julgamento do recurso apresentado pela ASSOBRAE. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação. O valor deste processo não é possível de ser determinado em função de depender de ações individuais dos consumidores.

18.7 Ação Popular - Maruzan Conrado

Em 26 de janeiro de 2006, o Sr. Maruzan Conrado Oliveira, propôs ação popular contra a Companhia, a SABESP, o Município de Taboão da Serra e o Sr. Fernando Fernandes Filho visando a desconstituição do acordo de Reconhecimento, Confissão e Parcelamento de dívida celebrado entre os coréus, bem como o ressarcimento dos danos que supostamente teriam sido causados ao erário público. De acordo com o autor os Termos de Confissão de Dívidas pactuados pela Municipalidade não estariam em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, pois culminariam na assunção de despesas que não poderiam ser cumpridas integralmente dentro do respectivo mandato do Sr. Fernando Fernandes de Oliveira. O processo encontra-se em fase de instrução. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 18.880, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 16.101 em 31 de dezembro de 2010).

18.8 Ecovias - Remanejamento de Postes

Em 4 de junho de 2002, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ajuizou demanda judicial visando obrigar a Companhia a remanejar os postes nas rodovias por ela administradas ou colocar defensas metálicas, sem qualquer ônus para a autora. No momento, aguarda-se a conclusão de trabalhos periciais. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

Notas Explicativas

18.9 Ecovias - Uso do Solo

Em 28 de agosto de 2003, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ajuizou demanda judicial contra a Companhia visando legitimar a cobrança de preço público pelo uso do solo ocupado pelos postes de iluminação, instalados nas faixas de domínio das rodovias por ela administradas, pretendendo também emitir autorização para fixação de postes. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

18.10 AIT

Em 25 de junho de 2002, a AIT - Automação Industrial Informática e Telecomunicação Ltda. ("AIT") ajuizou ação indenizatória contra a Companhia, por meio da qual requereu o pagamento de indenização em razão de suposta perda de participação no mercado de informática que teria sido ocasionada pelo descumprimento e posterior rompimento do contrato firmado com a Eletropaulo Estatal. A autora pleiteia, ainda o ressarcimento: a) dos valores que teria pago nas rescisões trabalhistas de seus funcionários; b) dos juros e encargos de mora relativos aos tributos que não foram pagos nas datas de seus vencimentos; e, c) dos encargos decorrentes de empréstimos contraídos em virtude do inadimplemento do contrato pela Companhia. Proferida decisão pela 1ª instância, com base em um dos cenários apresentados pelo perito judicial, decidindo que a AIT deveria receber R\$ 51.000 pelos danos sofridos. A Companhia agora discute a questão em sede recursal. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar aproximadamente o valor de R\$ 83.726, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 51.000 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

18.11 Ação Civil Pública - City Boaçava

A Sociedade Amigos do Bairro City Boaçava moveu ação civil pública que visa impedir o reforço na linha de transmissão LTA Pirituba-Bandeirante 3-4, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida linha produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. Foi proferida sentença parcialmente procedente determinando que a Companhia reduza o campo eletromagnético gerado pela linha a 1 (um) micro-tesla a uma altura de um metro e meio do solo, sob pena de multa diária de R\$ 500 e, ainda, ao custeio da medição diária do referido campo. Contra a mencionada decisão, foi interposto recurso de apelação, o qual foi julgado em desfavor da Companhia. Em vista das questões constitucionais contidas na decisão, foi interposto recurso extraordinário, o qual aguarda julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. Em 3 de março de 2011, por conta de um requerimento apresentado pela Companhia, o Supremo Tribunal Federal suspendeu os efeitos da decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo até o julgamento do mérito do recurso apresentado. Em junho de 2011 a ANEEL requereu seu ingresso no processo na qualidade de “*amicus curiae*”. Em setembro de 2011 o Supremo Tribunal Federal reconheceu que a matéria discutida no recurso apresentado pela Companhia é de “Repercussão Geral”. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

18.12 Ação Civil Pública - ETD Panorama

A Sociedade Amigos da Cidade Jardim moveu uma ação civil pública que visa impedir a construção da ETD Panorama, sob a alegação de que as radiações oriundas dos campos eletromagnéticos gerados pela referida ETD produzem efeitos danosos aos seres humanos que residem em suas imediações. A ação foi julgada improcedente e foram opostos embargos de declaração pela parte contrária, que foram rejeitados. Foi interposta apelação pela Sociedade. Em 31 de dezembro de 2011, aguardava-se julgamento do recurso interposto pela Sociedade perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo não são passíveis de quantificação.

Notas Explicativas

18.13 Ação Civil Pública - Suspensão no Fornecimento

O Departamento de Assistência Judiciária e Defesa do Consumidor de Santo André, em 6 de janeiro de 2006, ajuizou ação civil pública contra a Companhia objetivando (1) impedir a suspensão do fornecimento de energia elétrica dos usuários do Município de Santo André em virtude da apuração de fraude nas instalações de medição, (2) a declaração de nulidade dos termos de confissão de dívida firmados com os munícipes de Santo André, com a consequente devolução em dobro dos valores eventualmente recebidos indevidamente e, ainda, (3) que no caso de apuração de fraudes, seja a Companhia obrigada a demonstrar a autoria e materialidade das eventuais fraudes apuradas bem como estipular critérios objetivos para sua apuração. Decisão parcialmente procedente em 1ª instância, declarando nula as confissões de dívidas firmadas pela ameaça de corte, determinando ainda que o prazo para a cobrança por motivo de corte não exceda em um ano e que os cortes não mais ocorram, além de condenação por danos morais. Em 31 de dezembro de 2011, o processo aguardava discussão em 2ª instância. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

18.14 Ação Civil Pública - Contas Vencidas - 90 dias

Em 15 de abril de 2005, o Ministério Público Federal ajuizou ação civil pública contra a Companhia objetivando (1) definir o prazo de prescrição da cobrança de valores referentes a contas de consumo em atraso para 90 dias, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), (2) também de acordo com o CDC, a restituição em dobro de qualquer quantia que tenha sido erroneamente cobrada de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros (ex proprietários, inquilinos ou ocupantes), e, por fim, (3) que a ANEEL fiscalize o cumprimento de tais determinações pela Companhia. Pela 1ª Instância foi proferida sentença parcialmente procedente, determinando que seja procedido o reembolso dos valores erroneamente cobrados de consumidores que assinaram confissões de dívida que eram parcialmente ou totalmente compostas de débitos de terceiros no prazo de 255 dias. Contra tal decisão a Companhia apresentou recurso perante o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, o qual aguarda julgamento. Pelo Ministério Público Federal foi requerido o imediato cumprimento da decisão de 1ª instância, sendo que no momento é aguardado o cumprimento da parte da sentença que determina a identificação dos Consumidores porventura atingidos pela decisão e a quantificação do valor envolvido na demanda judicial. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá impacto em suas operações, bem como terá que desembolsar valores, os quais, dado o atual andamento do processo, não são passíveis de quantificação.

Notas Explicativas

18.15 Recolhimentos do FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

Em 5 de novembro de 1998, foram lavradas pela Caixa Econômica Federal três notificações referentes ao período de janeiro de 1993 a setembro de 1998 por suposta ausência de recolhimento do FGTS. A fiscalização identificou que a Companhia teria deixado de computar parcelas integrantes da remuneração dos empregados, sonogando recolhimentos fundiários e identificando empregados em situação irregular. A Companhia apresentou defesa e recurso administrativos alegando, em resumo, nulidade e afronta ao princípio da legalidade, eis que as notificações se limitam às diferenças dos lançamentos contábeis no livro razão em relação à folha de pagamento para extrair o fato gerador da obrigação contributiva do FGTS, constituindo, ademais, verdadeira presunção. A defesa e o recurso administrativos, no entanto, foram indeferidos. Assim, com o encerramento do processo administrativo, em 22 de março de 2007, esses débitos foram inscritos na dívida ativa no valor total de R\$ 88.627, atualizado até 31 de dezembro de 2011, (R\$ 81.451 em 31 de dezembro de 2010). Em 23 de março de 2007, a Companhia ajuizou ação cautelar e obteve liminar, mediante apresentação de carta de fiança, suspendendo a exigibilidade deste débito até decisão final. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor acima.

18.16 PASEP - Suspensão de Exigibilidade

Trata-se de Mandado de Segurança apresentado com o objetivo de suspender a exigibilidade de supostos débitos de PASEP apurados no Processo Administrativo nº 10880.036851/90-51, bem como afastar todo e qualquer procedimento tendente à inscrição dos mesmos no CADIN e na Dívida Ativa da União Federal e, portanto, sua cobrança judicial. A liminar foi indeferida e o crédito inscrito na Dívida Ativa da União. Diante disto, a Companhia distribuiu Ação Cautelar, na qual foi deferida a medida liminar que suspendeu a exigibilidade do crédito mediante apresentação de fiança bancária. Contudo, foi proferida sentença julgando improcedente o pedido. A Companhia apresentou recurso contra tal decisão, o qual aguarda julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 33.526, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 31.463 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

18.17 Notificação Fiscal de Lançamento de Débitos (NFLDs) - Execuções Fiscais

Referem-se a execuções fiscais promovidas pelo INSS visando o pagamento de suposta falta de recolhimento de contribuições previdenciárias, que totalizam o valor de R\$ 50.610, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 46.221 em 31 dezembro de 2010). A Companhia apresentou embargos à execução para todos os processos, realizando, portanto, o depósito em garantia judicial. Não houve até o presente momento o julgamento das execuções. Os processos se referem aos seguintes aspectos, segregadamente:

- (i) O processo nº 2004.61.82.030088-9 se refere à suposta falta de recolhimento de contribuição previdenciária relativa ao período de janeiro de 1998 até dezembro de 2001;
- (ii) O processo nº 2007.61.82.001769-0 se refere à suposta falta de recolhimento de contribuições previdenciárias relativas à folha de salário do período de janeiro de 1999 a agosto de 2000;
- (iii) Por fim, o processo nº 2004.61.82.050718-6 se refere à suposta falta de recolhimento da contribuição previdenciária relativa ao período de abril a agosto de 2001, assim como o mês de julho de 2002.

Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor acima.

Notas Explicativas

18.18 CSLL - Base Negativa

A Companhia propôs Ação Declaratória em 7 de novembro de 2005 visando afastar a aplicação da Medida Provisória nº 2.158-35/2001, que determinou que as empresas objeto de cisão não poderiam utilizar créditos de base negativa de CSLL. Ocorre que a Companhia já realizou a compensação dos créditos de base negativa de CSLL, no montante de R\$ 107.203, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 188.354 em 31 de dezembro de 2010), certa de que a Medida Provisória acima mencionada não teria efeito sobre tais créditos em razão do princípio da irretroatividade das normas. A sentença proferida em primeira instância foi favorável à Companhia. Isto porque, o saldo de base negativa em questão se refere ao montante apropriado pela Companhia após a cisão de 1997. Antes da referida cisão, a Companhia possuía um saldo de base negativa da CSLL no valor de R\$ 1.518.134, sendo que as empresas cindidas deliberaram sobre a proporção que cada uma iria se apropriar desse montante. De acordo com o Protocolo de Cisão, a Companhia se apropriou de 67,56% do montante (R\$ 1.023.407). As alegações da Receita Federal do Brasil são no sentido de que a Companhia apenas poderia utilizar o saldo negativo de base de cálculo na proporção do montante do patrimônio líquido dividido entre as empresas cindidas, o que representaria 29,23% do total dos créditos (R\$ 443.751). Tal argumento se baseia nas limitações impostas pelo Decreto-Lei 2.341/1987 e Medidas Provisórias 1.858-6/1999 e 2.158-35/2001, que determinam a apropriação dos créditos à proporção do patrimônio líquido. Por outro lado, o principal argumento de defesa da Companhia é no sentido de que, à época da cisão, essa limitação apenas era aplicável para fins de Imposto de Renda e não para a CSLL. Atualmente aguarda julgamento do Recurso interposto pela Fazenda Nacional. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor acima.

Em que pese a vigência de decisão favorável na Ação Declaratória, a Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração e proferiu um Despacho Decisório em face da Companhia com vistas à exigência dos eventuais valores de CSLL compensados nos 3º e 4º trimestre de 2005 e anos calendários de 2006 e 2007 com o saldo negativo da base de cálculo da CSLL remanescente após a cisão parcial da empresa ocorrida em 1997, o qual se encontra em discussão nos autos da supramencionada ação declaratória. Até o presente momento, não foi proferida qualquer decisão nos mencionados processos administrativos.

Na comparação com as informações divulgadas no ano de 2010, nota-se uma redução nos valores envolvidos (de R\$ 188.384 em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 107.203 em 31 de dezembro de 2011). Tal diferença resultou de uma análise feita nos débitos contidos no auto de infração, onde verificamos que estes correspondem àqueles já discutidos na ação judicial mencionada no item anterior, razão pela qual, para fins de contingência, somente devem ser considerados os valores relativos a esta ação.

Notas Explicativas

18.19 Execuções Fiscais Municipais - Diversas

Trata-se de Execuções Fiscais, promovidas por diversas Municipalidades que buscam o recolhimento de supostos débitos. Do total envolvido R\$ 15.073 são classificadas com chances de perdas remotas, e o restante no montante de R\$ 3.755 como possíveis (R\$ 21.820 em 31 de dezembro de 2010).

18.20 PIS - Decretos-Lei nºs 2.445/1988 e 2.449/1988

A Companhia é parte em um processo que visa assegurar o direito de compensar pagamentos de PIS feitos entre 1988 e 1995, período durante o qual os Decretos-Lei nº 2.445 e nº 2.449 aumentaram a base de cálculo do PIS. O montante total do crédito da Companhia é de R\$ 276.000, dos quais já compensou R\$ 247.000, com base numa decisão inicial favorável proferida em setembro de 2002. Em fevereiro de 2003, o Governo Federal ingressou com recurso, que foi julgado e teve o respectivo acórdão publicado em 1º de fevereiro de 2006, por meio do qual restou reconhecido o direito da Companhia aos aludidos créditos, porém com a observância de prazo prescricional de apenas cinco anos. Como a decisão de Segunda Instância continha vícios, a Companhia opôs embargos de declaração, recebidos no efeito suspensivo. Tal decisão reduz drasticamente o crédito da Companhia. Todavia, considerando a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, no sentido de que o prazo prescricional, em casos como esse é de 10 anos, a Companhia interpôs recurso especial ao STJ, visando a resgatar a integralidade de seu crédito. O recurso foi julgado parcialmente favorável, reconhecendo que a Companhia poderá retroceder 10 anos em busca dos pagamentos indevidos para compensar créditos de PIS com débitos do próprio PIS. Com base em precedente do Supremo Tribunal Federal, os Decretos-Leis mencionados acima foram considerados inconstitucionais e os pagamentos a maior foram devolvidos como créditos aos contribuintes. As chances de perda envolvidas nesse processo são remotas, no que tange ao reconhecimento do crédito, e como possíveis quanto à compensação já ocorrida entre parte de tal crédito e outros tributos. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de R\$ 38.969, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 39.100 em 31 de dezembro de 2010) relativo à eventual aplicação de multa de mora de 20%. A estimativa do valor a desembolsar refere-se unicamente a eventual multa, uma vez que o valor de tributo e juros a pagar e a recuperar seriam equivalentes.

Notas Explicativas

18.21 PIS - Estatuto da Decadência

Discussão judicial relativa aos débitos de PIS decorrentes das modificações na base de cálculo deste tributo impostas pela Medida Provisória nº 1.407/1996. Em abril de 1996, a Companhia propôs ação judicial visando à inaplicabilidade das normas instituídas por esta Medida Provisória, discussão que terminou somente em 2008 com decisão favorável à Fazenda Nacional. Valendo-se desta decisão, a Receita Federal, por meio de Execução Fiscal, exigiu o pagamento dos valores de PIS que deixaram de ser recolhidos em razão da não aplicação da mencionada legislação. Contudo, em oposição às pretensões da Receita Federal, a Companhia apresentou defesa sustentando que os valores pretendidos pela Fazenda Nacional encontram-se atingidos pela decadência, uma vez que durante os anos de 1996 e 2008, os débitos tributários não haviam sido formalmente constituídos, conforme prevê o artigo 142 do Código Tributário Nacional. Até o momento, aguarda-se decisão de 1ª Instância. Os assessores legais da Companhia consideram como possíveis as chances de perda desta discussão, razão pela qual não foi constituída provisão. Caso sobrevenha decisão desfavorável, a Companhia terá que desembolsar o valor de aproximadamente R\$ 245.209, atualizado até 31 de dezembro de 2011 (R\$ 225.610 em 31 de dezembro de 2010). O Escritório de Advocacia que patrocina a defesa da Companhia classifica esta demanda judicial como de probabilidade de perda possível, sendo que tal classificação é baseada no fato de que o Superior Tribunal de Justiça ainda não ter se posicionado sobre o prazo decadencial a ser aplicado a casos similares.

Notas Explicativas

18.22 Ação Civil Pública - Restabelecimento de Energia Elétrica

O Estado de São Paulo e a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON ajuizaram ação civil pública em 22 de junho de 2011 contra a Companhia, perante a Justiça Estadual do Estado de São Paulo, com fundamento na interrupção no fornecimento de energia no período entre os dias 7 e 9 de junho de 2011, quando a cidade de São Paulo foi atingida por um ciclone extratropical agravado por intensas chuvas. Essa ação visa obrigar a Companhia a restabelecer o fornecimento de energia no prazo máximo de 4 (quatro) horas no caso de interrupção; a conceder desconto de 2% na fatura de cada consumidor atingido por falha no fornecimento; a indenizar os consumidores pelos danos causados a aparelhos elétricos e bens perecíveis; e restabelecer a qualidade do fornecimento, nos moldes e índices definidos pela ANEEL, sem qualquer expurgo, sob pena de multa de 2% do faturamento mensal da Companhia. Por conta de um recurso apresentado pelos autores, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP) concedeu liminar determinando à Companhia que, no caso de interrupção no fornecimento de energia elétrica procedesse com o restabelecimento dos serviços no prazo máximo de 4 (quatro) horas, sob pena de multa no montante de R\$ 500 por hora de atraso no restabelecimento. Após ser citada dos termos da ação e da liminar concedida, a Companhia apresentou recurso perante o Superior Tribunal de Justiça, o qual determinou a suspensão da liminar concedida pelo TJSP. Contra a decisão do STJ, o PROCON apresentou recurso em 10 de outubro de 2011, o qual restou rejeitado pelo próprio STJ em dezembro de 2011. Na ação civil pública, a Companhia apresentou sua contestação em 14 de outubro de 2011. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a Companhia terá que desembolsar valores, os quais, em razão da atual situação do processo, não são passíveis de quantificação.

Cartas de fiança e caução

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possui cartas de fiança para possíveis perdas contingentes e para compra de energia. As principais cartas de fianças da Companhia estão relacionadas abaixo:

Natureza	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	35	1.112.174	1,00% a 6,00%
Cível	3	5.584	1,65% a 2,00%
Trabalhista	17	33.318	1,00% a 6,00%
Comercial - Compra de energia	18	8.913	0,75%
Financeira	1	4.584	1,10%

Notas Explicativas**19. Encargos tarifários e do consumidor a recolher**

	2011	2010
<u>CIRCULANTE</u>		
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	36.811	33.252
Quota para a CCC - Sistemas Isolados	54.348	49.778
Quota para a Reserva Global de Reversão	10.650	5.911
Outras encargos	269	396
Total	102.078	89.337
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Quota para a Reserva Global de Reversão	27.088	26.927
Total	27.088	26.927

20. Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética

	2011	2010
<u>CIRCULANTE</u>		
Pesquisa e Desenvolvimento	13.113	39.275
Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico	1.354	2.805
Ministério de Minas e Energia	677	1.402
Eficiência Energética	25.583	31.935
Total	40.727	75.417
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Pesquisa e Desenvolvimento	35.919	26.768
Eficiência Energética	40.783	61.026
Total	76.702	87.794

As despesas com pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética nos exercícios de 2011 e 2010 estão divulgadas na nota nº 25.

21. Outras Obrigações

	2011	2010
<u>CIRCULANTE</u>		
Devolução - Obrigações Vinculadas à Concessão	41.020	39.270
Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - Cosip	45.851	66.368
Empréstimo Compulsório Eletrobrás	1.287	3.013
Pagamento em Duplicidade - Baixa Tensão	3.511	3.511
Programa Baixa Renda	3.610	3.528
IPTU - Outras Prefeituras	-	155
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	6.676	6.869
Taxa de Fiscalização - ANEEL	2.031	1.783
MP 66 Tesouro Nacional	2.031	10.964
Pagamento em Duplicidade	11.284	8.886
Ajuste de Faturas - Penalidades	1.661	3.004
Ajuste de Faturas - Revisão de Faturamento	7.270	5.848
Outras	45.564	33.114
Total	171.796	186.313
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Adiantamento relacionado a venda de bens	47.613	23.855
Outras	7.823	8.030
Total	55.436	31.885

Notas Explicativas

22. Patrimônio

22.1 Capital social

O capital social autorizado da Companhia é de R\$ 3.248.680, sendo R\$ 1.082.900 em ações ordinárias e R\$ 2.165.780 em ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. A Companhia, mediante deliberação do Conselho de Administração, independente de reforma estatutária, está autorizada a aumentar o capital social até o limite do capital social autorizado emitindo as ações ordinárias e/ou preferenciais, sem guardar proporções entre as espécies. Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas em quaisquer aumentos de capital da Companhia, na proporção de suas participações no capital da Companhia. O Conselho de Administração deve deliberar sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações ou bônus de subscrição, bem como fazer as chamadas de capital, nos limites do capital, nos limites do capital autorizado e suas alterações.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 1.057.629. O capital social da Companhia está representado por 167.343.887 ações, sendo 66.604.817 ações ordinárias e 100.739.070 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto e não são resgatáveis. No entanto, têm prioridade no reembolso de capital e direito a dividendos, não cumulativos, de 10% a mais do que os atribuídos às ações ordinárias e direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas de lucros em igualdade condições com as ações ordinárias.

Nos exercícios de 2011 e de 2010 não houve emissão ou resgate de ações.

22.2 Composição acionária

	2011		2010	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Elpa S.A.	51.825.798	77,81	51.825.798	77,81
BNDESPar	1	-	1	-
União Federal	13.342.384	20,03	13.342.384	20,03
Outros	1.436.634	2,16	1.436.634	2,16
Total das ações	66.604.817	100,00	66.604.817	100,00
	Preferenciais		Preferenciais	
	Quantidade	%	Quantidade	%
BNDESPar	734.576	0,73	734.576	0,73
Outros	100.004.494	99,27	100.004.494	99,27
Total das ações	100.739.070	100,00	100.739.070	100,00

Notas Explicativas

22.3 Reserva de Lucros

22.3.1 Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia atingiu o limite de 20% estabelecido pela legislação, não sendo necessário o registro de complemento a partir dessa data. A reserva legal poderá ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

22.3.2 Reserva Estatutária

Conforme Assembléia Geral Extraordinária realizada em 1º de dezembro de 2011, foi aprovada a modificação do Estatuto Social da Companhia, com a criação de Reserva Especial para reforço do capital de giro e financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. A Administração pode propor à deliberação da Assembléia Geral a destinação de até 75% do lucro líquido ajustado. O saldo da referida reserva em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

22.4 Reserva de capital

É composta por outorga de ações e/ou opção de compra de ações preferenciais da AES Corp aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia.

22.5 Ajustes de avaliação patrimonial (Outros resultados abrangentes)

Em 31 de dezembro de 2011 o saldo dos ajustes de avaliação patrimonial era composto pela mais valia dos ativos registrados em 1998 e 2007 e pela atualização dos bens do ativo financeiro de concessão. O saldo do ajuste de avaliação patrimonial (líquido de imposto de renda e contribuição social) relacionado com a mais valia dos ativos é de R\$ 1.467.194 (R\$ 1.563.077 em 31 de dezembro de 2010), e o saldo do ajuste de avaliação patrimonial (líquido de imposto de renda e contribuição social) relacionado à atualização dos bens do ativo financeiro de concessão é de R\$ 72.900 (R\$ 45.879 em 31 de dezembro de 2010).

Notas Explicativas

Registro de mais-valia dos ativos: Após o processo de privatização da Companhia, os novos acionistas controladores determinaram o levantamento de um balanço especial com data-base em 1º de abril de 1998, quando os ativos e passivos da Companhia foram avaliados pelo denominado “método de aquisição”. Na época, em razão de o “método de aquisição” não estar contemplado na literatura contábil brasileira, a Administração formalizou consulta à CVM buscando confirmar seu procedimento e entendimento da não necessidade de se efetuar reavaliação periódica de seus ativos.

A CVM - Comissão de Valores Mobiliários através de Ofício, informou que o procedimento requerido pela Companhia “não poderia ser aceito” e que a Companhia deveria proceder à reavaliação periódica, nos termos da Deliberação CVM nº 183/1995.

Em atendimento à decisão proferida pela CVM, a Companhia, por decisão de seu Conselho de Administração, elaborou o Laudo de Reavaliação do Ativo da Companhia, gerando o registro, em 30 de junho de 2007, de um acréscimo do valor do ativo imobilizado da Companhia de R\$ 1.537.270, na época.

Conforme facultado pelo art. 4º da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, a Administração da Companhia decidiu pela manutenção do saldo do ajuste de avaliação patrimonial constituída em período anterior à vigência da Lei nº 11.638/2007.

23. Destinação do Resultado

O Estatuto Social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Os juros sobre o capital próprio são calculados em conformidade com os limites estabelecidos na legislação tributária brasileira e fazem parte da totalidade dos dividendos distribuídos no ano. O imposto de renda corresponde a 15% do valor dos juros sobre capital próprio.

	2011	2010
Lucro líquido do exercício utilizado na apuração dos dividendos	1.572.105	1.347.688
Realização da reserva de reavaliação - líquida	95.883	103.606
Dividendos e Juros sobre o capital próprio prescritos (v)	8.077	-
Constituição de reserva legal	-	(56.413)
Constituição de Reserva Estatutária - nota nº 22.3.2	(764.994)	-
Subtotal	911.071	1.394.881
Dividendos intermediários distribuídos (i)	(290.980)	(625.525)
Juros sobre Capital Próprio propostos (ii)	(73.039)	(72.764)
Dividendos mínimo obrigatório - complemento (iii)	(128.036)	-
Dividendos complementares excedentes ao mínimo obrigatório (iv)	(419.016)	(696.592)
Saldo de Lucros Acumulados	-	-

Notas Explicativas

- i) Em 10 de agosto de 2011, de acordo com o disposto no parágrafo 3º do artigo 176 da Lei nº 6.404/1976, foi registrada a proposta da Administração da Companhia para pagamento de dividendos intermediários, no montante de R\$ 290.980, sendo R\$ 1,640085750 por ação ordinária, e R\$ 1,804094325 por ação preferencial, correspondente a 50% do lucro líquido ajustado obtido no primeiro semestre de 2011. Os pagamentos foram realizados em 22 de setembro de 2011.
- ii) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de dezembro de 2011, foi aprovada a proposta de distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 73.039. Os valores relativos a juros sobre capital próprio foram registrados como despesas financeiras como determinado pela legislação fiscal, contudo, para fins de apresentação nas demonstrações contábeis, esses valores são lançados como distribuição de lucro do exercício, mesmo tratamento contábil dos dividendos.
- iii) A Administração da Companhia registrou complemento dos dividendos mínimo obrigatório no montante de R\$ 128.036 em atendimento às disposições da Lei nº 6.404/1976. De acordo com orientação da CVM, essa proposta de dividendos foi registrada em conta específica no passivo circulante da Companhia.
- iv) A Administração da Companhia registrou proposta de dividendos complementares excedentes ao mínimo obrigatório no montante de R\$ 419.016 em atendimento às disposições da Lei nº 6.404/1976. De acordo com orientação da CVM, essa proposta de dividendos foi registrada em conta específica no patrimônio líquido da Companhia.
- v) Em atendimento às disposições da Lei nº 6.404/1976 e nos termos do Artigo 24, parágrafo sétimo, do Estatuto Social da Companhia, os dividendos não reclamados por seus acionistas em três anos, a contar do pagamento, são revertidos à Companhia à conta de lucros acumulados para nova destinação.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei. As ações preferenciais têm direito a dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ordinárias, na forma do Estatuto e da Lei.

	Ação	2011	2010
	Tipo	R\$ p/ Ação	R\$ p/ Ação
Dividendos intermediários distribuídos	ON	1,64	3,53
	PN	1,80	3,88
Juros sobre Capital Próprio propostos - (Bruto)	ON	0,41	0,41
	PN	0,45	0,45
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório	ON	0,72	N/A
	PN	0,79	N/A
Dividendos complementares excedentes ao mínimo obrigatório	ON	2,36	4,75
	PN	2,60	5,23

Notas Explicativas

24. Resultado por Ação

	2011	2010
Numerador:		
Lucro líquido do período	1.572.105	1.347.688
Denominador (em milhares de ações):		
Média ponderada do número de ações ordinárias	66.605	66.605
Média ponderada do número de ações preferenciais	100.739	100.739
Lucro por ação		
Lucro básico e diluído por ação ordinária	8,8610	7,5961
Lucro básico e diluído por ação preferencial	9,7471	8,3557

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. A reserva de capital referente ao pagamento baseado em ações não traz impactos relevantes se considerada no cálculo do lucro diluído.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e data da conclusão destas demonstrações contábeis.

25. Receita Operacional Líquida

	2011			2010		
	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$	Número de consumidores faturados (*)	MWh (*)	R\$
Receita de Prestação de Serviço de Distribuição de Energia Elétrica						
Classe de consumidores:						
Residencial	5.956.173	16.407.714	6.458.449	5.749.408	15.545.535	6.111.628
Industrial	28.465	5.995.610	2.017.368	29.020	6.136.716	2.046.940
Comercial	344.606	11.614.381	4.151.582	345.682	11.081.193	3.940.951
Rural	769	29.971	3.523	777	28.026	3.297
Poder Público:						
Federal	1.273	171.761	60.435	1.299	161.111	57.463
Estadual	4.230	629.343	185.014	4.130	605.133	176.014
Municipal	9.365	449.959	174.547	9.003	433.630	165.676
Iluminação pública	1.613	872.695	175.404	1.486	860.803	171.307
Serviço público	1.295	645.478	183.289	1.259	582.175	164.035
Encargo de capacidade emergencial	-	-	9	-	-	7
Remuneração do ativo financeiro	-	-	148.426	-	-	70.582
Transferência para atividades de distribuição	-	-	(7.339.115)	-	-	(6.902.615)
Subtotal - Fornecimento	6.347.789	36.816.912	6.218.931	6.142.064	35.434.322	6.005.285
Outras						
Transmissoras	-	-	-	-	-	(336)
PIS/Cofins Diferença de Alíquota	-	-	(36.505)	-	-	21.818
Transferência para obrigações especiais - Ultrapassagem de Demanda (**)	-	-	(17.214)	-	-	-
Transferência para obrigações especiais - Excedente de Reativos (**)	-	-	(35.150)	-	-	-
Não faturado	-	-	18.967	-	-	50.043
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD	306	8.284.379	829.224	277	7.910.807	761.640
Transferência para atividades de distribuição	-	-	7.339.115	-	-	6.902.615
Transferência para obrigações especiais - Ultrapassagem de Demanda - TUSD (**)	-	-	(1.452)	-	-	-
Transferência para obrigações especiais - Excedente de Reativos - TUSD (**)	-	-	(2.712)	-	-	-
Remuneração do ativo financeiro - TUSD	-	-	14.325	-	-	10.336
Energia no curto prazo	-	-	50.887	-	-	119.048
Receita de construção	-	-	738.745	-	-	708.708
Outras receitas	-	-	122.992	-	-	134.535
Receita Operacional Bruta	6.348.095	45.101.291	15.240.153	6.142.341	43.345.129	14.713.692
Quota para Reserva Global de Reversão	-	-	(67.938)	-	-	(73.161)
Encargo de capacidade emergencial	-	-	(9)	-	-	(7)
Eficiência Energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	(87.218)	-	-	(72.436)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	(441.728)	-	-	(399.021)
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	(620.186)	-	-	(487.761)
Encargos do consumidor - Proinfra	-	-	(44.485)	-	-	(41.709)
Encargos do Consumidor - Lei nº 12.111	-	-	(26.165)	-	-	(26.031)
ICMS	-	-	(2.786.262)	-	-	(2.634.081)
Cofins - corrente	-	-	(1.092.389)	-	-	(1.053.022)
Pis - corrente	-	-	(237.163)	-	-	(228.616)
ISS	-	-	(1.032)	-	-	(690)
Deduções da Receita Bruta	-	-	(5.404.575)	-	-	(5.016.535)
Receita Operacional Líquida	6.348.095	45.101.291	9.835.578	6.142.341	43.345.129	9.697.157

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

(**) Baseado no despacho da ANEEL nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011 e de acordo com a metodologia aprovada para o 3º Ciclo de Revisão Tarifária, as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, devem ser contabilizadas como Obrigações Especiais. O registro como Obrigações Especiais foi efetuado em dezembro de 2011 com efeito retroativo a partir da data da revisão tarifária do 3º ciclo da Companhia (a partir de 4 de julho de 2011).

26. Custo do Serviço de Energia Elétrica

	MWh (*)		R\$	
	2011	2010	2011	2010
Energia elétrica comprada para revenda:				
ITAIPU	9.963.335	10.155.587	891.634	938.244
Contrato bilateral - AES Tietê (**)	11.107.680	11.107.680	1.858.254	1.730.434
Contrato bilateral - Outros	211.987	205.056	35.440	34.602
Compra - CCEE	-	973.444	(6.723)	83.245
Compra - CCEAR	22.487.785	18.998.712	1.998.921	1.789.418
Reversão - ICMS sobre perdas comerciais - nota nº 14	-	-	(41.967)	41.967
(-) Créditos PIS/Cofins	-	-	(430.533)	(431.720)
Total	43.770.787	41.440.479	4.305.026	4.186.190
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfa				
	950.230	985.570	159.045	167.609
Total	44.721.017	42.426.049	4.464.071	4.353.799
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição:				
Uso da Rede Básica			906.958	836.519
Encargos do Serviço do Sistema - ESS			223.160	223.744
Transporte de Energia - Furnas/Itaipu			82.950	78.478
ONS - Operador Nacional do Sistema			24.734	24.475
CUSD - Custo do Uso do Sistema de Distribuição			23.439	21.870
Conexão a Rede Básica - CTEEP			74.171	68.324
(-) Créditos PIS/Cofins			(110.335)	(117.556)
Total			1.225.077	1.135.854

(*) Informação não auditada pelos auditores independentes.

(**) Veja informações sobre o contrato com a Tietê na nota nº 30 - Partes Relacionadas.

27. Custo de Operação - Outros Custos

	2011	2010
Arrendamentos e Aluguéis	12.220	9.398
Seguros	2.769	2.456
Tributos	27.976	24.700
Doações, Contribuições e Subvenções	7.745	7.012
RTE	(755)	15.072
Recuperação de Despesas	(35.272)	(25.091)
Tarifa Bancária	44.945	46.071
Custas Judiciais	30.809	42.496
Publicidade	28.837	14.894
Responsabilidade Social	16.099	15.883
Perdas/Baixa no Contas a Receber	70.519	104.948
Perdas na desativação de Bens e Direitos	32.763	54.748
Outras Receitas Operacionais	(16.117)	(14.445)
Outras Despesas Operacionais	10.968	48.265
Créditos de Pis e Cofins	(392)	(366)
Outros	36.358	24.630
Total	269.472	370.671

Notas Explicativas**28. Resultado Financeiro**

	2011	2010
<u>Receitas Financeiras</u>		
Renda de aplicações financeiras	143.698	139.864
Selic - Finsocial (*)	54.712	-
Acréscimo moratório - consumidores	84.405	78.706
Multas	7.037	13.549
Renda dos títulos e valores mobiliários alienados - LFT	5.232	12.549
Outras	23.252	29.801
Total	318.336	274.469
<u>Despesas Financeiras</u>		
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda nacional	(339.974)	(303.735)
Encargo de dívidas - Empréstimos moeda estrangeira	207	228
Transferido para o custo das imobilizações em curso	29.597	28.229
Juros sobre Pis/Pasep e Cofins	745	19.195
Multas moratórias, compensatórias e sancionatórias	(31.084)	(23.188)
Operação Banco Santos (**)	-	100.136
Provisão para processos regulatórios - nota nº 18.d	(26.916)	-
Outras	(49.071)	(79.455)
Total	(416.496)	(258.590)
<u>Variações Monetárias e Cambiais Líquidas</u>		
Moeda nacional	97.431	83.382
Moeda estrangeira	(20.546)	3.727
Intangível em curso	(16)	16
Total	76.869	87.125
Total Líquido	(21.291)	103.004

(*) No período de 1989 a 1992, a Companhia recolheu a contribuição ao Finsocial com majorações de alíquotas (0,5% a 2%) que posteriormente foram reconhecidas como inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal para todas as empresas que exerciam atividade comercial ou mista (prestadora de serviços e comercial), razão pela qual a Companhia impetrou uma ação judicial contra o Governo Federal em 30 de agosto de 1994. Em dezembro de 2008, o Supremo Tribunal Federal negou recurso apresentado pelo Governo Federal, e finalmente, em fevereiro de 2009, findou o prazo para apresentação de novo recurso por parte do Governo Federal, assim a decisão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, favorável à Companhia, transitou em julgado.

Em função da decisão proferida pelo STF, a Companhia reconheceu, em suas demonstrações contábeis de exercícios anteriores, os montantes e as devidas correções relacionadas ao Finsocial.

Porém, como a decisão acima mencionada não determinava a devolução da quantia relativa aos expurgos inflacionários, a Companhia apresentou um novo recurso para que esta diferença também fosse recuperada. Em função do julgamento definitivo deste recurso quando ocorreu o trânsito em julgado, em setembro de 2011, foi reconhecido esse montante no resultado à título de correção monetária e juros de mora (expurgos inflacionários).

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia havia compensado a totalidade do saldo de Finsocial com outros tributos federais a pagar.

Notas Explicativas

(**) A variação ocorrida em 2010 é decorrente substancialmente da reversão de despesa financeira em função do fim da disputa judicial da Companhia com o Banco Santos ocorrida em junho de 2010, favorável a Companhia, quando foi efetuada a reversão do passivo remanescente com aquele banco.

29. Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo 25% para o Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Os tributos diferidos relativos a provisões temporariamente indedutíveis, prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e reserva de reavaliação são registrados nas contas patrimoniais (nota nº 6) A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2011	2010	2011	2010
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(533.210)	(407.259)	(199.927)	(157.072)
Diferidos	(13.221)	(77.784)	(4.760)	(26.236)
Total	(546.431)	(485.043)	(204.687)	(183.308)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - Despesa:				
Resultado antes dos tributos	2.323.223	2.016.039	2.323.223	2.016.039
Adições (exclusões):				
Juros sobre capital próprio	(73.039)	(72.764)	(73.039)	(72.764)
Doações	16.845	19.616	16.845	19.616
Gratificação a administradores - parcela não dedutível	4.686	1.818	4.686	1.818
Benefício fiscal P&D - Pesquisa e Desenvolvimento - 2006	(21.441)	(19.312)	(21.441)	(19.312)
Perdas de Capital - Baixa de Imobilizado	12.998	79.657	12.998	79.657
Multas indedutíveis	2.804	6.603	2.804	6.603
Baixa do Imobilizado	-	21.868	-	21.868
Outros	3.758	(699)	3.758	(732)
Total das adições (exclusões)	(53.389)	36.787	(53.389)	36.754
Base de cálculo	2.269.834	2.052.826	2.269.834	2.052.793
Alíquota nominal	25%	25%	9%	9%
Despesa com tributos às alíquotas nominais	567.459	513.207	204.284	184.750
Incentivos	(21.541)	(19.498)	-	-
Compensação de base de cálculo	(24)	(24)	-	-
Baixa IR/CS sobre PSAP e Benefícios Indiretos	(151)	(6.859)	-	(802)
Baixa de IR/CS - Créditos Prescritos	1.632	-	742	-
Stock Options	205	-	74	-
IRPJ/CSLL 2011 - Exclusão P&D	(1.149)	(1.783)	(413)	(640)
Total da despesa (receita) com tributos	546.431	485.043	204.687	183.308

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.941/2009, resultado da conversão em lei da Medida Provisória nº 449/2008, criando o chamado Regime Tributário de Transição (“RTT”), o qual, em síntese, busca neutralizar os impactos da adoção das novas práticas contábeis instituídos pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 37 e 38 da própria Lei nº 11.941/2009. Para os anos-calendário de 2008 e 2009, o RTT foi optativo e passou a ser obrigatório a partir do ano-calendário de 2010.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição e desde 2008 vem registrando imposto de renda e contribuição social diferidos sobre ajustes oriundos da adoção das novas práticas contábeis (CPC’s), não gerando impactos de caixa. Tal regime vigerá até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos tributários dos novos métodos e critérios contábeis, a qual ainda não tem previsão.

Notas Explicativas**30. Partes Relacionadas**

A Companhia é controlada diretamente da AES Elpa S.A., e indiretamente pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira), a qual, por sua vez, é uma controlada indireta da AES Corp. A Brasileira é uma sociedade por ações, de capital aberto e tem por objetivo exercer o controle, além do controle indireto da Companhia, das seguintes empresas operacionais: AES Tietê S.A. (Tietê), e AES Uruguaiana Empreendimentos S.A. (Uruguaiana S.A.), mediante participação direta no capital dessas sociedades.

Adicionalmente, a Brasileira detém o controle de e uma comercializadora de energia elétrica (AES Infoenergy Ltda.). Os investimentos detidos pela Brasileira em duas empresas de telecomunicações (Eletropaulo Telecomunicações Ltda. e AES Communications Rio de Janeiro S.A.) foram vendidos em 31 de outubro de 2011.

30.1 Os saldos entre partes relacionadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e as transações referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão demonstradas a seguir:

	2011	2010
Ativo Circulante		
Companhia Brasileira de Energia (ii)	14.184	-
AES Sul - Outros créditos	2.759	2.759
AES Infoenergy - Outros créditos	37	111
Eletropaulo Telecomunicações - Outros créditos (*)	-	367
	16.980	3.237
Passivo Circulante		
Companhia Brasileira de Energia - Juros sobre o capital próprio	2.862	2.850
Companhia Brasileira de Energia - Dividendos	5.901	-
AES Elpa S.A. - Juros sobre o capital próprio	18.135	18.067
AES Elpa S.A. - Dividendos	37.401	-
AES Tietê - nota nº 13 (i)	237.315	181.185
Eletropaulo Telecomunicações - Fornecedores (*)	-	256
	301.614	202.358
Resultado		
Companhia Brasileira de Energia (ii)	707.313	265.369
AES Tietê - nota nº 25 (i)	(1.858.254)	(1.730.434)
AES Big Sky (iii)	(5.121)	(10.356)
Eletropaulo Telecomunicações - Outras receitas (*)	3.244	3.555
Eletropaulo Telecomunicações - Serviços de terceiros (*)	(3.053)	(2.545)
	(1.155.871)	(1.474.411)

(*) A Eletropaulo Telecomunicações Ltda. deixou de ser uma empresa do grupo AES Brasil em 31 de outubro de 2011. Dessa forma, não há saldo de contas patrimoniais com a Eletropaulo Telecomunicações em 31 de dezembro de 2011 e o resultado contempla transações ocorridas somente até 31 de outubro de 2010.

Notas Explicativas

- (i) Em dezembro de 2000, a Companhia assinou contrato de compra e venda de energia elétrica com a empresa coligada Tietê, pelo prazo de quinze anos. De acordo com esse contrato, a Companhia passou a comprar a partir de 2003 da Tietê a energia correspondente à redução de 25% ao ano nas quantidades dos contratos iniciais. Em outubro de 2003, a Companhia e a coligada Tietê assinaram um aditamento a esse contrato, prorrogando a data de vencimento para junho de 2028. A Companhia submeteu tal aditivo para apreciação da ANEEL, mas este não foi aprovado (conforme Despacho nº 1.060/2005). Em 2005, a Companhia apresentou pedidos de reconsideração e recurso administrativo que não foram acolhidos pela ANEEL.

Exaurida a esfera administrativa, em 28 de outubro de 2005, a Companhia propôs medida judicial contra a ANEEL visando à revogação do Despacho nº 1.060/2005. Em 5 de agosto de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a desistência da ação judicial contra a ANEEL, após exame por seus advogados externos e internos.

A quantidade de energia adquirida pela Companhia através do contrato com a coligada Tietê no exercício de 2011 foi de 11.107.680 MWh (informação não auditada pelos auditores independentes). Esse contrato foi homologado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O preço médio, em 31 de dezembro de 2011, é de R\$ 167,29 por MWh (R\$ 155,79 por MWh em 31 de dezembro de 2010). Este contrato é atualizado anualmente pelo IGP-M.

- (ii) Venda da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. realizada pela Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (“Companhia”) para a Companhia Brasileira de Energia

A Companhia mantinha investimentos na Eletropaulo Telecomunicações Ltda., sociedade por quotas de responsabilidade limitada, constituída em 1998, com o objetivo de prestar serviços de telecomunicações em geral e serviços técnicos de consultoria e de manutenção.

A ANEEL, através do Ofício nº 561/2005-SFF, exigiu a segregação da participação acionária detida pela Companhia na Eletropaulo Telecomunicações Ltda., baseada no artigo 8º da Lei nº 10.848/2004, pela qual é vedado às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica deter participação societária em outras sociedades, cujo objeto social seja estranho ao objeto do contrato de concessão.

Notas Explicativas

Tendo em vista o acima exposto, a Companhia firmou, em 15 de setembro de 2005, o contrato de compra e venda de 39.609.942 quotas da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (valor contábil registrado em julho de 2005 de R\$ 42.998), com a AES Transgás Empreendimentos S.A. (AES Transgás), a qual foi posteriormente incorporada pela Companhia Brasileira de Energia (Brasileira).

Essa transação foi aprovada pelos Conselhos de Administração da Companhia e da AES Transgás em 15 de setembro de 2005 e anuída pela ANEEL através do Despacho nº 1.363, de 28 de setembro de 2005.

O referido contrato de compra e venda previa o ajuste do preço de aquisição e a consequente liquidação financeira de acordo com o valor econômico da Eletropaulo Telecomunicações Ltda., apurado com base no critério do fluxo de caixa descontado, conforme laudo de avaliação elaborado por avaliador independente.

Em 2 de junho de 2010, o Conselho de Administração da Companhia e da Brasileira, aprovaram a liquidação financeira, com base no valor determinado por avaliador independente, e o termo de quitação referente à aquisição das quotas da Eletropaulo Telecomunicações Ltda.

O preço de aquisição, no valor de R\$ 296.307, apurado na data-base 31 de dezembro de 2009, foi atualizado pela SELIC até a data de seu efetivo pagamento em 24 de junho de 2010, resultando em um pagamento no valor de R\$ 308.367. Em consequência, a Companhia registrou, no primeiro semestre de 2010, um ganho de R\$ 265.369 na rubrica outras receitas operacionais.

O impacto no lucro líquido da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$ 175.143.

Venda da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. realizada pela Brasileira para a TIM Celular S.A,

Em 31 de outubro de 2011, a Brasileira concluiu a venda, para a TIM Celular S.A. ("TIM"), das quotas da Eletropaulo Telecomunicações Ltda. ("AES EP Telecom"), nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações e Quotas celebrado entre Brasileira e TIM em 8 de julho de 2011 ("Contrato").

A Brasileira recebeu R\$ 1.074.179 pelas quotas da AES EP Telecom, dos quais R\$ 14.000, estão retidos em conta garantida pelo prazo máximo de 42 meses, de forma a garantir eventuais obrigações da Brasileira, nos termos do Contrato.

Notas Explicativas

Na forma do art. 245 da Lei nº 6.404/1976, e descontando o valor da liquidação financeira do contrato celebrado em 2005 entre Brasileira e a Companhia para a venda das quotas da AES EP Telecom (“Contrato Brasileira - Eletropaulo”), ocorrida em junho de 2010, a Brasileira efetuou compensação à Companhia, em 31 de outubro de 2011, a título de ajuste de preço, no montante de R\$ 717.472 sendo descontados R\$ 10.159 referentes a custos de transação. Do total devido de R\$ 707.313, a Brasileira efetuou o pagamento de R\$ 693.313 à Companhia e o montante de R\$ 14.000 foi registrado pela Companhia como contas a receber da Brasileira.

O pagamento compensatório produziu um impacto positivo de R\$ 466.827 no lucro líquido da Companhia.

- (iii) Refere-se ao valor da contratação da prestação de serviços de processamento e operacionalização da gestão de sistemas informatizados e integrados com a empresa coligada AES Big Sky.

30.2 A remuneração da Alta Administração - de acordo com a orientação contida na Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, a Companhia está divulgando a remuneração de sua alta administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, a remuneração foi conforme segue:

Descrição	2011	2010
Benefícios de curto prazo (a)	8.499	8.311
Benefícios pós-emprego (b)	141	151
Outros benefícios de longo prazo (c)	324	530
Benefícios de rescisão contrato de trabalho (d)	31	-
Remuneração baseada em ações (e)	820	1.209
Total	9.815	10.201

- a) Compostos por ordenados, salários e contribuições para a previdência social e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados);
- b) Compostos por pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego;
- c) Compostos por licença remunerada, gratificação por tempo de serviço, participação nos lucros, gratificações e outras compensações diferidas;
- d) Compostos por pagamentos por rescisão; e
- e) São benefícios a empregados relacionados com pagamentos baseados em ações, em que os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais.

Notas Explicativas

A remuneração da alta administração da Companhia é determinada por um comitê de remuneração, sendo consideradas as performances individuais e as tendências de mercado.

31. Seguros

Em 31 de dezembro de 2011, a cobertura de seguros estabelecida pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil é como segue:

Risco	Data de Vigencia		Importância Segurada
	de	até	
Riscos Operacionais	29-mar-2011	1-abr-2012	R\$ 1.666.200
Vida em grupo	1-nov-2011	1-nov-2012	25 X salário, limitado a R\$ 1.300
Responsabilidade Civil Geral	1-jun-2011	1-jun-2012	R\$ 30.000
Frota veículos - RCF	31-ago-2011	31-ago-2012	RCF Garantia Única R\$ 1.000

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

32. Instrumentos Financeiros

32.1 Considerações Gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. A Companhia limita os seus riscos de crédito através da aplicação de seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade na rubrica dos seguintes instrumentos financeiros:

- a) Caixa e Equivalentes de caixa (nota nº 3);
- b) Investimentos de curto prazo (nota nº 3);
- c) Consumidores, concessionárias e permissionárias (nota nº 4);
- d) Serviços prestados;
- e) Devedores diversos;
- f) Contas a receber - Acordos (nota nº 7);
- g) Outros créditos;
- h) Cauções e depósitos vinculados (nota nº 18);
- i) Ativo financeiro de concessão (nota nº 10);
- j) Fornecedores (nota nº 13);
- k) Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos (nota nº 15);
- l) Dividendos declarados e juros sobre capital próprio (nota nº 22.e);
- m) Encargos tarifários e do consumidor a receber; e
- n) Outras obrigações.

Notas Explicativas

32.2 Valor Justo

Os instrumentos financeiros ativos e passivos ajustados às taxas correntes de mercado estão demonstrados a seguir:

	2011		2010	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	162.952	162.952	299.124	299.124
Investimentos de curto prazo	1.227.520	1.227.520	1.365.271	1.365.271
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.520.600	1.520.600	1.450.945	1.450.945
Serviços prestados a terceiros - Faturados	15.066	15.066	11.679	11.679
Devedores diversos	1.669	1.669	2.447	2.447
Prefeitura Municipal de São Paulo - acordos	75.453	75.453	150.908	150.908
Prefeituras municipais diversas - acordos	100.169	100.169	120.244	120.244
Consumidores - acordos	176.676	176.676	114.097	114.097
Cauções e depósitos vinculados	475.991	475.991	474.579	474.579
Ativo financeiro de concessão	1.041.813	1.041.813	872.081	872.081
Total	4.797.909	4.797.909	4.861.375	4.861.375
PASSIVO				
Fornecedores	1.067.218	1.067.218	979.241	979.241
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.436.911	2.436.911	2.678.674	2.678.674
Encargos	59.074	71.775	64.664	81.240
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	211.072	211.072	84.174	84.174
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	129.166	129.166	116.264	116.264
Outras obrigações	227.232	227.232	218.198	218.198
Total	4.130.673	4.143.374	4.141.215	4.157.791

Mensuração do valor justo, a Companhia classifica e divulga os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Nível I - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos
- Nível II - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível III - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

	Valor de Mercado			
	2011	Nível I	Nível II	Nível III
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	162.952	54.792	108.160	-
Investimentos de curto prazo	1.227.520	-	1.227.520	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.520.600	-	1.520.600	-
Serviços prestados a terceiros - Faturados	15.066	-	15.066	-
Devedores diversos	1.669	-	1.669	-
Prefeitura Municipal de São Paulo - acordos	75.453	-	75.453	-
Prefeituras municipais diversas - acordos	100.169	-	100.169	-
Consumidores - acordos	176.676	-	176.676	-
Cauções e depósitos vinculados	475.991	-	475.991	-
Ativo financeiro de concessão	1.041.813	-	1.041.813	-
Total	4.797.909	54.792	4.743.117	-
PASSIVO				
Fornecedores	1.067.218	-	1.067.218	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.436.911	-	2.436.911	-
Encargos	71.775	-	71.775	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	211.072	-	211.072	-
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	129.166	-	129.166	-
Outras obrigações	227.232	-	227.232	-
Total	4.143.374	-	4.143.374	-

Notas Explicativas

	Valor de Mercado			
	2010	Nível I	Nível II	
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	299.124	44.062	255.062	-
Investimentos de curto prazo	1.365.271	-	1.365.271	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.450.945	-	1.450.945	-
Serviços prestados a terceiros - Faturados	11.679	-	11.679	-
Devedores diversos	2.447	-	2.447	-
Prefeitura Municipal de São Paulo - acordos	150.908	-	150.908	-
Prefeituras municipais diversas - acordos	120.244	-	120.244	-
Consumidores - acordos	114.097	-	114.097	-
Cauções e depósitos vinculados	474.579	-	474.579	-
Ativo financeiro de concessão	872.081	-	872.081	-
Total	4.861.375	44.062	4.817.313	-
PASSIVO				
Fornecedores	979.241	-	979.241	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.678.674	-	2.678.674	-
Encargos	81.240	-	81.240	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	84.174	-	84.174	-
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	116.264	-	116.264	-
Outras obrigações	218.198	-	218.198	-
Total	4.157.791	-	4.157.791	-

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

32.3 Instrumentos Financeiros por Categoria

Síntese dos instrumentos financeiros por categoria:

	2011		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	-	162.952	162.952
Investimentos de curto prazo	-	1.227.520	1.227.520
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.520.600	-	1.520.600
Serviços prestados a terceiros - Faturados	15.066	-	15.066
Devedores diversos	1.669	-	1.669
Prefeitura Municipal de São Paulo - Acordos	75.453	-	75.453
Prefeituras municipais diversas - acordos	99.151	-	99.151
Consumidores - acordos	177.694	-	177.694
Cauções e depósitos vinculados	475.991	-	475.991
Ativo financeiro de concessão	-	1.041.813	1.041.813
Total	2.365.624	2.432.285	4.797.909
PASSIVO			
Fornecedores	1.067.218	-	1.067.218
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.436.911	-	2.436.911
Encargos	59.074	-	59.074
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	211.072	-	211.072
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	129.166	-	129.166
Outras obrigações	227.232	-	227.232
Total	4.130.673	-	4.130.673

Notas Explicativas

	2010		
	Empréstimos e recebíveis	Disponíveis para venda	Total
ATIVO			
Caixa e equivalentes de caixa	-	299.124	299.124
Investimentos de curto prazo	-	1.365.271	1.365.271
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.450.945	-	1.450.945
Serviços prestados a terceiros - Faturados	11.679	-	11.679
Devedores diversos	2.447	-	2.447
Prefeitura Municipal de São Paulo - Acordos	150.908	-	150.908
Prefeituras municipais diversas - acordos	120.244	-	120.244
Consumidores - acordos	114.097	-	114.097
Cauções e depósitos vinculados	474.579	-	474.579
Ativo financeiro de concessão	-	872.081	872.081
Total	2.324.899	2.536.476	4.861.375
PASSIVO			
Fornecedores	979.241	-	979.241
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.678.674	-	2.678.674
Encargos	64.664	-	64.664
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	84.173	-	84.173
Encargos tarifários e do consumidor a recolher	116.264	-	116.264
Outras obrigações	218.198	-	218.198
Total	4.141.214	-	4.141.214

32.4 Informações sobre Liquidez

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros e minimizar riscos de liquidez; (ii) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

32.5 Informações qualitativas e quantitativas sobre instrumentos financeiros derivativos

A Deliberação CVM nº 550, de 17 de outubro de 2008, dispõe que as companhias abertas devem divulgar, em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, principalmente aqueles representados por operações com derivativos.

Análise de sensibilidade dos investimentos de curto prazo

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nos investimentos de curto prazo ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de dezembro de 2011 foi extraída a projeção do indexador SELIC/CDI para o ano de 2012 e este definido como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a receita financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2011 projetando para um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Notas Explicativas

Indexador	Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV	
Selic / CDI	4,85	7,27	9,69	12,11	14,54	
Posição em 2011						
Aplicações Financeiras (Equivalentes de Caixa)	108.160					
Títulos e Valores Mobiliários (Investimentos de Curto Prazo)	20.915					
Aplicações Financeiras (Investimentos de Curto Prazo)	1.206.605					
Operação	Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
Aplicações Financeiras (Equivalentes de Caixa)	CDI	5.240	7.861	10.481	13.101	15.721
Títulos e Valores Mobiliários (Investimentos de Curto Prazo)	CDI	1.013	1.520	2.027	2.533	3.040
Aplicações Financeiras (Investimentos de Curto Prazo)	CDI	58.460	87.690	116.920	146.150	175.380

Análise de sensibilidade das dívidas

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia estava exposta na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos 5 cenários diferentes. Com base no relatório FOCUS de 30 de dezembro de 2011, foi extraída a projeção dos indexadores CDI / IGP-DI / IGP-M / DOLAR e com base na curva futura da BM&F de 30 de dezembro de 2011, foi extraída a projeção da LIBOR, todos para o ano de 2012 e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2012. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2011, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Taxa de juros	Posição em 31.12.2011	Projeção Despesas Financeiras - Ano 2012				
			Cenário I	Cenário II	Cenário Provável	Cenário III	Cenário IV
			(- 50%)	(-25%)		(+25%)	(+ 50%)
DIVIDAS EM REAIS COM TAXA PRE-FIXADA							
RELUZ - Eletrobrás - SBC	5,00% a.a.	2.639	NA	NA	NA	NA	NA
BNDES - Finame	8,7% a.a.	4.029	NA	NA	NA	NA	NA
MOEDA ESTRANGEIRA							
STN - Resolução 96/93	6,00% a.a.	56	0,8650 (29)	1,2975 (15)	1,7300 2	2,1625 15	2,5950 30
CDI							
Debêntures - 9ª Emissão	CDI+1,75% a.a.	250.000	4,85%	7,27%	9,69%	12,11%	14,54%
Debêntures - 10ª Emissão	CDI+0,90% a.a.	399.960	16.712	22.868	29.024	35.180	41.361
Debêntures - 11ª Emissão	CDI+1,75% a.a.	200.000	23.172	32.938	42.705	52.471	62.277
Debêntures - 12ª Emissão	CDI+1,25% a.a.	400.000	13.370	18.294	23.219	28.144	33.089
Debêntures - 13ª Emissão	CDI+1,25% a.a.	400.000	24.642	34.444	44.244	54.046	63.887
Debêntures - 13ª Emissão	CDI+1,50% a.a.	400.000	25.691	35.516	45.341	55.167	65.032
Cédulas de Crédito Bancário - Citibank (CCB's)	CDI+1,20% a.a.	200.000	12.216	17.114	22.013	26.911	31.829
Cédulas de Crédito Bancário - Bradesco (CCB's)	CDI+1,50% a.a.	600.000	38.536	53.274	68.012	82.750	97.549
Total			154.341	214.449	274.558	334.667	395.024
IGP-DI							
Fundação CESP (*)	IGPDI+6,00% a.a.	2.552.416	NA	NA	159.716	NA	NA

(*) As projeções de despesas e contribuições da Companhia, referentes à Fundação CESP, para o exercício de 2012, foram estabelecidas conforme relatório dos atuários independentes (nota nº 16.5).

Notas Explicativas

32.6 Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As operações da Companhia compreendem a distribuição de energia elétrica em 24 municípios, predominantemente da Grande São Paulo, incluindo a capital do Estado, atendendo a aproximadamente 6,3^(*) milhões de consumidores. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia podem ser assim descritos.

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

32.6.1 Risco de crédito

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os clientes localizados na sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que não efetuam o pagamento das faturas.

32.6.2 Riscos de taxa de juros e indexadores

A Companhia possui empréstimos relevantes remunerados pela variação do DI, acrescidos de juros entre 0,90% a 2,51% ao ano. Também possui contrato de dívida com a Fundação CESP que é atualizado por TR acrescido de 8% ao ano ou IGPDI + 6%, dos dois o maior. Consequentemente, o resultado da Companhia é afetado pela variação desses índices.

As aplicações financeiras da Companhia foram efetuadas em fundos com liquidez diária e estão ajustadas pelo valor das quotas desses fundos em 31 de dezembro de 2011.

Os pagamentos de energia comprada de Itaipu também são afetados pela volatilidade do fator de risco de taxa de câmbio (dólar norte-americano).

Notas Explicativas

32.6.3 Risco de preço

Revisão Tarifária Periódica

Entre 10 de setembro de 2010 e 10 de janeiro de 2011, a ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 40/2010 as metodologias e os critérios gerais para o terceiro ciclo de revisões tarifárias periódicas das concessionárias de serviço público de distribuição de energia. Após análise das contribuições recebidas, a ANEEL aprimorou as propostas metodológicas e as submeteu à segunda etapa de Audiência Pública, no período de 16 de março a 3 de junho de 2011, de modo a proporcionar aos interessados a oportunidade de oferecer contribuições adicionais para a metodologia e critérios a serem adotados.

Por fim, a Resolução Normativa nº 457, de 8 de novembro de 2011, alterada pela Resolução Normativa nº 463, de 22 de novembro de 2011, aprovou o Módulo 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, o qual definiu a metodologia e os procedimentos gerais para realização do Terceiro Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica - 3CRTP.

De acordo com o contrato de concessão, a revisão tarifária da Companhia deveria ter ocorrido no dia 4 de julho de 2011. Tendo em vista as discussões em andamento da metodologia a ser aplicada no 3º ciclo de revisão tarifária, a ANEEL, através da resolução homologatória nº 1.174/2011, resolveu manter as mesmas tarifas homologadas no reajuste tarifário de 2010, até que a nova metodologia seja definida e aplicada.

Essas novas tarifas, quando divulgadas, produzirão efeitos retroativos a partir de 4 de julho de 2011.

No final de 2011, a ANEEL resolveu abrir Audiência Pública nº 70/2011, a fim de obter subsídios para alteração da Resolução Homologatória nº 1.174/2011 e prorrogar as tarifas homologadas no reajuste tarifário de 2010 até a data do aniversário contratual do reajuste tarifário de 2012 da Companhia, que será em 4 de julho de 2012.

Notas Explicativas

Com base no laudo de avaliação da base de remuneração regulatória que se encontra sob análise da ANEEL e nos demais componentes da tarifa atualizados de acordo com a metodologia do Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, a Companhia estima que as tarifas de fornecimento serão reduzidas quando definidas pela ANEEL e, portanto, a prorrogação da manutenção das tarifas a partir de 4 de julho de 2011 representou um efeito positivo no EBITDA da Companhia de aproximadamente R\$ 356.843 no segundo semestre de 2011, conforme demonstrado na nota nº 34.

Esse valor representa uma estimativa que somente será confirmada após a definição, divulgação, homologação e aplicação da metodologia do 3º ciclo para as tarifas da Companhia.

Adicionalmente, através da Audiência Pública nº 120/2010, foram discutidas alterações na Estrutura Tarifária das Distribuidoras, a serem aplicadas em grande parte na próxima revisão tarifária. Essas alterações foram consolidadas no Módulo 7 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 464, de 28 de novembro de 2011.

A partir da adoção do IFRS, as variações entre os valores recebidos nas tarifas e os valores efetivamente desembolsados pela Companhia (denominados ativos e passivos regulatórios) deixaram de ser diferidos e passaram a ser contabilizados no resultado gerando assim volatilidade nos resultados da Companhia.

Reajuste Tarifário Anual

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica, com base em fórmula definida no contrato de concessão, que considera para os custos não gerenciáveis (Parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, para os custos gerenciáveis (Parcela B), a variação do IGP-M, ajustado pela aplicação do Fator X, conforme mencionado no parágrafo anterior.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) estabeleceu através da Resolução Homologatória nº 1.025, de 29 de junho de 2010, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Companhia resultantes do processo de reajuste tarifário de 2010, cujo reajuste médio foi de 8,00%, correspondendo a um efeito médio de 1,62% percebido pelos consumidores.

Conforme explicado no item “Revisão Tarifária Periódica”, essas tarifas não foram alteradas durante o ano de 2011.

Notas Explicativas

32.6.4 Risco de mercado

O *portfólio* de contratos de energia da 2011 consiste nos seguintes componentes: Contratos Bilaterais com AES Tietê e outros pequenos geradores; Contrato de Itaipu e Proinfa; e Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR's. De acordo com o Decreto MME nº 5.163/2004, as distribuidoras devem efetuar contratos regulados de compra de energia somente através de leilões públicos federais, com duração estabelecida pelo próprio MME.

Os custos associados à compra de energia são compostos por itens não gerenciáveis. A legislação atual estabelece que as empresas de distribuição devam garantir o atendimento a cem por cento dos seus mercados de energia e prevê que a ANEEL deverá considerar, no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica, até cento e três por cento do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento da Distribuidora. Os principais fatores de incerteza na compra de energia estão relacionados à previsão de 5 e 3 anos da carga e à expectativa de preços futuros. Tais fatores podem implicar em penalidades por insuficiência de contratação, quando a contratação for inferior a 100%, e em custos não repassáveis às tarifas de fornecimento quando a contratação for superior a 103%. Para mitigação desses riscos, há instrumentos de contratação de energia elétrica previstos pela regulamentação tais como leilões de ajuste, MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits), opção por redução dos CCEAR's de energia existente devido a (i) migração de clientes ao mercado livre, (ii) acréscimos na aquisição de energia decorrentes de contratos celebrados antes da edição da Lei nº 10.848/2004, e (iii) outras variações de mercado.

A estratégia de suprimento de energia busca assegurar que o nível de contratação permaneça na faixa entre 100% e 103%, minimizando os custos com a compra de energia requerida para atender todos os clientes cativos. Adotou-se, dessa forma, uma abordagem de gestão de risco na compra de energia focada na identificação, mensuração e gestão dos riscos de volume e preços, além da utilização de ferramentas de otimização para suporte na decisão de contratação de energia.

Notas Explicativas

Conforme disposto na Portaria MME nº 45, de 9 de março de 2007 e nas regras estabelecidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 305, de 18 de maio de 2008, a eventual exposição no nível de contratação a qual as Distribuidoras possam ser submetidas, por fatos alheios a sua vontade, poderá ser repassada à tarifa da Distribuidora. Este repasse deverá ser concedido, desde que atendidas as condições dispostas na portaria anteriormente mencionada. Adicionalmente, caberá à ANEEL analisar a isenção da aplicação de penalidade por eventual não atendimento à obrigação de contratação da totalidade de seu mercado.

As incertezas do cenário macroeconômico e meteorológico impactam significativamente as projeções da carga para contratação. Apesar dos esforços da empresa em investimentos na área, os modelos não conseguem capturá-los na sua totalidade. Os modelos norteiam as contratações com níveis de riscos aceitáveis e no decorrer do tempo há a necessidade de ajustes sobre as previsões. Outro fator que impacta fortemente as projeções na área de concessão da Companhia é mudança de perfil das atividades dos clientes, onde tem ocorrido uma tendência de redução na participação da classe Industrial e aumento nas classes Residencial e Comercial.

32.6.5 Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

32.6.6 Operações com instrumentos financeiros derivativos

As Companhia possuía operações com instrumentos financeiros derivativos e que foram liquidadas em 30 de junho de 2010, mediante desistência da massa falida Banco Santos do recurso especial interposto no processo judicial em curso contra a Companhia, resultando numa reversão de provisão no montante total de R\$ 106.265. Estas operações estavam encerradas desde 2005 e não resultaram em efeitos no exercício de 2010.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

32.6.7 Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas “covenants” normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas à atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

32.6.8 Risco de Volatilidade dos Custos da “Parcela A”

O reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado em função dos aumentos dos custos não gerenciáveis denominados de “Parcela A” ocorridos entre o período do reajuste tarifário anual. As Normas Internacionais de Contabilidade não permitem o registro destes ativos e passivos. Dessa forma, com a adoção das referidas normas, o resultado da Companhia está sujeito a volatilidade decorrente das variações do aumento destes custos entre o período do reajuste tarifário.

33. Informação por Segmento

A Companhia é administrada como uma única operação, ou seja que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente do fornecimento de energia elétrica para consumidores finais na região metropolitana da Grande São Paulo. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações por segmento para analisar seu desempenho operacional e financeiro. Dessa forma, a demonstração de resultado apresentada reflete as informações que a Administração da Companhia utiliza para acompanhar o seu desempenho operacional e financeiro.

34. Reajuste Tarifário 2010

De acordo com o contrato de concessão, a revisão tarifária da Companhia deveria ter ocorrido no dia 4 de julho de 2011, porém tendo em vista as discussões em andamento da metodologia a ser aplicada no 3º ciclo de revisão tarifária, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.174 publicada em 28 de junho de 2011 no Diário Oficial da União, resolveu manter as mesmas tarifas homologadas no reajuste tarifário de 2010, até que a nova metodologia seja definida e aplicada.

Em 29 de junho de 2010, em Reunião Pública da Diretoria da ANEEL, foi autorizado um reajuste tarifário médio de 8,00% à Companhia, a ser aplicado em sua tarifa a partir de 4 de julho de 2010.

Notas Explicativas

O efeito percebido pelos consumidores das diversas classes de atendimento foi de:

Classe de Consumo	Índice
Alta Tensão Cativos	1,11%
Baixa Tensão Cativos	0,80%
Consumidores Livres	14,06%
Média Total	1,62%

O reajuste autorizado pela ANEEL em 29 de junho de 2010 é composto pelos seguintes itens:

Reajuste Tarifário 2010		
Descrição		Efeita na Tarifa
Parcela A	Encargos setoriais	3,31%
	Energia Comprada	2,08%
	Encargos de transmissão	-0,28%
	Parcela A	5,11%
Parcela B		0,87%
Reajuste Base		5,97%
CVA		0,63%
Custos financeiros de Parcela A		-0,13%
Subsídios Tarifários		1,53%
Reajuste Total		8,00%

Parcela A

A Parcela A foi corrigida em 7,12%. A participação positiva de 5,11% no reajuste econômico refere-se a:

- (i) Encargos Setoriais - R\$ 1.592.780. Com destaque para o aumento de 117% na Conta de Consumo de Combustível - CCC, que totalizaram R\$ 597.333, devido as alterações na sistemática de reembolso dos custos de geração do Sistema Isolado, introduzidas pela Medida Provisória 466/2009, convertida na Lei nº 12.111/2009. Somente a variação deste encargo representou 3,37% do aumento tarifário deste ano.
- (ii) Energia Comprada - R\$ 4.713.796. A variação positiva de 4,40% decorre principalmente do aumento de 12% no preço médio ponderado dos leilões de energia para os próximos 12 meses, compensada pela redução da taxa de Dólar consideradas no Reajuste Tarifário de 2009 e 2010 que foram de R\$ 1,9301 e R\$ 1,8125, respectivamente.
- (iii) Encargos de Transmissão - R\$ 1.042.339. A redução de 2,49% reflete principalmente o resultado da segunda revisão das transmissoras finalizada em junho de 2010 com efeitos retroativos a julho de 2009.

Notas Explicativas

Parcela B

O índice de ajuste da Parcela B foi 3,06%. A participação de 0,87% em relação ao Índice de Reajuste Tarifário resulta da combinação dos seguintes componentes:

1. IGP-M de 5,17%, dos 12 meses findos em 29 de junho de 2010, e
2. Fator X equivalente a 2,11%, composto por:
 - Xa de 0,003%, fruto da diferença positiva entre o IGP-M (5,17%) e o IPCA (5,16%) no período tarifário, e
 - Xe de 2,00%.

Componentes Financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este Reajuste Tarifário totalizam R\$ 205.479, entre os quais destacamos R\$ 64.142 de CVA, R\$ (16.329) de Neutralidade de Encargos Setoriais e R\$ 155.275 de subsídios tarifários.

Notas Explicativas

Ativos e passivos regulatórios

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, a Companhia reverteu integralmente os saldos dos ativos e passivos regulatórios. Caso os ativos e passivos regulatórios não tivessem sido revertidos, a Companhia teria registrado em suas Demonstrações Contábeis os seguintes saldos:

ATIVO	2011	2010
<u>CIRCULANTE</u>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	59.616	14.493
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	387.834	189.085
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	447.450	203.578
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	29.157	5.268
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	275.570	65.555
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	304.727	70.823
TOTAL DO ATIVO	752.177	274.401
PASSIVO	2011	2010
<u>CIRCULANTE</u>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	671.943	231.058
Impacto Revisão Tarifária Fator Xe	34.503	6.718
Impacto de postergação da Revisão Tarifário - nota nº 32.6.3	356.843	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	1.063.289	237.776
<u>NÃO CIRCULANTE</u>		
Compensação de variação dos itens da parcela A - CVA	117.422	116.054
Impacto Revisão Tarifária Fator Xe	62.917	47.030
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	180.339	163.084
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>		
Lucros/Prejuízos acumulados	(126.459)	231.000
Resultado do Período	(364.992)	(357.459)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(491.451)	(126.459)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	752.177	274.401
	2011	2010
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	(643.738)	(203.142)
<u>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</u>		
Custo com Energia Elétrica		
Energia elétrica comprada para revenda	133.942	(95.585)
Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição	117.863	(41.939)
Custo de Operação		
Serviços de Terceiros	19.491	1.709
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS	271.296	(135.815)
<u>RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA</u>		
Receita	16.409	13.618
Variações monetárias/cambiais - líquidas	(8.959)	(32.120)
TOTAL RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA	7.450	(18.502)
RESULTADO	(364.992)	(357.459)

Notas Explicativas

	2011			
	CVA			
	Período após 4.6.2009 até 4.6.2010	Período após 4.6.2010 até 4.6.2011	Período após 4.6.2011 até 4.6.2012	TOTAL
ATIVO				
<u>CIRCULANTE</u>				
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	13.484	11.658	25.142
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	17.998	14.757	32.755
Energia Itaipu - custo/variação cambial	48.360	-	12.757	61.117
Encargos do serviço do sistema - ESS	54.822	-	2.571	57.393
Transporte de energia - Itaipu	-	44	1.475	1.519
Transporte de energia pela rede básica	-	-	26.424	26.424
Ajuste Financeiro e Outros	-	174	1.257	1.431
Compra de energia elétrica	-	17.920	65.033	82.953
Baixa Renda - Subsídio	-	19.206	26.164	45.370
Reserva Global de Reversão RGR	-	12.351	21.889	34.240
Desc. na Demanda da TUSD	-	30.458	29.158	59.616
Serviço de Terceiros	-	-	19.490	19.490
Subtotal	103.182	111.635	232.633	447.450
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Conta de Consumo de Combustível - CCC	-	-	11.658	11.658
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	14.757	14.757
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	-	12.757	12.757
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	-	2.571	2.571
Transporte de energia - Itaipu	-	-	1.475	1.475
Transporte de energia pela rede básica	-	-	26.424	26.424
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	39	39
Compra de energia elétrica	-	-	64.996	64.996
Sobrecontratação	-	-	80.490	80.490
Reserva Global de Reversão RGR	-	12.351	21.889	34.240
Baixa Renda - Subsídio	-	-	26.163	26.163
Desc. na Demanda da TUSD	-	-	29.157	29.157
Subtotal	-	12.351	292.376	304.727
Total	103.182	123.986	525.009	752.177
<u>PASSIVO</u>				
<u>CIRCULANTE</u>				
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(55.594)	-	-	(55.594)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(7.375)	-	-	(7.375)
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	(225.626)	(84.798)	(310.424)
Encargos do serviço do sistema - ESS	-	(4.601)	-	(4.601)
Transporte de energia pela rede básica	(900)	(9.451)	-	(10.351)
Ajuste Financeiro e Outros	-	(8.806)	(3.026)	(11.832)
Compra de energia elétrica	(53.707)	-	(37)	(53.744)
Proinfa	(8.030)	(2.896)	(10.226)	(21.152)
Sobrecontratação	-	(31.059)	(441)	(31.500)
Impacto Revisão Tarifária Fator Xe	-	(34.503)	-	(34.503)
Impacto da postergação da Revisão Tarifária	-	-	(356.843)	(356.843)
Efeito Neutralidade	-	(61.697)	(20.830)	(82.527)
CVA Financeiro 2010 2011	-	(82.843)	-	(82.843)
Subtotal	(125.606)	(461.482)	(476.201)	(1.063.289)
<u>NÃO CIRCULANTE</u>				
Energia Itaipu - custo/variação cambial	-	-	(84.798)	(84.798)
Ajuste Financeiro e Outros	-	-	(1.480)	(1.480)
Sobrecontratação	-	-	(88)	(88)
Impacto Revisão Tarifária Fator Xe	-	(62.917)	-	(62.917)
Efeito Neutralidade	-	-	(20.830)	(20.830)
Proinfa	-	-	(10.226)	(10.226)
Subtotal	-	(62.917)	(117.422)	(180.339)
Total	(125.606)	(524.399)	(593.623)	(1.243.628)
Total Geral - Líquido	(22.424)	(400.413)	(68.614)	(491.451)

Notas Explicativas

35. Investimentos em Meio Ambiente (Não Auditado)

Gastos Meio Ambiente	2011	2010
Custos Diretos - Gerência de Meio Ambiente	3.225	3.409
SGA - Sistema de Gestão Ambiental e outros	1.676	147
Licenciamentos e Compensações Ambientais	810	1.217
Recuperação da Qualidade do Solo e Águas Subterrâneas	6.616	3.558
Prevenção à Poluição (construção de bacias coletoras de óleo - ETD's)	2.677	2.175
Adequação a Sistemas de Incêndio (Cambuci)	-	147
Treinamentos Operacionais (Brigada - Emergência Química)	76	82
Comunicação (Semana do meio ambiente, divulgação, impressos, etc.)	13	84
Créditos de Carbono	50	1
Subtotal	15.143	10.820
Projetos de P&D (arborização, biomassa, campos eletromagnéticos, etc) (*)	2.176	2.916
Projetos de Eficiência Energética (116 projetos) (*)	54.978	62.871
Total	72.297	76.607

(*) Em conformidade com a Lei nº 9.991/2000 e disposições posteriores correlatas, as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de 1% de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e de Eficiência Energética, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.

Do total de gastos com meio ambiente efetuado pela Companhia em 2011, R\$ 68.433 (R\$ 73.370 em 2010) foram registrados no resultado do exercício e R\$ 3.864 (R\$ 3.237 em 2010) foram destinados a investimentos ao ativo imobilizado. A política de capitalização dos gastos é efetuada com base nas instruções gerais do MCSPEE.

A Companhia continuará trabalhando em busca de seu objetivo estratégico de ser reconhecida por sua excelência ambiental, ampliando seu escopo de certificação ambiental ISO 14001:04 para todas as suas atividades até 2012 e em atendimento à legislação ambiental, aos seus padrões ambientais e manutenção de seu Sistema de Gestão Ambiental. Para tal estão previstos vários projetos relacionados à prevenção à poluição, dentre eles está a construção de caixas de contenção e separadoras de água e óleo em subestações, com previsão de investimentos até 2015. Ainda estão previstas melhoria da gestão da arborização urbana, fiscalização de contratados, gestão de resíduos, licenciamentos e compensações ambientais, gestão de passivos ambientais, manutenção de áreas verdes, treinamentos, comunicação e projetos em parceria com prefeituras.

Ainda haverá o desenvolvimento de projetos de eficiência energética de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no âmbito da Convenção das Nações Unidas de Mudanças do Clima e de P&D, como continuação das pesquisas sobre campos eletromagnéticos e desenvolvimento de alternativas para biorremediação de solos contaminados por óleo mineral.

Notas Explicativas

36. Compromissos

O principal insumo da Companhia é a energia elétrica, e a sua contratação ocorre, essencialmente, através de leilões públicos regulamentados pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico instituiu a contratação de energia por meio de leilões em um esforço para reestruturar o Setor de Energia Elétrica a fim de fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter capacidade de geração e garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas moderadas por meio de processos competitivos de leilões públicos de energia.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía três tipos básicos de acordos de fornecimento: (i) quotas de compra de energia de Itaipu, que se estendem até 2027, (ii) quotas de suprimento de energia de projetos do PROINFA; (iii) acordos bilaterais (curto e longo prazo) com geradoras particulares, inclusive a coligada Tietê; e (iv) compras através de Leilão (nota nº 26).

As obrigações de compra da Companhia com Itaipu são vinculadas ao Dólar e, portanto, a Companhia está exposta ao risco das taxas de câmbio em caso de valorização do Dólar frente ao Real (nota nº 26).

Adicionalmente, a Companhia incorre em custo pelo acesso ao sistema de distribuição e de transmissão, cujas tarifas são homologadas pela ANEEL (nota nº 26).

A Companhia também possui compromissos relacionados a encargos setoriais tais como: Conta de Consumo de Combustível - CCC, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Reserva Global de Reversão - RGR e Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, cujo as tarifas também são homologadas pela ANEEL (nota nº 25).

Notas Explicativas

37. Demonstração do Resultado por Atividade (Não Auditado)

De acordo com o requerido pela ANEEL, através do Despacho nº 4.097, de 30 de dezembro de 2010, a Companhia apresenta a seguir, a demonstração do resultado do exercício por atividade:

	2011			Total
	Distribuição	Comercialização	Atividade Não Vinculada	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Receita operacional líquida	5.319.496	4.507.305	8.777	9.835.578
CUSTOS NÃO GERÊNCIAVEIS - Parcelas "A"				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(4.305.026)	-	(4.305.026)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfra	-	(159.045)	-	(159.045)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(1.225.077)	-	-	(1.225.077)
Taxa de Fiscalização	(22.884)	-	-	(22.884)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERÊNCIAVEIS				
CUSTOS GERÊNCIAVEIS - Parcelas "B"				
Pessoal e administradores	(413.976)	(90.779)	(4.579)	(509.334)
Entidade de previdência privada	(111.759)	(561)	-	(112.320)
Serviços de terceiros	(391.502)	(70.638)	(71)	(462.211)
Material	(41.635)	(9.024)	(1.017)	(51.676)
Custo de Construção	(734.449)	(4.296)	-	(738.745)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa - líquida	-	79.326	-	79.326
Reversão para litígios e contingências - líquida	80.238	-	-	80.238
Depreciação e amortização	(466.625)	(36.715)	-	(503.340)
Outros custos	(197.141)	(72.331)	-	(269.472)
Outras receitas - alienação de investimento - nota nº 30	-	-	717.472	717.472
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	(3.524.810)	(4.669.089)	711.805	(7.482.094)
RESULTADO DO SERVIÇO	1.794.686	(161.784)	720.582	2.353.484
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	225.173	92.638	525	318.336
Despesas financeiras	(345.062)	(80.404)	-	(425.466)
Variações monetárias e cambiais - líquidas	32.774	44.095	-	76.869
TOTAL DOS RESULTADO DO FINANCEIRO	(87.115)	56.329	525	(30.261)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	1.707.571	(105.455)	721.107	2.323.223
Contribuição Social	(147.037)	9.075	(61.965)	(199.927)
Provisão para Imposto de Renda	(392.152)	24.203	(165.261)	(533.210)
Contribuição Social - diferido	(3.501)	216	(1.475)	(4.760)
Imposto de Renda - diferido	(9.723)	600	(4.098)	(13.221)
TOTAL DOS TRIBUTOS	(552.413)	34.094	(232.799)	(751.118)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.155.158	(71.361)	488.308	1.572.105

	2010			Total
	Distribuição	Comercialização	Atividade Não Vinculada	
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Receita operacional líquida	5.285.327	4.402.466	9.364	9.697.157
CUSTOS NÃO GERÊNCIAVEIS - Parcelas "A"				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(4.186.190)	-	(4.186.190)
Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfra	-	(167.609)	-	(167.609)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(1.135.854)	-	-	(1.135.854)
Taxa de Fiscalização	(19.252)	-	-	(19.252)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERÊNCIAVEIS				
CUSTOS GERÊNCIAVEIS - Parcelas "B"				
Pessoal e administradores	(414.836)	(60.542)	(3.836)	(479.214)
Entidade de previdência privada	(167.364)	(548)	(2)	(167.914)
Serviços de terceiros	(327.418)	(79.413)	(108)	(406.939)
Material	(31.340)	(3.340)	(1.148)	(35.828)
Custo de Construção	(708.156)	(552)	-	(708.708)
Reversão de provisão para créditos de liquidação duvidosa - líquida	-	48.972	2.143	51.115
Reversão para litígios e contingências - líquida	77.298	-	-	77.298
Depreciação e amortização	(460.610)	(36.428)	(2.687)	(499.725)
Outros custos	685	(105.948)	(265.408)	(370.671)
Outras receitas - alienação de investimento - nota nº 30	-	-	265.369	265.369
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	(3.186.847)	(4.591.598)	(5.677)	(7.784.122)
RESULTADO DO SERVIÇO	2.098.480	(189.132)	3.687	1.913.035
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	178.663	95.278	528	274.469
Despesas financeiras	(215.427)	(43.163)	-	(258.590)
Variações monetárias e cambiais - líquidas	18.677	68.448	-	87.125
TOTAL DOS RESULTADO DO FINANCEIRO	(18.087)	120.563	528	103.004
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	2.080.393	(68.569)	4.215	2.016.039
Contribuição Social	(162.086)	5.342	(328)	(157.072)
Provisão para Imposto de Renda	(420.258)	13.851	(852)	(407.259)
Contribuição Social - diferido	(26.361)	133	(8)	(26.236)
Imposto de Renda - diferido	(80.980)	3.405	(209)	(77.784)
TOTAL DOS TRIBUTOS	(689.685)	22.731	(1.397)	(668.351)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.390.708	(45.838)	2.818	1.347.688

Notas Explicativas

38. Plano de Remuneração Baseado em Ações

Opções

AES Corp concede opções de ações a alta administração através da outorga de instrumentos patrimoniais. Nos termos dos planos, a AES Corp pode emitir opções de compra de ações ordinárias da própria AES Corp a seus colaboradores, a um preço igual a 100% do preço de mercado na data da concessão da opção. Estas opções de ações são geralmente concedidas com base em um percentual da remuneração base do colaborador. As opções de ações têm um prazo contratual de dez anos. Em todas as circunstâncias, as opções de ações concedidas pela AES Corp não dão direito ao seu detentor de liquidar a opção em dinheiro ou através de outros ativos da AES Corp.

A média ponderada do valor justo de cada concessão de opções foi estimada, na data da concessão, utilizando o modelo de precificação de opções "Black-Scholes", utilizando a média ponderada das seguintes premissas:

	2011	2010
Volatilidade esperada (%)	31,00%	38,00%
Prazo esperado das opções (anos)	6	6
Taxa de retorno livre de risco (%)	2,65%	2,86%

Considerando as premissas acima, os valores de mercado destas opções emitidas eram em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, US\$ 4,54 e US\$ 5,08, respectivamente.

A tabela a seguir apresenta o número e média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o exercício, relacionados com os instrumentos descritos acima:

	Quantidade de Ações	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Em aberto em 31 de dezembro de 2009	249.611	15,56
Concedidas durante o exercício	5.523	12,18
Canceladas e expiradas durante o exercício	(23.782)	19,23
Exercidas durante o exercício	(429)	8,97
Em aberto em 31 de dezembro de 2010	230.923	15,11
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2010	192.942	15,43
	Quantidade de Ações	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Em aberto em 31 de dezembro de 2010	230.923	15,11
Exercidas durante o exercício	(6.035)	4,56
Canceladas e expiradas durante o exercício	(199.025)	14,68
Concedidas durante o exercício	10.435	12,88
Transferidas durante o ano	160.538	14,14
Em aberto em 31 de dezembro de 2011	196.836	14,80
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2011	195.832	14,82

Notas Explicativas

Ações Restritas

AES Corp concede também aos colaboradores um plano de remuneração de ações restritas. Estas ações restritas são geralmente concedidas com base em um percentual do salário do colaborador. Estas opções de ações restritas devem ser mantidas pelo colaborador por dois anos, após este prazo esta opção pode ser trocada por ações da AES Corp. O valor justo das ações é estimado na data de concessão, sendo o valor justo igual ao preço de fechamento das ações da AES Corp.

A tabela a seguir apresenta o número e média ponderada do preço de exercício e o movimento das opções de ações durante o exercício, relacionados com os instrumentos descritos acima:

	Quantidade de Ações	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Opções de ações ainda não elegíveis (non-vested) em 31 de dezembro de 2009	101.648	9,91
Opções que se tornaram elegíveis durante o exercício	(39.806)	11,64
Canceladas e expiradas durante o exercício	(20.152)	9,99
Concedidas durante o exercício	34.181	12,13
Opções de ações ainda não elegíveis (non-vested) em 31 de dezembro de 2010	75.871	10,00
Opções de ações elegíveis (vested) em 31 de dezembro de 2010	103.001	16,24
	Quantidade de Ações	Média ponderada do preço de exercício (US\$)
Em aberto em 31 de dezembro de 2010	75.871	10,00
Concedidas durante o exercício	(22.867)	9,61
Vencidas durante o exercício	(24.525)	12,64
Exercidas durante o exercício	49.118	13,26
Transferidas durante o ano	3.448	8,96
Em aberto em 31 de dezembro de 2011	81.045	11,24
Exercíveis em 31 de dezembro de 2011 e expectativa de ações exercíveis	95.879	14,11
Elegíveis para exercício em 31 de dezembro de 2011	170.591	12,79

O efeito na demonstração do resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 820 (R\$ 1.209 em 31 de dezembro de 2010). O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2011 na conta de reserva de capital de opção de ações é de R\$ 16.452 (R\$ 15.632 em 31 de dezembro de 2010).

Conforme mencionado no item 2.14, este benefício poderá ser capitalizado em favor da AES Corp, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

39. Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com a Resolução Normativa nº 396 da ANEEL publicada em 23 de fevereiro de 2010, a Companhia está obrigada a divulgar Demonstrações Contábeis Regulatórias - “DCR”, a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Notas Explicativas

A DCR conterá uma conciliação entre o resultado apresentado na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE elaborada para fins societários e o resultado apresentado na Demonstração Regulatória do Resultado do Exercício - DRRE, bem como a conciliação entre os saldos apresentados dos grupos e subgrupos de contas que compõem o balanço patrimonial societário e o regulatório.

As Demonstrações Contábeis Regulatórias serão disponibilizadas até 30 de abril de 2012 no seguinte sítio www.aeseletropaulo.com.br/ri

40. Eventos Subsequentes

a) 14ª Emissão de Debêntures

Em 5 de janeiro de 2012, a Companhia realizou a 14ª emissão de debêntures simples (“Debêntures”), não conversíveis em ações da Companhia, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/2009, conforme alterada, no montante total de R\$ 600.000, correspondentes a seiscentas debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$ 1.000, prazo de vencimento de 10 (dez) anos, remuneração equivalente a 100% (cem por cento) da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros Over Extra-Grupo de um dia, com base em um ano de 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), acrescida de um spread ou sobretaxa correspondente a 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis. A remuneração será paga semestralmente e a amortização das debêntures ocorrerá nos últimos quatro anos, sendo 10% no sétimo ano e 30% nos demais.

A emissão das Debêntures foi aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 9 de novembro de 2011. Os recursos captados serão utilizados para recomposição de caixa em virtude das amortizações de dívida referentes a 2011 e 2012.

Notas Explicativas

b) Contrato de Prestação de Serviços entre a Companhia e a AES Infoenergy

Em 19 de janeiro de 2012, através do Despacho nº 177, a ANEEL anuiu o contrato de prestação de serviços firmado entre a Companhia e a AES Infoenergy Ltda. tendo por objeto a prestação de serviços técnicos comerciais de corte, religação, modificação, aferição, verificação e ligação de energia elétrica e outros, com vigência até 31 de dezembro de 2012, ressaltando-se que: i) a presente anuência não implica reconhecimento, pela ANEEL, dos valores contratados pelos agentes, os quais, para fins tarifários, estarão sujeitos aos limites apurados, segundo a metodologia própria; e ii) a Concessionária deverá manter controle dos bens, direitos e obrigações, bem como receitas, custos e despesas relativos à realização do objeto contratual, de forma a permitir, a qualquer tempo, a identificação dos valores relativos aos Contratos que estarão sujeitos a controle posterior pela ANEEL, mediante processo administrativo de fiscalização.

c) Outras Receitas - Resolução Normativa nº 463/2011

Em 19 de janeiro de 2012, a ABRADDEE ajuizou a Ação Ordinária com Pedido de Tutela no Tribunal Regional Federal da 1ª região em face da ANEEL no intuito de impugnar a Resolução Normativa ANEEL nº 463/2011, a qual promoveu a expropriação de determinadas receitas (ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos) das concessionárias por meio de desnaturação contábil para modicidade tarifária, contrariando o disposto no contrato de concessão e os reajustes e revisões tarifárias anteriores, ferindo o equilíbrio econômico financeiro e o direito adquirido das concessionárias.

Após a manifestação da ANEEL e do Ministério Público Federal, em 7 de fevereiro de 2012 o juiz concedeu o pedido de tutela antecipada às empresas suspendendo a contabilização das referidas receitas em obrigações especiais, considerando que a ANEEL expropriou receitas das concessionárias por meio da citada Resolução, contrariando o art. 10 da Lei nº 8.666/1993 e podendo acarretar elevação dos custos de financiamentos, risco de crédito e prejuízo a operacionalidade das distribuidoras.

A Administração da Companhia entende que a Resolução ANEEL acima mencionada criou uma obrigação legal e a respectiva discussão judicial está em andamento, ou seja ainda sem decisão. Por este motivo, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não reverteu o registro das referidas receitas na rubrica de obrigações especiais (nota nº 25).

d) Mudanças nas Taxas de Depreciação - Resolução Normativa nº 474/2012

Em 7 de fevereiro de 2012, a ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 474, que estabelece a alteração das taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE. De acordo com essa Resolução as alterações nas taxas têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2012.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Imposto de Renda e Contribuição Social

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a Companhia efetuou o pagamento de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 487.313 (R\$ 248.456 em 2010) e R\$ 199.048 (R\$ 103.009 em 2010).

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Conselheiros e Diretores da
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

José Antonio de A. Navarrete
Contador CRC-1SP198698/O-4

Elton Roberto da Silva
Contador CRC-1SP214216/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A.
NIRE 35300050274
CNPJ/MF n.o 61.695.227/0001-93

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A., dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, examinou a proposta da Administração da Companhia para distribuição de resultados no limite legal da base de distribuição proporcionada pela aplicação do IFRS e em valor superior ao lucro do exercício, obtendo da Administração esclarecimentos de que tal distribuição não afeta o risco de liquidez da Companhia, considerados cada um individualmente e o conjunto de: capital de giro para as operações, investimentos para manter a qualidade da prestação de serviços e expansão da rede, revisão tarifária de 2012 e os riscos e contingências relevantes da companhia. Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o Parecer dos Auditores, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. datado de 24 de fevereiro de 2012, opina que as Demonstrações Contábeis, o Relatório Anual da Administração e a Proposta de Destinação do Resultado, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011, em todos os seus aspectos relevantes, estão em condições de serem apreciadas pelos acionistas da Companhia, quando da Assembleia Geral Ordinária prevista para ocorrer em 16 de abril de 2012.

São Paulo, 13 de março de 2012.

Sebastião Bergamini Junior Maria Carmen Westerlund Montera

Joaquim Dias de Castro Marcus Pereira Aucélio

Marcio Luciano Mancini

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF nº 61.695.227/0001-93, com sede na Rua Lourenço Marques, 158, Vila Olímpia, São Paulo - SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares - Diretor Presidente
Sheilly Caden Contente - Diretora Vice-Presidente
Cibele Castro - Diretora Vice-Presidente
Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira - Diretor Vice-Presidente
Rinaldo Pecchio Junior - Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores
Sidney Simonaggio - Diretor Vice-Presidente
Paulo Camillo Vargas Penna - Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Os Diretores da ELETROPAULO METROPOLITANA ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF nº 61.695.227/0001-93, com sede na Rua Lourenço Marques, 158, Vila Olímpia, São Paulo - SP, em observância às disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2012.

Diretores:

Britaldo Pedrosa Soares - Diretor Presidente
Sheilly Caden Contente - Diretora Vice-Presidente
Cibele Castro - Diretora Vice-Presidente
Pedro de Freitas Almeida Bueno Vieira - Diretor Vice-Presidente
Rinaldo Pecchio Junior - Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores
Sidney Simonaggio - Diretor Vice-Presidente
Paulo Camillo Vargas Penna - Diretor Vice-Presidente